



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Enjaulando pássaros: Junho de 2013 e a domesticação dos protestos no Brasil

Dissertação para obtenção do
título de mestre no Programa
de Pós-Graduação em
Ciência Política da
Universidade de Brasília.

Aluno: Gustavo Henrique Serafim França

Matrícula: 18/0004093

Orientador: Thiago Trindade

Brasília, DF
Setembro de 2020

RESUMO:

Esta dissertação tem por objetivo principal analisar o fenômeno da domesticação de protestos a partir do caso das manifestações de Junho de 2013 por reduções tarifárias nos transportes públicos, observando as intencionalidades que buscavam conformá-las ativamente a ordem presentes nas visões de mundo das entidades da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), bem como de algumas outras entidades que representam diversas frações das classes dominantes. Embora formas disruptivas de expressão da vontade popular, como protestos, tenham sido largamente negados pelo Estado e pelas democracias realmente existentes – como exemplificavam os Federalistas e a democracia elitista schumpeteriana –, da segunda metade do século XX para o XXI, os protestos acabaram sendo cada vez mais aceitos, desde que se conformasse a ordem, como defendiam Habermas e a literatura da cidadania crítica. Foram utilizados os conceitos de convencionalização de protestos, respectivamente, pela literatura da cidadania crítica e por Sidney Tarrow, bem como os debates sobre subjetividades domesticadas na história brasileira e o corporativismo sindical brasileiro para conceituar a domesticação como um tipo de dominação no qual os grupos subalternos e classes populares agem ativamente para limitar suas formas e conteúdos de lutas, limitando o poder popular que podem exercer. Na análise das visões de mundo, valendo-se da causalidade constitutiva, foram divididas entre baixa, média e alta abrangência para apreender as intencionalidades domesticantes referentes à conjuntura, a democracia e participação, e à economia e ao confronto político, respectivamente. Além disso, a domesticação foi dividida entre as etapas de intencionalidade, dispositivos e resultados, tendo esta pesquisa focado sobretudo na primeira e, em menor grau, na segunda. A pesquisa identificou um aprisionamento dos protestos à sua capacidade de agenda e à interpretá-las achatando suas demandas, buscando limitar sua capacidade de exercer poder presente na possibilidade de uma greve da cidade, bem como uma valorização de uma ativação política reacionária que para denunciar manifestantes que não seguissem à ordem, queimando ônibus, fechando vias ou fazendo “vandalismo”.

Palavras-chave: Domesticação de protestos; Movimentos Sociais; Manifestações de 2013; Junho de 2013;

ABSTRACT:

The main objective of this research is to analyze the domestication of protests phenomenon from the case of June 2013 demonstrations for fare reductions of the public transportation, observing intentionalities that seek to conform actively to the order, present in world sight of Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Frente Nacional de Prefeitos (FNP) and Federação das Industrias do Estado de São Paulo (FIESP), as well as some other entities that represent some dominant class fractions. Although disruptive forms of expression of popular will, such as protests, had been largely denied by the State and the real existing democracies – as exemplified by Federalist Papers and Schumpeterian elitist democracy –, from the second half of the twentieth century to the twenty-first, protest had been increasingly more accepted, provided that it conform to order, such as argued by Habermas and the critical citizenship literature. Conventionalization of protests, respectively, used by the critical citizenship literature and Sidney Tarrow, was the concept used, as well as debates about domesticated subjectivities and Brazilian union corporativism to conceptualize domestication as one type of domination, in which subaltern groups and popular classes act actively to limit its own forms and contents of the struggles, limiting their popular power. In the analysis of world sights, using constitutive causality, they were divided in low, medium and high coverage seeking to understand those related to the conjuncture, the democracy and participation, and to the economy and the political confrontation. Furthermore, the domestication process was divided between the steps of intentionalities, dispositives and results, with the two first were the focus of this dissertation. The research identified the imprisonment of protests in its agenda-setting capabilities and interpreting them flattening its demands, seeking out to limit its capacities of power in the possibilities of a city strike, as well as a appreciation of reactionary political activation to denounce protesters that did not follow the order, burning bus, blocking streets or “vandalizing”.

Keywords: Protests domestication; social movements; 2013 demonstrations; June 2013.

Sumário

Introdução: Apresentação, justificativa e identificação do problema de pesquisa.....	9
Capítulo 1 – Criando jaulas: a domesticação da vontade popular.....	19
Formas aceitáveis da vontade popular: do início do Estado moderno às democracias-liberais.....	19
Protestos inaceitáveis: os critérios da cidadania crítica.....	24
Da convencionalização à domesticação.....	32
Domesticação como uma forma (distinta) de dominação.....	38
Contribuições brasileiras para o debate de domesticação.....	48
Sintetizando o conceito de domesticação.....	61
Capítulo 2 – Enjaulando pássaros: quando os dominantes entram em cena.....	73
A ação das classes dominantes rumo a domesticação.....	73
Metodologia e técnicas de pesquisa.....	85
Capítulo 3 – O caso brasileiro e Junho de 2013 sobre a domesticação.....	90
Lutas por transporte público e 2013 como explosão de um ciclo de luta em gestação.....	91
Visões domesticantes: discussão geral.....	99
Visões domesticantes: observando a Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU).....	101
Visões domesticantes: observando a Frente Nacional de Prefeitos (FNP).....	133
Visões domesticantes: observando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).....	137
Visões domesticantes: como se solda a gaiola e outras entidades.....	144
Considerações Finais – Os pássaros podem enxergar e ser livres? :.....	156
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:.....	165

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador Thiago Trindade, desde o início da minha caminhada dentro do grupo de pesquisa Demodê, sempre muito compreensivo e solícito. Como mencionou na banca de defesa, esses cinco anos de parceria criaram nossa linha de pesquisa.

Agradeço ao Demodê, grupo de pesquisa que integro e que sempre dá ótimos contribuições para nossas discussões coletivas. Pesquisa só vale a pena mesmo quando tem alguém para compartilhar e vocês me permitiram esse espaço.

Agradeço também a Breno Bringel e Luis Felipe Miguel pela disposição em participar da Banca de avaliação. As contribuições de ambos me ajudaram a ver várias coisas que não havia percebido e notado, mas que pude refletir e pensar alguns caminhos a trilhar na agenda de pesquisa.

Agradeço ao IPOL, trabalhadoras (es) da limpeza e técnicos da secretaria que sempre foram muito solícitos e me ajudaram horrores desde a graduação.

Agradeço aos meus pais e toda minha família por auxiliar nas condições de comer e morar, além de todo o afeto, aprendizado e amor que me ensinaram.

Agradeço a minha companheira Andressa Zumpano, sempre segurou a barra nos finais de semana da dissertação e que me ajudou um bocado quando estava há alguns dias dormindo mal para entregar a dissertação no meio dessa pandemia. Além de ser quem eu pude compartilhar várias reflexões. Muito obrigado por todo o carinho e compreensão.

Agradeço aos companheiros e companheiras do Movimento Passe Livre, no Distrito Federal e Entorno, sem os quais minha formação política não ia ter existido. Nenhuma dessas reflexões iria estar no papel se não fossem vocês.

Foram muitas as mãos que me ajudaram nessa empreitada. Espero que, mesmo na pressa de depositar a dissertação e no cansaço, tenha conseguido agradecer a todos. Nossos corações são grandes o suficientes pra se indignar junto com as desgraças desse mundo injusto.

LISTA DE SIGLAS

ABDIB	Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base
AEP	Análise de Eventos de Protestos
ALSHOP	Associação Brasileira de Lojistas de Shoppings
ANFAVEA	Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores
BRT	Bus-Rapid-Train
CIDE	Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico
CICC	Centros Integrados de Comando e Controle
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMTT	Conselho de Transporte e Trânsito
CNC	Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNS	Confederação Nacional de Serviços
CNT	Confederação Nacional do Transporte
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EVS	European Values Survey
FABUS	Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNP	Frente Nacional de Prefeitos

ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IP	Instituições Participativas
IPI	Impostos sobre Produtos Industrializados
MDT para Todos	Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NTU	Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
PT	Partido dos Trabalhadores
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIS	Programa de Integração Social
TPP	Teoria do Processo Político
REITUP	Regime Especial de Incentivos para o Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros
WVS	World Values Survey

Introdução: Apresentação, justificativa e identificação do problema de pesquisa

Apesar de suas muitas faces, uma das pautas centrais das Jornadas de Junho que aconteceram em 2013 no Brasil foram a melhoria dos serviços públicos. Ainda que de maneira genérica e contraditória por se articular a pauta da corrupção, eram comum ouvirmos palavras de ordem demandando serviços “padrões FIFA”, em alusão a Copa do Mundo que viria a ser realizada no ano seguinte. A pauta do transporte público ganhou força, entrando na agenda pública – midiática e do Estado –, tendo resultado na aprovação da Emenda Constitucional 90/2015 que incluiu o transporte como direito social no artigo 5º da constituição. Ao mesmo tempo, em um dos pactos para “reunificar a nação”, a presidente Dilma colocou a “responsabilidade fiscal” foi colocada como uma das respostas aos protestos (SINGER, 2015. p. 52), o que minaria o provimento de serviços públicos em favor de parcelas do mercado financeiro interessado no superavit primário. No mês seguinte, em Julho, em resposta conjunta ao mercado financeiro, cortou 10 bilhões do orçamento federal (SINGER, 2015. p. 52). Anos depois, a força social dos motins de junho de 2013 foi referenciada quando no texto do relatório de uma comissão que avaliou a “PEC do Fim do Mundo” ou Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 na Câmara dos Deputados, que buscava limitar as despesas do Estado, incluídos os mesmos serviços públicos pelos quais se reivindicou nas manifestações daquele ano: “Impossível ignorar o clamor das ruas que, desde as memoráveis jornadas de junho de 2013, ecoa na consciência nacional para mais tarde desaguar nas megamanifestações pró-impeachment dos últimos 2 anos.” (PERONDI, Darcísio, 2016). Em alguma medida, quando observamos esse movimento, a força moral daquelas manifestações acabou sendo usada contra as demandas que ela própria expressou.

Esse conjunto de ações e discursos de mídia, gestores e empresariado do transporte, contando adesão de vários (as) manifestantes e organizações populares, com objetivo de direcionar o conteúdo e a forma da confronto popular tem longa tradição histórica. Conforme se discutirá, o fim do absolutismo traz a consideração da vontade popular como forma de prover consentimento ao Estado através do contrato social, mas sempre mantendo-a numa redoma. O surgimento da forma política de república e da

democracia-liberal com institucionalização do sufrágio universal concede ainda mais espaço a ela, mas impondo uma série de entraves para que ela se imonha e deslegitimando outras formas de expressão da vontade popular. Contemporaneamente, se os protestos eram estranhos à democracia-liberal eles passaram a serem aceitos. Entretanto, só são efetivamente aceitos desde que não ameacem a ordem das coisas, não sejam violentos, não busquem substituir as instituições do Estado, dentre outros aspectos. Isto é, desde que sejam formas domesticadas de confronto político, seguindo os meios de dominação exercidos sobre a vontade popular.

A literatura sobre valores, atitudes e comportamento político tem destacado que a passividade política e confiança de cidadãos e cidadãs em relação às instituições deixou de ser uma característica das democracias-liberais, sobretudo em países de capitalismo avançado. Muito representada pelos estudos que analisam os dados do World Values Survey (WVS) ao longo do tempo, demonstravam a predominância cada vez maior de democratas insatisfeitos (KLINGEMANN, 2014), cidadãos assertivos (WEZEL; DALTON, 2014) ou de cidadãos críticos (NORRIS, 1999) que desconfiam das instituições (DALTON; SHIN, 2014) e usam repertórios confrontacionais contra as elites, como boicotes, protestos, greves não-oficiais, ocupações de prédios e petições (NORRIS, 2002). Antes tidas como formas de ação não-convencionais (JAKOBSEN; LISTHAUG, 2014. p. 216) e que seriam sintomas ou ameaças à democracia (CROZIER; HUNTINGTON; WATANUKI, 1957), essas formas de ação coletiva teriam sido convencionalizadas e não trariam mais perigo. Sidney Tarrow (2009) aponta as mudanças ocorridas nas formas de ação coletiva de confronto do século XVIII ao XX, as quais deixaram de ser muito localizadas e se disseminaram na Europa a partir de mudanças estruturais no Estado, que passava a centralizar recursos, e na opinião pública, que ganhara força com a imprensa. Posteriormente, quando as barricadas, as manifestações e as greves haviam se tornado táticas de confronto modulares – isto é, usada em vários contextos –, ocorreu uma segunda mudança: algumas delas se tornaram *convencionais* e não representariam mais risco a ordem republicana (TARROW, 2009. p. 90-94). Ao contrário, poderiam ser sintomas de uma saúde desse sistema político.

Contudo, foram apenas alguns tipos específicos de protestos que teriam sido convencionalizados e não representariam ameaças à democracia-liberal. Constantemente, os autores que analisam a cidadania crítica ascendente enfatizam que

eles representariam “protestos não-violentos” ou que não almejem gerar instabilidade (NORRIS, 2011. p. 222-223; Ibidem, 2001. p. 191-192; KLINGEMANN, 2014. p. 121; JAKOBSEN; LISTHAUG, 2014. p. 215-216), listando alguns exemplos possíveis do oposto e elencando sutilmente alguns critérios de aceitabilidade dos mesmos. No debate sobre as modificações nas formas de confronto político trazido por Tarrow (2009, p. 92-93), o autor indica que enquanto alguns repertórios mais radicais teriam sido vencidos e deixado de existir, como a barricada, outros passaram por alterações que buscavam conformá-los à ordem. Este foi o caso das greves, as quais passaram por uma institucionalização que lhes impunha limites, e passeatas, que deveriam policiarem a si mesmas para impedir o confronto violento.

Mais do que identificar quais são os critérios dos protestos previstos por alguns autoras(es), que se resumiria a uma descrição da literatura, é necessário compreender em que medida estas formas de convencionalização são acompanhadas de formas de dominação cujo objetivo é controlar e minar a participação popular direta e sua capacidade de interferir mais diretamente no jogo político e nos interesses dominantes. Ou seja, este processo social poderia ser compreendido como uma forma de domesticação do confronto e, por consequência, de dominação.

A pesquisa sobre a dinâmica da domesticação dos protestos tem uma dupla relevância. De um lado, os protestos foram generalizados como parte rotineira das democracias avançadas. No Brasil, apesar de uma situação de maior precariedade e dependência econômica em relação a essas outras democracias, setores que antes criticavam este repertório mais diretamente confrontacional passaram a endossá-lo, sobretudo a partir de 2013, de tal maneira que os protestos se tornaram algo muito mais convencional do que eram anteriormente. De outro lado, esta discussão pode apresentar contribuições à teoria democrática, no sentido de apontar quais limitações são impostas pelos grupos dominantes sobre os protestos.

Em todo o globo, ondas de protestos tem ocorrido nos últimos dez anos, da Primavera Árabe, ao 15-M na Espanha em 2011 e protestos contramedidas de austeridade na Grécia, *Occupy WallStreet* nos Estados Unidos em 2011, protestos na Turquia em 2013, as jornadas de junho no Brasil em 2013 e manifestações em 2016 na França. Dentro do Brasil, além de uma reorganização do ativismo que dá maior ênfase para a ação direta aprofundando a polarização (BRINGEL & PLEYERS, 2015) e luta

contra o impacto da iminente crise econômica nas condições de vida e trabalho (TATAGIBA & GALVÃO, 2019), ocorreram protestos “contra a corrupção” em 2011 (ESTADÃO, 16.12.2011) que foram progressivamente guinando à direita – mas já existentes em 2007 (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015) – até o ano de 2016 onde cresceram (TATAGIBA & GALVÃO, 2019), que contribuíram de maneira relevante para o golpe midiático-legislativo contra Dilma Rousseff. Isso não significa afirmar, sem mediação alguma, que 2013 causou o Golpe, como se naquele momento isso estivesse dado numa fatalidade. Era um “*processo em aberto*” no qual houve uma abertura e transbordamento societário com foco na ação direta (BRINGEL & PLEYERS, 2015), que também foi um processo de domesticação pelo qual a forma – os repertórios – e o conteúdo – demandas, pautas, *conteúdo reivindicativo* – das lutas daquele momento foram, em alguma medida, alterados e aproveitados pelas organizações anti-petistas nos anos 2014, 2015 e 2016.

Além disso, os debates teóricos sobre convencionalização dos protestos dentro do âmbito das discussões da cidadania crítica podem aprofundar as discussões sobre que tipo de participação as democracias-liberais suportariam e quais não. Segundo Bernard Manin (2013[2012], p. 127), a aceitabilidade ou não dos protestos passa pelo *grau* em que cidadãos e cidadãs deveriam influenciar a política e o *quão responsivos* devem ser os representantes a eles e elas.

Nos protestos de Junho de 2013 no Brasil, isto ocorreu quando grupos dominantes, como a mídia hegemônica¹, passaram a apoiar os protestos. Este apoio, contudo, vinha de mãos dadas com uma redefinição da pauta em torno da “corrupção” – como a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 – e uma demarcação sobre qual protesto seria legítimo, os “ordeiros”, “sem baderna”, “sem vandalismo”, “sem fechar o trânsito”. Da mesma maneira, a Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU), entidade que representa as empresas de ônibus no Brasil, passa a defender a importância de protestos pacíficos pela melhoria da qualidade do transporte coletivo no Brasil após 2013, diferenciando-os das queimas de ônibus e de algumas reivindicações sobre a qualidade do transporte (NTU, 2014). Ao mesmo tempo, tudo indica que entre os gestores (as) municipais do Estado – as prefeituras –, após 2013

1 Por mídia hegemônica, me refiro aos jornais digitais, impressos e televisionados de circulação massiva que apresentam uma estrutura capitalista de propriedade das empresas e concentram a maior parte dos subsídios e concessões do Estado brasileiro. Podemos exemplificar com o grupo Globo, Folha de São Paulo, Estadão, Grupo Record e RedeTV.

se popularizou também uma demanda pela municipalização da Contribuição sobre Intervenção em Domínio Econômico (CIDE) dos combustíveis como maneira de financiar o transporte coletivo (EBC, 13/08/2013). Da mesma maneira, a força social mobilizada foi canalizada para acelerar a aprovação no congresso do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros (REITUP) (VELOSO, 2016. p. 82-83), prevendo isenções fiscais para a cadeia produtiva do transporte coletivo, em especial aos operadores diretos do serviço. Essa medida encontra uma saída conciliatória de usuários(as) e trabalhadores (as) com as empresas de ônibus para reduzir ou segurar as passagens e que não reduza suas taxas de mais-valia e de lucro.

Integrantes da FIESP, por exemplo, indagavam o porquê de as manifestações não colocarem como pauta a “burocracia”, enquanto excesso e lentidão de procedimentos, e da corrupção (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/07/2013) ou, referenciando-se em 2013 posteriormente argumentavam que a incitação ao crime e a violência não pode se dar, tal como o “direito de ir e vir” deveria ser preservado (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/06/2014). A associação chegou a participar de reuniões no Conselho de Transporte e Trânsito (CMTT) implementado como resposta às manifestações (BARBOSA, 2018. p. 154).

As perguntas de partida desta pesquisa, portanto, são as que seguem: *de que forma os grupos dominantes tentam domesticar o confronto popular, buscando pautar e até mesmo ditar quais formas de protesto são aceitas e quais não? Adentrando no caso das demandas por redução tarifária no transporte coletivo em 2013, o que as visões da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU), de gestores (as) da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*

(FIESP)², dizem sobre a domesticação de protestos? Qual a relação dessas visões sobre domesticação de protestos com a democracia?

Além de auxiliar numa análise mais aprofundada sobre as jornadas de junho de 2013 no Brasil e seus desdobramentos na política nacional, esta pesquisa tenta avançar no debate sobre a domesticação do confronto político e a dominação, destacando o papel de entidades das classes dominantes nesse processo. Esses grupos tem visões de mundo – ou matrizes discursivas, como será exposto – sobre a conjuntura de junho de 2013 e a Copa do Mundo, sobre a democracia e formas aceitáveis de participação política, bem como sobre a economia, confronto político, Estado e a sociedade, as quais evocam intencionalidades de domesticar os protestos.

Logo quando explodiram as manifestações de Junho de 2013, devido a percepção imediata da alteração do comportamento da mídia na cobertura dos protestos, que deixa de criminalizá-los totalmente e passa apoiar algumas das pautas. As primeiras análises já destacavam a atuação da mídia hegemônica ou “velha mídia” nessa direção (LIMA, 2013. p. 92). À época, circulavam alguns discursos na sociedade civil de que as manifestações seriam resultados de mera manipulação de massas, inclusive. Atualmente, breves pesquisas bibliográficas nos repositórios institucionais de algumas universidades revelam diversos estudos que focam na cobertura midiática hegemônica televisiva e/ou impressa (BELTRAME, 2017; BELAN, 2016; SILVA & POLONI & KERBAUY, 2019; TEIXEIRA & FERNANDES & SILVA, 2017; COSTA, 2018; CORDEIRO, 2014; SILVA & FERNANDES, 2017; MOREIRA, 2017; FERREIRA, 2016; E FERREIRA, 2018; FERNANDES & TEIXEIRA, 2018; INTERVOZES, 2014), da mídia internacional (SILVA, 2015), a atuação da mídia alternativa (LUZ, 2015; TEIXEIRA & FERNANDES & SILVA, 2017) e a relevância das mídias sociais (DELORENZO, 2015; ELLWAGNER, 2017; GURÃO, 2016; FIDELIS & LOPES,

2 A seleção dessas entidades será explicada nas seções seguintes. Adianta-se que se buscou abarcar não só forças políticas que representem frações das classes dominantes diretamente envolvidas nas demandas por transporte coletivo, como a NTU, FNP e CNM, como também outras que dependem do transporte. Há ainda o critério de atuação política mais pública, como é o caso da FIESP. Como será explicado no capítulo sobre as classes sociais e a domesticação, iniciou-se a busca por outras entidades, que representassem a fração de classe do sistema bancário, como a FEBRABAN, a fração relacionada a indústria automobilística, ANFAVEA, a fração relacionada ao comércio e lojistas, como a CNC. Entretanto, o início da pesquisa por seus pronunciamentos públicos indicavam a existência de pronunciamentos insuficientes para análise. Aliado a isso, o fator tempo para ser capaz de encontrar algum pronunciamento fez com que a pesquisa dessas entidades fosse descontinuada. Assim, com relação a elas, algumas empresas e entidades dessas duas frações apareceram em escassas notícias que faremos referência para utilizar de exemplo.

2015). As metodologias e áreas que realizaram as pesquisas são bastante diversas, indo de análise linguística e semiótica dos jornais e suas capas na linguística, até análise de valência em Evento de Protesto na sociologia e ciência política. Naquele contexto, a alteração da postura da mídia hegemônica estava escancarada. Contudo, pouca atenção foi dada ao filtro e processos de domesticação operado por outros atores, como o empresariado, a burocracia estatal – em seus diferentes níveis federativos – e o congresso nacional.

Por compreender a dependência estrutural do Estado capitalista existente em relação a diversas frações das classes dominantes – sejam as burguesias ou os gestores – e as suas ações concretas face aos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, esta pesquisa analisa as visões de mundo sobre domesticação proferidos por algumas entidades que representam essas frações.

Conforme será discutido, a domesticação da vontade popular trata-se de um dos mecanismos da dominação – que é um exercício assimétrico de autoridade, controlando relações de mando e obediência que impõe limites na forma de ação de grupos dominados pelos dominantes, conforme Errandonea (1989) e Miguel (2018). Ele é antecedido pela convencionalização de protestos enquanto repetição e difusão de determinado repertório de confronto (TARROW, 2009), mas vai além. A domesticação do confronto político, portanto, é um tipo de dominação que envolve o consentimento e ação ativa dos grupos dominados em defender a ordem enquanto protestam e *limitando-se às formas e conteúdos de luta aceitáveis*, indicando uma pré-figuração dos de cima, que põe visões de mundo conjugadas que afetam o que é demandado e a forma pela qual se demanda. Operando dentro e fora das instituições políticas, a domesticação pode ser dividida nas etapas de *intencionalidades/tentativas, dispositivos e resultado*³, se alinhando com a análise das manifestações de 2013 como um *processo em aberto* de transbordamento da ação direta entre a sociedade (BRINGEL & PLEYERS, 2015), com desfechos e tendências contraditórias entre si. Com isso, entende-se que naquele momento a domesticação não estava dada. Para os objetivos desta pesquisa, focaremos principalmente nas intencionalidades de domesticação explicitadas pelas visões de

3 Agradeço a Breno Bringel, que participou da banca desta dissertação pela sugestão de reformular esses conceitos. Inicialmente, denominei as etapas por de intenções, dispositivos e domesticação resultante. Contudo, como ele ressaltou, dá a sensação de que apenas a segunda etapa seria um processo e não todas as etapas, tal como a ideia de que não estava dada a domesticação no exercício das intencionalidades e tentativas de domesticação pelas classes dominantes.

mundo das classes dominantes e, secundariamente, nos dispositivos de domesticação das manifestações de Junho de 2013 por redução tarifária no transporte coletivo urbano.

O conceito de domesticação busca compreender um conjunto de relações pelos quais as instituições estatais limitam o poder que movimentos populares⁴ são capazes de exercer. No Brasil, em especial com a presença dos governos do PT a nível federal, a sociologia política e a ciência política que estudam movimentos sociais avançou suficientemente para compreender que movimentos sociais não são totalmente alheios ao Estado. Pelo contrário, os padrões de interação entre ambos aqui demonstraram a existência de uma mútua constituição entre ambos, elaborando diversos conceitos como de domínio de agência (LAVALLE & CARLOS & DOWBOW & SZWAKO, 2019), redes entre Estado e organizações da sociedade civil (ABERS; VON BULOW, 2011. p. 54-59) e repertórios de interação e Estado heterogêneo (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) que descrevem isto.

Contudo, pouca atenção foi dada aos processos de burocratização, instrumentalização, cooptação e confluência perversa, isto é, fenômenos irmãos à domesticação nos quais a relação com o Estado minam o poder que os movimentos populares podem ter. Afinal de contas, mesmo tais análises que complexificam as relações entre Estado e movimentos sociais apontam que a possibilidade de desmobilização existe – ela não pode é ser entendida como uma fatalidade inevitável (LAVALLE & CARLOS & DOWBOW & SZWAKO, 2019. p. 41). A pesquisa feita nesta dissertação tenta dar uma pequena contribuição nesta lacuna sobre as relações entre Estado e movimentos sociais, se valendo criticamente dos apontamentos mencionados acima para entender esse fenômeno de limitação dos movimentos populares.

As intencionalidades de domesticação dos protestos de Junho de 2013 presente nas visões de mundo das entidades analisadas ocorreram tanto nos conteúdos reivindicativos, quanto nas formas de luta. Elas se valeram da força social que as

4 Ao longo desta dissertação serão utilizados de maneira intercambiável os termos movimentos populares, conflito extra-institucional, confronto político popular, vontade popular expressa por fora das instituições, movimentos dos grupos subalternos, dentre outros. Nada disso significa que existam apenas movimentações “boas” e “positivas”, enquanto o Estado é apenas “negativo”, “mal” e “desafiado”. As próprias manifestações de Junho de 2013 são contraditórias e carregam em si campos distintos, como o patriota, autonomista e socialista (ALONSO & MISCHÉ, 2016). Porém, aqui está se falando única e exclusivamente de movimentos dos grupos e classes dominadas, em seu conteúdo e forma de luta. O crivo não é ideológico – alguns desses sequer são de esquerda. O critério para esta terminologia é estrutural, que separa classes dominantes e grupos dominados.

manifestações colocaram para reinterpretar as demandas colocadas em seu favor, ganhando posições em relação a outras frações e favorecendo a aceleração. Porém, para isso, rejeitavam táticas que também foram responsáveis por essa força social, como o travamento de vias e incêndio de ônibus, despolitizando estas ações e colocando-as como responsáveis por impedir a circulação e a produtividade da cidade. Em larga medida, o controle do fluxo de circulação de pessoas que as manifestações colocam são tidos como violadores do “direito de ir e vir”. Além disso, ainda que reconheçam as manifestações realizam uma operação de despolitizá-la ou limitar sua politização, seja harmonizando conflitos sociais de interesses distintos, seja de afirmar que elas não conhecem os detalhes da técnica e que estes só seriam conhecidos por dentro das instituições. Suas visões de política e democracia se restringem a uma briga de elites, com pequenas contribuições do povo enquanto uma mera “torcida” favorável ou contra às suas propostas. Ao fim e ao cabo, sua defesa de manifestações se dá quase que exclusivamente pela possibilidade de influenciarem a opinião pública a seu favor – num elogio semelhante, mas mais restrito ao que Habermas faz do confronto extra-institucional. Todas as outras potencialidades dessas formas de expressão da vontade popular por fora das instituições são rejeitadas.

No tocante ao conteúdo reivindicativo, Poulantzas (2000) nos ajudará a compreender como isso envolve um processo de *interpretação de preferências* pelas diversas visões de mundo colocadas e ideologias de ocultamento ou tradução de demandas. Esta consiste numa face que atravessa a formação de preferências da representação e tem um componente estrutural da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual no Estado capitalista.

Por fim, este trabalho também contribui para pensar as relações entre democracias realmente existentes e dominação. Se em larga medida, as teorias pensavam a forma da democracia como antípoda à dominação (MIGUEL, 2018), essa “promessa” (Ibid, 2018. p. 40) não foi consolidada. A existência de intencionalidades de domesticação indica que ambas coexistem.

Esta dissertação apresentará a seguinte estrutura: Capítulo I) abordando a aceitação da vontade popular no processo da democracia, por dentro e por fora das instituições, almejando sintetizar o conceito e o fenômeno da domesticação, sobretudo a domesticação de protestos; Capítulo II) Focando na ação das classes dominantes para

domesticar protestos e apontando os caminhos metodológicos que foram trilhados na dissertação, como o uso da matriz de causalidade constitutiva; Capítulo III) com uma breve contextualização do caso do Brasil em relação convencionalização de protestos e das manifestações em 2013 por redução tarifária, seguida da análise dos pronunciamentos públicos das entidades das classes dominantes que foram listadas e conclusões sobre as respostas às perguntas da pesquisa; Capítulo IV) faz-se uma breve análise da domesticação de manifestações em junho de 2013, sintetiza-se a discussão da dissertação e seus resultados, bem como postula-se passos para avançar na discussão sobre a domesticação de protestos e seu conceito.

Capítulo 1 – Criando jaulas: a domesticação da vontade popular

Formas aceitáveis da vontade popular: do início do Estado moderno às democracias-liberais

O debate no final do século XX e começo do século XXI sobre cidadania crítica foi antecedido por abordagens desde os Federalistas, passando por Schumpeter, pelos debates de crise de governabilidade nas democracias e pelo modelo de cultura cívica. A cidadania crítica insere-se numa revisão empírica das teses de que há a necessidade de confiança nas instituições e, conseqüentemente, cidadãos apáticos e ausência de protestos para manter a democracia estável. Em contrapartida, a partir do World Values Survey (WVS)⁵ correlacionam a desconfiança institucional com aspirações democráticas a partir de vários componentes dentro dos próprios valores e à modernização. Como sintoma disso, cidadãos e cidadãs participariam mais da política com repertórios de desafio às elites que seriam saudáveis à democracia. Contudo, em todos os autores e autoras desta abordagem são feitas ressalvas sobre algumas condições de por que não representariam uma ameaça, o que sugere também a partir de que ponto o seriam. À luz das contribuições de Tarrow (2009) o debate sobre convencionalização pode ser também entendido como uma forma de domesticação e, conseqüentemente, uma forma de dominação, - tomando como base as discussões de Miguel (2018) e Errandonea (1989).

A posição inicial dominante teoricamente sobre protestos o associava como gerador de instabilidade e, potencialmente, de crise para a democracia-liberal. Os Federalistas, por exemplo, elaboraram uma engenharia institucional capaz de conter a vontade popular através da valorização da representação política, do bicameralismo e do aumento da escala territorial para dificultar a formação de maiorias de não-proprietários (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003). Um dos temores dos autores estava assentado na multiplicação da revolta de Ashays contra a execução por dívidas nos Estados

5 O World Values Survey (WVS) é um conjunto de pesquisas de opinião pública iniciadas em 1981 sobre valores políticos, crenças e motivações em muitos países do globo. Até o presente momento a pesquisa está em sua sétima onda, incluindo cerca de oitenta países. A primeira onda incluía apenas os países de capitalismo avançado, incluindo progressivamente outras regiões do globo, como a América Latina, Oriente Médio, Ásia e países da antiga União Soviética. Mais informações, ver: <<http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>>.

Unidos (BIANCHI, 2011. p. 81). Posteriormente, Schumpeter (2003, p. 295) vem a defender um modelo de democracia elitista baseado principalmente na competição eleitoral entre elites políticas, que depois de eleitas poderiam e deveriam agir sem a influência do cidadão, que sequer poderiam enviar cartas aos representantes. Dessa forma, a ação de cidadãos através de protestos também encontra-se, por óbvio, excluída.

Já na segunda metade do século XX, Crozier, Huntington e Watanuki (1975) discutiam a ingovernabilidade das democracias causada pela erosão das figuras de autoridade – na família, no sindicato e no Estado – que o germe da participação de massas neste sistema permite. Isto teria gerado também um crescimento das expectativas entre os cidadãos de tal maneira que o Estado seria incapaz de atendê-las por serem muito elevadas. Um dos sintomas dessa crise da governabilidade das democracias residiria nos crescentes protestos demandantes ao Estado nos anos sessenta e começo dos anos setenta, como as mobilizações de mulheres, as greves selvagens, mobilizações estudantis e protestos pelos direitos civis.

Trilhando outro caminho, a democracia deliberativa de Habermas (1997, p. 114-119) já não rejeita formas de participação conflitiva por fora das instituições. O deliberacionismo pressupõe trocas racionais e igualitárias de argumentos almejando um consenso que se dão por dentro e por fora das instituições (TRINDADE, 2018). Contudo, ao discorrer sobre a desobediência civil, lhe confere legitimidade, mas a apreende apenas na capacidade destas em produzirem fluxos comunicacionais que atravessarão a mídia hegemônica (HABERMAS, 1997. p. 114-119). Conforme conclui Trindade (2018, p. 17-18), a dimensão conflitiva do protesto não é central no pensamento deliberacionista como um todo e habermasiana em específico, como identificado pelas distinções entre uma política deliberativa e uma política não deliberativa ou de uma “boa desobediência civil” e uma “má desobediência civil”. Por um lado o protesto seria mero acessório da política deliberativa, sendo responsável apenas por reconfigurar os termos da deliberação, sem integrá-la de fato. Por outro lado a desobediência civil só gozaria de legitimidade na ausência de violência. A aceitação do protesto estaria condicionada a capacidade de aprimorar a deliberação, sendo constitutiva da mesma. O “teto” da legitimidade dos protestos é influenciar a agenda pública sem ameaçar a ordem social (TRINDADE, 2018. p. 16-17).

Estas reflexões presentes sobretudo em *Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade* (HABERMAS, 1997) são reforçadas pelas posições mais recentes acerca de protestos na Europa. Naquele livro, reconhece primordialmente um protagonismo das elites burocráticas e do governo – em menor caso, os meios de comunicação de massas – em iniciar os fluxos comunicacionais de pautas e demandas da deliberação, sendo raras as ocasiões em que a sociedade civil dispararia a comunicação através da desobediência civil. Quando ocorresse, contudo, sua atuação aparece restrita à capacidade de pautar a agenda pública, de influenciar a opinião pública e, por isso, os centros de decisão (HABERMAS, 1997. p. 114-116). Essa posição, que prioriza a iniciativa das elites para decidirem, reapareceram quando ocorreram protestos de jovens na Europa no início da década de 2010, sendo rechaçados pelo autor como ameaças à ordem social que deveriam ter soluções desde cima pelas elites (TAVARES, 2016. p. 283-284). Ou seja, os protestos não são aceitáveis quando vão além da simples capacidade de influenciar a agenda pública – algo que, coincidentemente, é a principal razão do apoio aos protestos e domesticação de algumas entidades empresariais nas manifestações de 2013 e que será apresentado.

Simultaneamente, surge a abordagem de Almond e Verba (1963, Apud. DALTON; SHIN. 2014. p. 92-94) da cultura cívica para explicar a estabilidade e saúde das democracias segundo sua cultura política. Para os autores, o sucesso de uma democracia estaria baseado numa adesão a valores democráticos por parte dos cidadãos, uma vez que a legitimidade dos representantes passa pelo consentimento cidadão. Isto significa que a cultura cívica marca-se por uma confiança e afeição positiva no governo e suas instituições, algo típico de “nações desenvolvidas”.

Haveria uma teoria da convergência entre cultura política e as instituições para assegurar o sucesso de um sistema político, de tal forma que um sistema democrático necessita de uma cultura democrática para sobreviver (WELZEL; DALTON, 2014. p. 287-290). O diferencial – e aspecto mais importante aqui – é que as considerações de Almond e Verba incluem a confiança ou satisfação com as instituições como parte da cultura política necessária.

À luz da teoria da convergência, alguns dados acendem um alerta. Os *surveys* vinham identificando redução de formas tradicionais e pouco contenciosas de participação política, como votar, participar de organizações cívicas, partidos políticos e

igreja. Aliado a isso, haviam outros dois alertas. Os dados eleitorais apresentavam uma baixa estabilidade nos votos das pessoas entre eleições, ou seja, variavam as intenções de votação de uma votação para a outra segundo os partidos e ideologias. Assim, um conjunto de eleitores (as) votava em um partido ou um grupo de candidaturas, na eleição seguinte votava em outro grupo de candidaturas e em outro partido muito diferente, sem apresentar uma estabilidade nos seus votos entre processos eleitorais. O outro alerta dizia respeito a uma crescente desconfiança institucional. Sendo formas de participação que aumentariam a confiança institucional e uma cultura política pouco conflituosa, sua drenagem levava a um diagnóstico de que a democracia estaria em risco. Em resposta a essas preocupações, outras análises apontavam que estas alterações representavam mais uma adaptação da democracia do que seu possível colapso.

Partindo da importância da participação de massas na democracia realmente existente em diferentes abordagens teóricas, Pippa Norris (2002) discute comparativamente as diversas formas de participação política com base no World Values Survey (WVS). A autora também contrapõe a visão da teoria da convergência de que a erosão de formas tradicionais de participação implicaria em riscos à democracia. Diferente do que se esperava das análises iniciais, as análises globais indicaram que as formas tradicionais não estavam em decadência, mas seguiam tendências diversas com apenas uma ligeira queda nas taxas de votação global após a segunda guerra mundial (NORRIS, 2002. p. 6-10; MANIN, 2013[2012]).

Além disso, os resultados mostram que os altos índices de desconfiança institucional eram acompanhados de uma elevação global nos índices de apoio a democracia como melhor forma de governo (NORRIS, 1999). Portanto, haveria um crescimento de *Cidadãos Críticos* (NORRIS, 1999) – ou de *cidadãos assertivos* (WELZEL; DALTON, 2014) –, que apoiam a democracia enquanto regime político, mas que estavam insatisfeitos com o funcionamento de suas democracias. Posteriormente, este fenômeno fez a autora definir o conceito de *Deficit Democrático* (NORRIS, 2011), como a diferença existente entre as aspirações democráticas da população e sua respectiva satisfação com o sistema político. Outras pesquisas realizadas com os dados do WVS e European Values Survey (EVS) mostraram um declínio no modelo da cultura cívica que implicava em um *cidadão confiante* (mais apáticos), sobretudo onde a democracia é mais forte, em direção ao predomínio de

democratas insatisfeitos (ou cidadãos críticos) (DALTON; SHIN, 2014; KLINGEMANN, 2014).

Se não foi possível verificar uma tendência consolidada de erosão das formas tradicionais de participação, mas sim sua adaptação a instabilidade da identificação do eleitorado (MANIN, 2013[2012]), há uma mudança real que precisa ser considerada. Trata-se do crescimento de uma forma de ação política de democratas insatisfeitos (as) e cidadãos (ãs) críticos (as), o *protesto*. Ao observar os efeitos da insatisfação com as instituições sobre o potencial para protestar, Norris (1999, p. 261-263) indica que existe um efeito significativo – ainda que baixo – da desconfiança nas instituições sobre o potencial para protestar. Além disso, houve um aumento generalizado – com algumas exceções – na quantidade de pessoas que responderam que efetivamente participaram de protestos, como petições, manifestações, boicote de consumidores, greves não oficiais e ocupação de prédios e fábricas⁶. Desta maneira, contrariam a visão de que a política quente dos anos sessenta teria esfriado (NORRIS, 2002. P. 194-202).

Todavia, a ascensão da política de protestos não estaria localizada mais na política radical ou parte de fermento da violência revolucionária. Ao contrário, manifestações ordeiras estariam se tornando um repertório utilizado por partidos políticos, organizações cívicas, sindicatos e grupos de interesse. Os protestos são analisados como formas de expressão *mainstream* (NORRIS, 2002. p. 190-194) e que teriam sido convencionalizadas (BORBA, 2012. p. 272) ou normalizadas (MANIN, 2013[2012]. p. 125), não representando uma ameaça à democracia representativa e às suas instituições basilares.

Mas como pode ser definido esse fenômeno social de convencionalização dos protestos, em que eles deixam de ser uma ameaça à democracia-liberal? Por quê isso pode ser compreendido como uma forma de domesticação dos protestos e de dominação? A resposta à primeira pergunta pode ser buscada em critérios elencados

6 Nas perguntas disponíveis nas ondas 2 e 3 do WVS – respectivamente, os anos de 1990-1994 e de 1995-1998 –, a pergunta sobre as ocupações de prédios não especifica se são prédios públicos, do Estado, ou privados, com fins de moradia. Assim, não são as mesmas ocupações de moradia realizadas no Brasil pelo conjunto de movimentos populares e da terra. Contudo, na Europa também ocorreram algumas ocupações de moradia que estão nas origens do movimento de Black Blocs na Alemanha, por exemplo. Além disso, naquele continente foi comum também o movimento de ocupação de fábricas como forma de negociação, de forma que as ondas referidas do WVS também as incluem na mesma pergunta. No WVS 1 ela é a variável V122, na segunda onda a V246, na terceira onda é a V122, na quarta onda é a variável V138. Em função da baixa taxa de resposta, ele foi substituído pela variável “Ação política: outras”. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>; Acesso em: 09.04.2019.

pelo grupo de autores (as) da cidadania crítica. A segunda, central a esta pesquisa, pode ser compreendida com a definição de convencionalização de Tarrow (2009), bem como as discussões de Miguel (2018) e Errandonea (1989).

Na abordagem da cidadania crítica, podemos dizer que existem dois receios principais com relação à participação de massas das quais os protestos fazem parte (TOPF, 1995. p. 53). De um lado, o debate sobre a cultura cívica carregava o medo da derrota da República de Weimar para o nazi-fascismo e o medo anti-comunista (DALTON; SHIN, 2014. p. 92), ambos os quais carregariam uma mobilização de massas que destruíram a democracia-liberal. De outro lado, a anemia cívica e a apatia trariam problemas, uma vez que a participação eleitoral (NORRIS, 2002. p. 5-7) ou o apoio popular (DALTON; SHIN, 2014. p. 92) são condições do governo representativo, já que sua legitimidade depende do apoio popular. Apesar do crescimento dos protestos e sua convencionalização, o medo reaparece adaptado e refletido nos critérios adotados para definir o fenômeno: se os protestos em questão são convencionais, os que fogem a estes critérios seriam definidos como não-convencionais e não aceitáveis pela ordem.

Numa leitura preliminar dessa literatura vinculada a abordagem da cidadania crítica e a ascensão de protestos que não ameaçam a democracia-liberal, é possível identificar alguns critérios da convencionalização. Em alguma medida, estes critérios discorrem também a legitimidade dessa forma de ação coletiva. Apesar dos (as) autores (as) da cidadania crítica não terem sistematizado desta forma, eles puderam ser analisados a partir da discussão de dados que fazem do WVS. Os critérios são: (I) o *caráter pós-materialista*, (II) o *instrumentalismo*, a (III) *não-violência*, a (IV) *obediência à lei*, a (V) *não substituição das instituições representativas*, (VI) a *generalização do repertório* entre diferentes grupos sociais, a *baixa frequência de alguns repertórios* de protesto em relação a outros.

Protestos inaceitáveis: os critérios da cidadania crítica

Em primeiro lugar, (I) o *pós-materialismo* foi um conceito definido inicialmente por Inglehardt (1977), cujos usos se referem a valores que teriam ascendido nas mobilizações dos anos sessenta e na mudança em direção a sociedades pós-industriais, representando a ênfase em liberdade de expressão em detrimento de questões econômicas ou de segurança (KLINGEMAN, 2014. p. 136-137). De acordo com as regressões com base nos dados do World Values Survey (WVS), haveria uma

correlação significativa entre a adesão a valores pós-materiais – a partir de um índice pós-material – e a adesão a democracia como forma de governo, sendo este um aspecto central que diferencia as pessoas não-democratas. Também, os pós-materialistas são mais presentes entre democratas insatisfeitos nos países europeus (KLINGEMANN, 2014).

Caso este seja um critério também de aceitabilidade dos protestos, por exemplo, estariam excluídas demandas diretamente econômicas e materiais, apenas demandas pós-materiais relacionadas a “liberdade de expressão”⁷ ou por participação num sentido abstrato. Observando Junho de 2013 no Brasil, seria como se apenas as demandas contra corrupção e participação num sentido abstrato fossem aceitáveis, enquanto as pautas por redução tarifária e melhorias no transporte coletivo seriam negadas (isto é, vistas como potenciais ameaças à democracia), por terem um caráter materialista .

Embora esse salto não seja feito entre autores (as) da cidadania crítica, os autores neo-conservadores Crozier, Huntington e Watanuki (1975, p. 163-164) se aproximam disso na discussão sobre a instabilidade das democracias. O uso de táticas e estratégias diversas presentes, dentre elas o protesto radicalizado e de massas, convergia com o princípio democrático de soberania popular. Junto à pressão eleitoral, os protestos faziam com que as necessidades do povo fossem atendidas e, para implementá-las, os gastos governamentais aumentassem ao ponto de sobrecarregar o Estado. Como efeito disso, os gastos governamentais causariam um crescimento também da inflação, gerando crise econômica. Segundo Offe (1984, p. 238-241), esses autores julgavam que as lideranças deveriam formular estratégias para evitar uma “sobrecarga de direitos sociais e democráticos”, os quais estariam atrelados a inflação no sentido restrito e uma “inflação de exigências” ou de demandas do povo. Embora não utilizem a categoria “pós-material”, auxiliam a identificar o critério do conteúdo reivindicativo como um dos critérios da aceitabilidade do confronto político: são permitidos e vistos positivamente

7 Existe um problema ainda de colocar liberdade de expressão como não ligada a questões econômicas e materiais. Embora constantemente colocada como uma das liberdades negativas, que se efetivam pela não-interferência do Estado e, conseqüentemente, ausência de uso do orçamento, na prática mesmo as liberdades negativas dependem de garantias fornecidas pelos recursos do Estado. No caso da liberdade de imprensa – bem próxima a de expressão –, as concessões midiáticas e os subsídios estatais dão parte da base material para sua realização. Por essa razão, ao analisar os efeitos das Instituições Participativas no Brasil, Tavares (2012, p. 54) coloca que a observação da fiscalidade do Estado – como são arrecadados e utilizados seus recursos – implica entender todos os direitos e todas as liberdades como positivas.

aquelas formas de ação coletiva que não exijam tanto materialmente do Estado capitalista ao ponto de causar-lhe uma crise econômica.

Outro aspecto é a separação entre protestos de orientação hedonista e aqueles de (II) *orientação instrumental*. Segundo Topf (1995, p. 73-78), enquanto que no primeiro tipo de orientação, as pessoas protestariam pela possibilidade de se expressar politicamente, na segunda elas estariam auto-interessadas na demanda do protesto. Interpretando-o, é a oposição entre ver o protesto como um valor em si e o protesto como um meio para alcançar as demandas. Inserido na discussão sobre o crescimento da participação não-eleitoral – como protestos –, o autor busca testar a hipótese de que em sociedades “pós-modernas”⁸ predominariam protestos hedonísticos, em detrimento do instrumentalismo de sociedades modernas. A orientação hedonística foi codificada na base de dados⁹ como as pessoas que responderam aos surveys utilizados afirmando não terem interesse em política e que ainda assim utilizaram algum dos repertórios de protesto que elencam. Desta forma, Topf (1995) traz de Huntington a hipótese de que uma vez que esta orientação não seria racional, mas um fim em si mesmo, seria irracional. Caso ela fosse racional - orientada pelas demandas que o protesto mobilizou -, bastaria que essas mesmas demandas fossem acolhidas para as manifestações pararem. Como são irracionais, não adiantaria que as demandas fossem atendidas: os protestos continuariam pelo seu valor em si em expressar raiva e sentimentos irracionais, gerando instabilidade para a democracia-liberal.

As mobilizações do ciclo de protestos recente no mundo que tem um de seus componentes significativos a vontade de expressar indignação generalizada, mesmo com pautas concretas, poderiam ser exemplos disso. Ainda que tivessem pautas disparadoras, se expandiam e se tornaram sobre muitas pautas simultaneamente ou nenhuma. No *Occupy Wallstret* – e do *Occupy* como um todo – a recusa a ter demandas específicas decorria, por exemplo, por uma difusa defesa da democratização e de construção de outras estruturas políticas que não as da democracia representativa. Nessa visão, estariam legitimando-a se apresentassem alguma demanda. O Movimento de

8 A definição de sociedades “pós-modernas” diria respeito a predominância de valores hedonísticos entre a população, como a valorização da expressão em si das pessoas. Portanto, são diferentes das sociedades modernas, nas quais predominariam a (FUCHS; KLINGEMANN, 1995. p. 20-21). A definição do conceito é bem confusa. A despeito da ressalva dos autores, lembra bastante o conceito de pós-materialidade desenvolvido por Inglehardt (1977). Poderia ser facilmente usado de maneira intercambiável.

9 Nesta parte do estudo foram utilizados os dados dos surveys do Political Action Study, European Values Survey e do World Values Survey, cobrindo os anos de 1973-76, 1981 e 1990.

Indignados na Espanha demonstra isso mais fortemente, estando presente no próprio nome, embora politizasse o formato a exclusão presente na democracia representativa e politizassem as medidas de austeridade. As manifestações de 2013 na Turquia iniciaram pela proteção das árvores do parque em Gezi, em Istambul, tendo depois colocado uma insatisfação generalizada. As jornadas de Junho no Brasil se iniciaram com a demanda de redução tarifária, mas aglomeram pautas anti-corrupção e novamente uma insatisfação generalizada. Conforme o argumento apresentado, todas elas poderiam representar um risco para a estabilidade por que além de demandarem suas pautas concretas, tem como fim também a expressão da indignação, tornando mais difícil atender pragmaticamente algumas demandas para cessar os protestos, fazendo com que as pessoas ficassem mais tempo, do que o aceitável pela manutenção da ordem, nas ruas¹⁰.

A análise dos dados contraria a hipótese de que as pessoas que protestaram teriam uma orientação predominantemente hedonística no caso dos países europeus (TOPF, 1995. p. 73-78). Todavia, ele se mantém como critério para compreender o tipo de protesto que haveria se convencionalizado e que não produziria instabilidade. No mais, convém mencionar que o autor considera que o critério de legitimidade ou não-legitimidade dos protestos depende do caráter contextual em relação a tradição política de protestos de cada país. Sob esse argumento, um critério que se aplicaria a todos os contextos seria o da não-violência (TOPF, 1995. p. 57).

Olhando para a perspectiva teórica de dentro dos ciclos de lutas referidos, sobretudo numa ótica autonomista, a valorização do processo político de participação massiva e mais direta em formas disruptivas poderia entrar nesta compreensão. Assim, esses ciclos de luta e seu conjunto de contribuições sugere a existência de um valor em si na forma e processo como luta a se dá, seja como forma de preparar para uma sociedade futura de auto-gestão (BERNARDO, 2005), seja como expressão da deslegitimação generalizada no sistema político representativo – como sugerido por Graeber (2015) para o Occupy –, seja de valorização do processo de luta convivendo com a necessidade de conquistas concretas por uma orientação pragmática de estratégia

10 Assim, não significa que todas esses ciclos de mobilização não teriam pautas concretas, disparadoras e que serviam de base para a indignação. Enquanto no Occupy o endividamento foi central, nos Indignados espanhóis a apreensão das moradias pelo sistema bancário teve esse papel, no Brasil as tarifas de transporte público. Todas elas conviviam com um sentimento difuso de indignação e a vontade de expressá-la estava também presente.

política (JUDENSNAIDDER; LIMA; POMAR; ORTELLADO, 2013). Em todos esses casos, há algo mais do que a “política de resultados”, a qual para o marco teórico supracitado almeja resolver para cessar as manifestações. Esse algo mais as impede de cessar.

A (III) *não-violência* como critério de convencionalização aparece em diversos autores que giram em torno da cidadania crítica. Jakobsen e Listhaug (2014, p. 214-216) argumentam que o incremento dos protestos se deu através de repertórios não-violentos, sendo as formas de ação direta que eram destacadas desde os primeiros estudos do gênero. As formas de ação violenta teriam respostas tão baixas que os questionários do WVS retiraram o item. Além disso, permanece uma visão de que estas formas de protestos – como os *urban riots* – poderiam ameaçar a democracia-liberal. Pippa Norris (2002, p. 191-193) segue caminho semelhante ao afirmar que a linha divisória da participação política convencional que ficou turva foi aquela entre a política eleitoral e os protestos ordeiros ou pacíficos. Em outro livro, a autora argumenta que os protestos violentos e sistemas políticos que não conseguem contê-los e levar os cidadãos à urna continuam objeto de preocupação:

Mesmo assim, onde ocorrem eventos de violência, ainda há motivo para preocupação. Muitos eventos contemporâneos nas democracias europeias ilustram esse processo, das greves de gasolina em Londres às revoltas urbanas entre imigrantes vivendo no subúrbio de Paris, protestos sobre os cartoons de *Muhammad* em Compenhagen, fazendeiros despejando comida nas ruas de Bruxelas, coquetéis molotovs for a do parlamento e saques anarquistas a lojas na Grécia. Diversos casos nas democracias Europeias podem ou não ter raízes parecidas. Tem poucas razões para acreditar que explosões violentas ocasionais desses fenômenos coloquem um risco maior nos dias de hoje à estabilidade, coesão e unidade das democracias Europeias. Ainda assim, se sociedades democráticas carecem de capacidade para conter explosões esporádicas da política contenciosa e se eles simultaneamente são incapazes de levar as [os] cidadãs [ãos] às urnas, isto se torna um desafio societário (NORRIS, 2011, p. 222-223)¹¹.

A variedade de exemplos utilizados pela autora demonstra a possibilidade de aprofundamento do tema dos critérios de convencionalização, dado que nem todos estes envolvem violência física contra pessoas, nem usam do mesmo repertório ou conteúdo. Como a própria autora coloca, podem ser entendidas também como ações que podem

11

Tradução própria.

“potencialmente desestabilizar o Estado”, num sentido um pouco mais amplo (NORRIS, 2011, p. 222).

Este critério se fez presente em 2013 quando as mídias de massa diferenciaram entre uma maioria de “manifestantes”, legítimos, pacíficos e uma minoria de “vândalos”, “infiltrados”, violentos, não legítimos (INTERVOZES, 2014). De 2013 a 2014, a presença recorrente de Black Blocs nos protestos era deslegitimada nesta última categoria de “vândalos violentos”. Recentemente no final de 2018 e começo de 2019, as manifestações dos coletes amarelos¹² na França colocaram essa questão da violência em protestos. Chegou ao ponto de Macron admitir que não conseguiu conter os protestos, referindo-se aos saques e incêndios – fenômenos lidos como violentos –, e buscar implementar uma legislação “anti-motins” que autoriza revistas prévias pelas forças de repressão e proíbe o uso de máscaras (EL PAÍS, 18/03/2019).

Outro critério possível advém da análise das respostas acerca das diferentes formas de participação política contenciosas presentes no WVS. Dentre as categorias de assinar petição, boicote de consumidores, participar de uma manifestação, de uma greve selvagem – não-oficial – e ocupar prédios, as duas últimas apresentavam os menores índices de resposta cujo auge registravam valores, respectivamente, de 4% e 2% em meados dos anos noventa (NORRIS, 2002, p. 197-198). Se o critério de (VI) *convencionalização é a repetição dos atos e sua frequência relativa*, torna-se difícil afirmar que greves não-oficiais e ocupações urbanas foram convencionalizadas, ainda que não sejam vistas como violentas em determinados contextos.

Numa linha similar de raciocínio, o fenômeno é discutido também em termos da difusão dos repertórios entre diversos grupos sociais. Norris (2002, p. 200-202) argumenta que, embora em meados dos anos setenta fossem concentrados em jovens e homens, pode se ver uma maior presença de outros grupos sociais ao longo do tempo. A participação de mulheres teria, por exemplo, se normalizado (AEST; WALGRAVE, 2001) e a disparidade de gênero e geracional com relação a participação vinha também diminuindo (TOPF, 1994).

12

Os “coletes amarelos” foram manifestações francesas no fim de 2018 contrárias a um imposto ambiental sobre o combustível e que depois se expandiram para demandar redução de impostos no geral e elevação do salário mínimo. Utilizavam como repertório o bloqueio de avenidas e rodovias, construindo bloqueios nos sábados.

Num sentido mais próximo de convencionalização como aquelas formas de protestos que não desestabilizam a democracia, estão algumas atitudes cívicas, dentre elas a (IV) *obediência a lei* – traduzido de *law abidance*. Este elemento não se faz presente diretamente relacionado aos protestos, mas conecta-se indiretamente por ser considerado como parte das normas sociais que predisporiam o apoio a valores democráticos (KLINGEMANN, 2014. p. 121-122) e que, por conseguinte, não gerariam risco às instituições. Nestes aspectos, são consideradas as questões sobre se é justificável não pagar tributos e se é justificável demandar do governo benefícios aos quais não se é alvo. Norris (2011, p. 226-227) utiliza esse mesmo critério ao analisar o negativo do efeito do deficit democrático sobre a obediência a lei, como a teoria de legitimidade pressupõe. Em seu livro anterior, ao mensurar o efeito da desconfiança institucional, a autora (NORRIS, 1999. p. 264) chega a incluir nesse critério o quão justificável a pessoa acha não pagar a tarifa no transporte público.

O critério de obediência à lei se aproxima da diferenciação entre violento e não-violento quando o termo “manifestação ordeira” é utilizada de maneira intercambiável. Aqui, sugere-se que protestos que mitigassem a obediência a lei poderiam não ser considerados como convencionalizados. Ainda mais, um possível caminho de análise perpassa por entender que todos os índices de obediência a lei incluem sinais do conflito distributivo, e sua obediência pode representar em que medida as demandas distributivas são suprimidas como sinônimo de convencionalização. A título de exemplo, no Brasil os “catracaços” – quando usuários (as) de transporte coletivo burlam o pagamento da tarifa de ônibus ou metrô – é um repertório comum dos conflitos em torno da mobilidade urbana. Sendo um dos critérios exatamente este, eles não poderiam ser incluídos como protestos convencionais.

Por fim, Bernard Manin (2013[2012], p. 124-127) apresenta um último critério ao discorrer sobre as mudanças no governo representativo. Diferentemente do início deste sistema político, uma das características da fase atual, denominada de “Democracia do público”, seria um crescimento da participação política não-institucionalizada. Diferentemente dos anos sessenta, as lentes teóricas em vigor já não as interpretariam como causadoras de risco à democracia-liberal, pois essas mobilizações (V) *não substituiriam as instituições representativas e sua influência se dá mediada por elas*. São, portanto, complementares. A capacidade adaptativa do governo representativo aos

protestos é assegurada pela liberdade de opinião e reunião pacífica e pela flexibilidade acerca de qual peso representantes devem ser responsivos à vontade dos cidadãos, ambos fundamentos deste sistema. Vale destacar o fato de que discorre sobre os mecanismos de adaptação do sistema político a influência da política contenciosa, enquanto a maior parte dos outros discorrem apenas ou quase exclusivamente sobre o caráter dos protestos.

Embora não as mencione, experiências de duplo poder – onde há um poder popular e o poder do Estado – ou que anseiam efetivar uma revolução social que substitua as instituições representativas ainda causariam riscos à democracia-liberal. Assim, há casos contemporâneos a essas mudanças nas lentes teóricas como a da revolução curda no norte da Síria que implementou uma formação política não estatal ou semi-estatal denominada Confederalismo Democrático, orientada por uma democracia participativa (SCHMIDINGER, 2018); ou as formas de auto-defesa militar e política dos povos indígenas mexicanos contra a violência do Estado e do narcoestado, as quais impedem tanto a entrada do exército regular em seus territórios, quanto de suas instituições políticas (ZIBECHI, 03/02/2018), dentre elas as do governo representativo.

Diferente dos protestos convencionalizados, experiências como essas, sim, colocariam ameaças reais e concretas à democracia realmente existente, por almejarem substituir suas instituições por outras mais democráticas. Dessa maneira, quando as manifestações e o confronto político popular almejam ou tem um germe da criação de um poder alternativo, um “poder popular”, estas intenções deveriam ser domesticadas. Como será apontado posteriormente, Edelman (2016. p. 54-57) destaca o esforço constante das instituições jurídicas em minar o poder que os (as) trabalhadores (as) tem em uma greve sobre seu tempo, o espaço e produção do seu local de trabalho, uma vez que este violaria o poder do Estado e do empresariado em determinar quem este último quem tem autoridade para ditar as regras no local de trabalho. Por esse motivo, quando Manin argumenta contra a substituição das instituições representativas devemos ter em mente tanto as ameaças existentes, quanto ameaças potenciais à divisão do poder político e do exercício de autoridade – os quais, estes, estão presente em manifestações populares.

Da convencionalização à domesticação

Indo além de uma descrição de critérios, as mudanças ocorridas nos repertórios de confronto popular desde o século XVII dão apontamentos sobre como a convencionalização pode também ser entendida como uma forma de domesticação. Segundo Tarrow (2009, p. 50-52), as formas de ação coletiva de confronto daquela época eram muito localizadas, com inimigos particulares – aquele agricultor, aquele senhor de um lugar específico – e que adotavam formas ambivalentes pois caso o conflito fugia ao âmbito local, recorriam a sua autoridade local para articular o confronto.

Posteriormente, ocorreu uma progressiva centralização de recursos e atribuições no Estado¹³, devido a tarefas que exigiam grandes esforços, como a realização de guerra na Inglaterra que exigiu a mobilização de soldados nas guerras religiosas, a organização do abastecimento de comida na França como respostas aos protestos da revolução francesa e tributação no caso dos Estados Unidos. Paralelamente, na Europa, começou a se desenvolver uma esfera pública muito pautada pelos cafés e pela expansão da imprensa, aliada pela alfabetização de massas, de forma que as associações populares também criavam seus próprios jornais que eram responsáveis por chamar as pessoas às rebeliões (TARROW, 2009. p. 65-72;84-89).

Estas duas modificações estruturais na sociedade europeia transformaram as formas de ação coletiva de confronto em cosmopolitas, autônomas em relação às autoridades locais e, principalmente, *modulares*. De um lado, as mudanças ocorridas no âmbito do Estado-nação o fizeram alvo, ponto de apoio e mediador das demandas dos confrontos populares. De outro, a edificação de uma opinião pública articulada em escalas nacionais, difundia os repertórios de confronto disponíveis em diferentes localidades e grupos sociais subalternos. Consequentemente, as formas de ação coletiva podiam ser mais facilmente adequadas a uma variedade de contextos, dado os inimigos em comum e articulação mais ampla. Esta modularidade fez com que, nas revoltas de 1830 e 1848 na Europa, se difundissem os repertórios de greve, manifestação de massas e a barricada (Ibid, 2009. p. 53-59;72-77;90).

13 Os casos utilizados são dos Estados Unidos, Inglaterra e França (TARROW, 2009. p.84-89). É difícil estender suas conclusões a outras sociedades sem a devida mediação. O relevante é demonstrar a existência desse fenômeno social da convencionalização e domesticação do confronto coletivo.

Após tornarem-se modulares, inicia-se um processo de dialética entre a política de confronto e a repressão que culminará numa segunda mudança: a *convencionalização*. Conforme as greves, manifestações e barricadas se disseminam, o Estado tenta contê-las e adequá-las à ordem republicana, retirando seu caráter ameaçador. Assim, o Estado não se utilizava apenas a repressão, mas a integração à política “normal” e institucionalização dessas formas de ação coletiva. O choque violento decorrente do confronto popular diminui, na França a legislação requer que as manifestações policiem a si mesmas e a greve passa a ser altamente ritualizada. Essas duas formas teriam se transformado na “principal expressão não-eleitoral da política civilizada” (Ibid, 2009, p. 133). A barricada, a mais disruptiva das três formas, desaparece face a uma série de reformas urbanas realizadas pelo Estado com o intuito de dificultar a revolta dos grupos subalternos, além de forte repressão (TARROW, 2009, p. 90-94;126-136).

Esse misto de repressão e incorporação se deve ao fato de que, na ausência de violência explícita e presença apenas da “ameaça de violência”, essas formas se enquadram mais facilmente nos códigos de legitimidade republicana, tornando sua repressão mais custosa. O Estado passa a lidar através da eliminação, se necessário, e também da canalização do confronto popular (TARROW, 2009. p. 93;128).

Para o autor, as mudanças estruturais que geraram uma opinião pública e um Estado centralizado alteram a dialética entre a política de confronto e repressão, o que gera essas grandes mudanças nos repertórios de ação coletiva de confronto, como a modularidade e a convencionalização (Ibid, 2009, p. 92-94; 126). Funciona como uma dialética de “gato-e-rato”, relacional e bi-direcional, onde o Estado age como gato que persegue o rato incessantemente, e este último, os grupos populares, encontram formas de fugir dos olhos do gato. Este aspecto é diferencial na definição de convencionalização elaborada por Tarrow. Mais do que descrever que dadas formas de confronto se tornaram comuns, pretende explicar esse processo e apresentar uma definição mais robusta do fenômeno. Nesse sentido, a convencionalização é um processo duplo de (I) *difusão de um repertório de confronto* dos grupos dominados que vem em *conjunto* com a sua (II) *domesticação*, isto é, quando sua ameaça à ordem é controlada, pelos grupos dominantes, através de alguns resultados da dialética do conflito extra-institucional.

Porém, há uma diferença fundamental nos níveis de análise utilizados pelas pesquisas de valores políticos – como as elaboradas pela literatura da cidadania crítica – e estas de Tarrow e autores (as) mais relacionados às pesquisas de movimentos sociais. As primeiras focam no nível do comportamento individual e no comportamento individual potencial, isto é, daquilo que as pessoas poderiam vir a fazer (RIBEIRO & BORBA, 2016. p. 373-374; Ibid, 2015, p. 211), uma vez que várias das perguntas das pesquisas inclusive dizem tanto se a pessoa participou de alguma forma de ação política nos últimos anos, quanto se ela participaria dessas formas de ação política. Já as pesquisas de Tarrow (2009) tem como base a categoria do confronto político, ou seja, episódios e ciclos coletivos de disrupção e desafio à ordem e às elites dominantes por grupos e classes externas aos espaços de decisão. Mesmo fora à Teoria do Processo Político (TPP) que este autor adere, as diversas teorias de movimentos sociais, mesmo quando discutem história ou trajetória de vida, vinculam-nas aos enquadramentos e significados coletivos.

Essa diferenciação não é de menor relevância, uma vez que em podemos supor, por exemplo, que responder em questionários de desconhecidos (as) se você participou de protestos não autorizados, se você se envolveu em greves e ocupações pode envolver um temor de sofrer com prisões, processos judiciais, assassinatos, demissões ou rechaço social em uma diversidade de sociedades. Além disso, quando se trata de perguntar se as pessoas potencialmente participariam de formas de ação política extra-institucionais, violentas e disruptivas há uma diferença entre a propensão a protestar e a situação real e coletiva de estar em meio a manifestação, em multidão ou massa com sua indignação e muitas vezes em confronto aberto com forças policiais. Em comparação a quando a pessoa está respondendo um questionário em meio a uma rua com pressa, não há uma coletividade disposta a romper a ordem social como na situação real da multidão.

Ao realizar uma revisão crítica da psicologia de massas que seja capaz de atualizar a formação de um partido comunista de massas, Jodi Dean (2016) discorre sobre como a condição das multidões em manifestações cria um sentimento de solidariedade e disposição para romper a ordem. Em multidão desse tipo, as pessoas sentem que cessam as proibições impostas ao indivíduo na sociedade capitalista, de extrema atomização social. Para a autora, continuar esse sentimento de que “as multidões tudo poderiam” e solidariedade, subvertendo a ordem, seria o dilema do

partido – que podemos compreender como das organizações de movimentos sociais também.

Conseqüentemente, análises sobre a domesticação de protestos pautada em uma dimensão individual isoladamente, sem integrá-las a dimensões estruturais e relacionais, como as de Tarrow (2009), podem superdimensionar a força da ordem social sobre as pessoas e subdimensionar a dialética da luta e o processo político que se desenvolve.

De qualquer forma, indiretamente, a domesticação diz respeito a controlar a eficácia de um movimento para atingir seus objetivos. São muitas as maneiras pelas quais isso pode se dar. Os exemplos utilizados por Tarrow abarcam tanto a institucionalização de regras de auto-vigilância para manifestações públicas, a ritualização das greves, o fim das barricadas urbanas, bem como a burocratização das organizações de massa e outras formas de institucionalização. A domesticação, ligada a convencionalização, tem suas vantagens, como a possibilidade de tornar as ações menos custosas, pois o risco de ser preso ou morto em formas de ação pouco disruptivas é consideravelmente menor. Por outro lado, a burocratização, tal como formulada por Michels, implicaria a substituição de objetivos¹⁴ (Ibid, 2009. p. 134), de tal maneira que a sobrevivência da organização transforma-se em um objetivo em si no lugar do objetivo inicial da organização – para Michels (1982), o socialismo democrático do Partido Social-Democrata alemão. No longo prazo, os processos de institucionalização e aproximação forte de movimentos sociais pode implicar numa dependência destes últimos frente ao Estado e às instituições, dificultando decisões que os confrontem e mobilizem no futuro (TATAGIBA, 2007. p. 14-15).

A domesticação do protesto está inserida junto aos mecanismos mais amplos de controle da vontade popular. Nos Estados Unidos, a existência de um sistema eleitoral anterior às mobilizações multiplicava as clivagens que eram colocadas em marcha e canalizou, de alguma maneira, a vontade do povo, antevendo mobilizações populares (Ibid, 2009, p. 91). De maneira análoga, a engenharia institucional proposta pelos Federalistas à sua República almejava prevenir e controlar a expressão da vontade das

14 O debate acerca da burocratização e seus efeitos é complexo e extenso, não sendo objetivo ser estendido aqui. Interessa registrar aqui alguns efeitos da domesticação. Contudo, se está ciente de que é mais preciso falar em uma articulação de fins/objetivos do que uma substituição dos fins nos processos de burocratização e institucionalização que a teoria das organizações políticas prevê. Para um debate a aprofundado disso, ver Panebianco (2005[1982]). Além disso, cabe enfatizar que domesticação e burocratização são fenômenos distintos. A burocratização pode alçar e gerar uma adesão consciente dos grupos dominados à ordem que lhes reprime, sendo um fenômeno seguinte à burocratização. Isto será melhor discutido na seção final deste capítulo.

classes não-proprietárias e “filtrar” o poder popular de supostas “irracionalidades” contra a propriedade privada (VITULLO, 2009). Estavam escrevendo em meio ao medo das elites ainda assustadas pela revolta liderada por Daniel Ashays, em um estado dos Estados Unidos em 1786 e 1787, contra as execuções por dívida (BIANCHI, 2011. p. 81).

Na França, um dos argumentos mobilizados pelos grupos dominantes conservadores favoráveis ao sufrágio universal masculino era justamente de que esta evitaria uma revolução, referindo-se as revoltas de 1848 na Europa. Na Inglaterra, por sua vez, embora não houvesse tantos levantes de massas como na França, os debates sobre reformas eleitorais de 1867 consideravam que o direito ao voto para trabalhadores¹⁵ domesticaria seus sindicatos e impediria que buscassem outros meios de expressão política fora das instituições. O voto como único meio de influência popular da democracia coloca um teto sobre a intensidade das formas de expressão nessa forma de governo, deslegitimando formas mais participativas e intensas, como ações diretas (HIRSCHMAN, 1982. p. 120-126). Caminho similar foi seguido pelo direito à resistência, com origens na teoria política liberal de John Locke mas que foi progressivamente sumindo dos textos constitucionais conforme as eleições livres foram sendo implementadas (TRINDADE, 2018, p. 6).

Algo semelhante ocorre com outras formas institucionalizadas de participação política mais recentes que o sufrágio universal, como é o caso das Instituições Participativas (IPs)¹⁶ no Brasil. Segundo Trindade (2018. p. 11), a luta pela moradia na cidade de São Paulo sofreu disso em 2011 quando o prefeito, Gilberto Kassab, cobrou em artigo de opinião que os movimentos não poderiam ocupar imóveis vazios por que estariam presentes no Conselho de Habitação, colocando-o como a forma legítima de diálogo e ação. As Instituições Participativas apresentam também limitações pois abordam questões específicas, sem um projeto transformador, levando a aceitação da institucionalidade existente. Uma vez que são também políticas específicas, fica fora das discussões e dos discursos as causas estruturais das desigualdades (MIGUEL, 2012. p. 100-101). Assim, difere das lutas extra-institucionais que teriam um potencial para

15 Dado ao contexto e local da época, supõe-se que realmente sejam apenas homens trabalhadores, uma vez que o movimento em defesa do sufrágio universal feminino ainda não havia ocorrido.

16 Instituições Participativas são uma série de órgãos que permitem a participação da sociedade civil diretamente no Estado. Apresentam uma grande diversidade de formatos e, embora tenham se iniciado já na ditadura, ganhou maior impulso e relevância nos governos municipais

transformar as instituições e ter um discurso mais amplo do que aquele de políticas públicas específicas imposta pela divisão do trabalho do Estado.

Conforme discutido anteriormente com base na literatura da cidadania crítica e da leitura de Tarrow sobre movimentos sociais, contemporaneamente as manifestações e protestos se tornaram convencionais. Tendo iniciado com a dialética entre formas de poder popular e as instituições do Estado de maneira a eliminar as formas mais conflitivas, as que sobraram se tornaram ainda mais contidas. Como destacado, as manifestações na França passaram a assumir um compromisso de policiarem a si mesmas e quase renunciarem à violência. Embora não tenhamos a intenção neste momento de discorrer o percurso da dialética entre poder popular e Estado no caso brasileiro¹⁷, recentemente foi aprovada no país uma legislação anti-terrorismo que dá margem para inclusão de ações combativas de movimentos sociais e do conflito urbano como terrorismo, institucionalizando a criminalização já existente de movimentos sociais (TRINDADE, 2018. p. 14) e indicando que apenas determinadas formas de confronto coletivo são aceitáveis.

Elencar isso significa apontar uma atualização na maneira contemporânea dos sistemas políticos de democracia-liberal e capitalismo em conterem a vontade, a influência e o poder popular. Antes da democracia-liberal e durante o Estado absolutista, *a vontade popular sequer deveria se expressar*. O exemplo principal está na teoria de Hobbes, autor absolutista para quem após o contrato social, o Estado expropria toda a soberania do indivíduo em decidir sobre a própria vida (ALMEIDA, 2015. p. 52-54), o que retira qualquer legitimidade de qualquer conflito iniciado pelos grupos governados.

Já no início da democracia-liberal, o medo de uma revolta e uma revolução popular é tamanha que os grupos dominantes passam a considerar a vontade do povo em suas decisões através de uma série de arranjos institucionais que visavam “filtrar” e “cooptar” essa vontade. São os exemplos já listados da concessão do sufrágio universal e dos mecanismos discutidos na constituição americana pelos Federalistas – bicameralismo, presidencialismo, multiplicidade de distritos, a instituição de representantes formais, dentre outros. Paralelamente, a vontade popular deveria ser

17 Um estudo dessa magnitude exigiria voltarmos a análise das formas conflito social existente desde a colonização, incluindo as rebeliões negras, o quilombismo, as revoltas reprimidas pelo Império, até os períodos republicanos e suas sucessivas viradas ditatoriais, que incluem as greves negras, operárias grandes manifestações e ocupações de prédios públicos, de terras e imóveis dentre outras.

expressa quase que exclusivamente por meio da competição eleitoral. O exemplo neste caso vem da teoria democrático-elitista de Schumpeter (2003, p. 295) que, como mencionado, uma vez eleito o representante, este deveria ser blindado de qualquer influência do representado. Esta segunda maneira de lidar com a vontade popular indica que ela deve ser expressa legitimamente apenas *pelos meios institucionais regulares*. Quais são esses meios regulares é algo dinâmico, tendo se reproduzido algo semelhante quando da implementação das Instituições Participativas no Brasil, por exemplo. Embora funcionem de forma distinta às eleições, continuam um *meio de expressão institucional* da vontade popular.

Por fim, mais recentemente, as instituições da democracia-liberal aceitariam finalmente *a expressão da vontade popular por meios extra-institucionais*, como o debate supracitado da cidadania crítica, da convencionalização e domesticação do confronto popular. Portanto, esta terceira forma de lidar com a vontade do povo dá-se por meios extra-institucionais desde que sejam *controlados*. Conseqüentemente, são uma continuidade das formas de controle sobre o povo, dos *mecanismos de contenção popular*. Esta pesquisa está inserida no debate deste conjunto de mecanismos da democracia-liberal que visa domesticar as formas de confronto extra-institucionais e dar seguimento a domesticação também da vontade popular.

Domesticação como uma forma (distinta) de dominação

Em última medida, estes mecanismos de contenção da vontade popular são formas de dominação operadas pelos grupos dominantes dentro do sistema político da democracia-liberal. Qual a implicação disso? As definições de democracia costumam colocá-la como antípoda à dominação, isto é, onde haveria uma não há de haver a outra (MIGUEL, 2018). A domesticação dos protestos sugere o inverso, que ambas coexistem. A “democracia como promessa” (Ibid, 2018. p. 40) de que a dominação esteja ausente continua distante, motivo pelo qual devemos realizar esse debate. Duas sínteses principais nos auxiliam, a de Miguel (2018) e do sociólogo uruguaio Errandonea (1989), além de uma miríade de outros autores.

Weber foi um dos primeiros a dar centralidade para a categoria da dominação em suas análises, conceituando-a como probabilidade de encontrar obediência a ordem em determinadas pessoas (WEBER, 2012. p. 33). A partir daí buscou compreender quais seriam as formas legítimas de dominação (MIGUEL, 2018. p. 17), o que desbanca para

sua discussão sobre a “ordem legítima” da dominação e suas variações de justificação que levam a aceitação da ordem por quem a obedece (WEBER, 2012. p. 19-23).

Miguel (2018) passa pela definição weberiana, como também por uma série de autoras (es), elencando dois aspectos presentes nela: o envolvimento ativo dos grupos dominados na própria dominação, a existência de uma estrutura de dominação e a relação com a democracia. Antes de entrarmos nesses aspectos, ele define o conceito como “o exercício assimétrico de autoridade ensejado pelo controle de recursos materiais e simbólicos, compelindo aqueles que estão submetidos a comportamentos que beneficiam os que detêm o poder” (MIGUEL, 2018. p. 15). Dentro dessa definição temos, dois polos desiguais relacionados, no qual um está submetido ao outro pelo controle de instrumentos diversos de domínio que está inserido em uma estrutura social. Trata-se de uma relação de mando e obediência, para usar os termos de Weber.

Por essa razão, ao caracterizar a dominação, Errandonea (1989. p. 76) compreende que ela é *relacional* e *bilateral*, que divide entre um grupo de pessoas dominantes e um grupo de pessoas dominadas. Mais precisamente, são cindidas em classes dominadas e classes dominantes, dada que a definição de classe social do autor é ampliada para demarcar grupos divididos na desigualdade (ERRANDONEA, 1989. p. 97-98). Contudo, essa divisão se complexifica na medida em que o lugar que cada um pode ocupar oscila: se em relação a um grupo determinado aquele é dominante, pode vir a ser dominado em outro¹⁸ (Ibid, 1989. p. 102-104). Os burocratas de alto escalão do Estado podem oscilar, por exemplo, em serem dominantes frente as classes populares, mas serem dominados em relação aos grandes capitalistas -que detém o controle sobre o fluxo de investimentos¹⁹. Outro exemplo possível de identificar é o lugar das mulheres brancas, que são dominadas em relação aos homens, mas podem agir como grupos

18 Fruto dessa forma de conceituar e complexificar a dominação, Errandonea (1989, p. 102-104) elabora sua análise de uma estrutura de classes que será retomada ao discutir os grupos que serão analisados aqui. Ela consiste em diferenciar, dentro das classes dominadas, entre aquelas que participam na organização da dominação – as classes médias –, as que são dominadas e integradas e essenciais ao sistema – as classes dominadas restritamente falando –, as que são dominadas e não integradas ao sistema – as classes marginais. Por fim, as classes dominantes propriamente seriam as que controlam a estrutura de dominação, com seus instrumentos e mecanismos de domínio.

19 Este exemplo foi retirado do debate sobre um dos aspectos da dependência estrutural do Estado capitalista realizado por Offe (1984). Nele, uma vez que a arrecadação de tributos do Estado depende de uma bonança econômica, é necessário que seja garantida a valorização do capital e extração de mais-valia, sob o risco de não ter atividade econômica para tributar.

dominantes em relação às mulheres negras quando as contratam como empregadas domésticas²⁰.

Ao mesmo tempo, utilizando a definição weberiana, o autor considera que a dominação apresenta também um *conteúdo normativo* que atribui expectativas mútuas internalizadas entre dominantes e dominados. Geralmente, o conteúdo consiste nos diferentes discursos sobre a legitimidade que são realizados para a aceitação da dominação e, ao mesmo tempo, os limites de até onde ela pode ir (Ibid, 1989. p. 76).

A menção do autor sobre a legitimidade está fazendo referência às formas de ordem legítimas identificados por Weber. Neste, os critérios poderiam ser os tipos ideais da racional-legal ou burocrática – atrelada a moderna empresa capitalista e à burocracia –, a tradicional – relacionada a igreja ou às tradições – e a carismática – atributo de líderes específicos (WEBER, 2012. p. 22-23). Dada a existência de expectativas mútuas, significa que os dominados aderem também as justificações dos dominantes. Isto remete diretamente a introjeção dos valores dominantes.

Um dos aspectos enfocados por Miguel (2018. p. 72-73), a noção de hegemonia de Gramsci, sugere que não basta a repressão para garantir a obediência, mas um consentimento ativo dos dominados. A origem desta concepção é trazida desde Étienne de La Boétie no século XVI, com o “discurso da servidão voluntária” onde a projeção de si no rei é um dos mecanismos para a adesão dos súditos. Abarca as visões de ideologia de Marx e Engels, segundo a qual esta tenta universalizar a todas as pessoas a experiência de vida e os valores dos grupos dominantes. Passa também por Bourdieu e Mackinnon, que discorrem, respectivamente sobre a produção de dominação simbólica em torno de visões de mundo que auferem superioridade ao dominante e a erotização da dominação, onde a sexualidade é atravessada por visões de poder e vice-versa (Ibid, 2018. p. 29;34-35;38-40;69-76).

Tais visões complicam o consentimento que é dado a dominação, inserindo dificuldades para considerar o consentimento como oposto à dominação. Esta forma de colocar o problema tem por objetivo criticar os entendimentos de que a dominação é exterior aos dominados, como se fosse imposta de fora (MIGUEL, 2018. p. 29;34-35). Também o é, mas apenas isso seria insuficiente para a manutenção da ordem. Às vezes, mesmo o verbo “introjetar” ou “internalizam” remete a essa visão de que é algo externo

20 Ver discussões sobre trabalho doméstico e colonialidade, de Bernadino-costa (2015).

às pessoas. O que se destaca é, portanto, que a dominação tem uma marca produtiva, criando sujeitos, suas visões de mundo e suas preferências. Esta foi uma das principais contribuições de Foucault e dos estudos sobre governamentalidade que lhes seguiu (AVELINO, 2011), considerar que ela gera sujeitos e suas visões de mundo, exercendo um poder disciplinar sobre seus corpos. Herdeiros dessa tradição estão também Althusser (s/d), cuja ênfase foi nos aparelhos ideológicos do Estado – como mídia e escola – capazes de inculcar a divisão do trabalho capitalista na classe trabalhadora, e Poulantzas (2000), que aponta o corpo das pessoas como uma instituição política e o processo de “individualização” como uma das funções do Estado.

Um outro elemento destacado no conceito de dominação por Miguel (2018, p. 50;52-54;56-57) é a existência de uma estrutura social que organiza o mando e obediência, o exercício assimétrico de autoridade. Diferente de outras abordagens que careceriam deste componente, ele recorre a Bourdieu, Offe e Poulantzas para debater o caráter excludente do sistema político. No primeiro, o campo político apresenta um grupo de regras e mecanismos que delimitam quem ascende à centralidade no campo e quem não, dentre os quais encontram-se a disposição menor de tempo para participar politicamente entre as mulheres e a classe trabalhadora, a exclusão da linguagem dos grupos dominados por não ser a “legítima” e a moderação de posições políticas. Já em Offe, a dependência estrutural do Estado frente aos tributos que extrai do capital implica que a burocracia introjeta a impossibilidade de tomar decisões que afetem negativamente a acumulação. Assim, usam a “seletividade sistemática” das instituições, que diz respeito a uma série de mecanismos que codificam, como um algoritmo, as demandas populares e as exclui ou domestica. Por fim, de Poulantzas traz a noção de que embora o Estado esteja sujeito à disputa e conflito pelos grupos dominados, ele é resultado dessa mesma disputa “condensando as relações de forças na sociedade” que favorece os grupos dominantes. Um exemplo utilizado é o das instituições democrático-representativas, as quais apesar de serem entendidas como uma conquista das classes populares, as imporiam também uma série de limites e exclusões, como a própria repressão forte que sofrem.

Elencando a existência de uma estrutura social que imputa relações de mando e obediência desiguais, ou de exercício de autoridade desiguais, compreende-se que os mecanismos utilizados para filtrar, mitigar e – do interesse desta pesquisa – domesticar

ou conter a vontade popular expressa através do conflito extra-institucional estão integrados a ela. São, portanto, mecanismos que fazem parte da estrutura de dominação que afeta também os protestos.

Porém, a dominação não é estável e idêntica em todos os momentos da história. Na verdade, a dialética citada anteriormente de Tarrow entre o confronto popular e a repressão do Estado pode ser enquadrada de maneira ampliada como uma dialética entre a dominação e seu oposto: a autogestão, a participação ou a resistência. Segundo Errandonea (1989, p. 80-81), a dominação é a imposição da vontade sobre outro através da obediência, limitando desigualmente a capacidade decisória de determinados grupos. A participação, por outro lado, é definida como a imposição da própria vontade sobre si mesmo e aquilo que lhe afeta. Nesse sentido, quanto maior a participação, menor a dominação. Na interpretação da teoria política anarquista de Corrêa (2015, p. 135-138), opõem-se dois tipos ideais em um continuum, o da dominação e o da autogestão – como uma relação social não-hierárquica que envolva a participação proporcional nos problemas que lhe afetam. A participação é alçada a centralidade também por Young (1990, p. 38. apud. MIGUEL, 2018. p. 37), na qual as condicionantes institucionais que a inibem e controlam são definidoras do próprio conceito de participação. Ainda que baixa, a capacidade de participação é o que viabiliza a resistência e sua pressão sobre a dominação, impondo os limites de sua legitimidade e aumentando os limites da legitimidade das ações de confronto popular. Esta dialética que gera a transformação social e, simultaneamente, atualiza ou abole as formas de dominação (ERRANDONEA, 1989. p. 80-82).

Isto nos aproxima da discussão sobre domesticação de protestos. Antes, contudo, as implicações para pensar a relação entre democracia e a domesticação de protestos devem ser levantadas. Vigora entre a teoria democrática – e também em teorias da justiça – *mainstream* uma ausência da categoria dominação, por diversas razões. Ao passo que as abordagens pluralistas e elitistas no máximo consideram a existência de uma relação de competição entre grupos – logo, pressupondo que estão entre iguais –, outras até a consideram mas mantém o problema de achar que a dominação é externa aos indivíduos, como é o caso das abordagens deliberativas. Mas o que aparece amarrar todas é a de que a dominação seria uma categoria dispensável na medida em que ela só estaria presente onde as democracias realmente existentes não vigorasse (MIGUEL,

2018. p. 24-29). Nesse sentido, a “democracia como promessa” de ausência de dominação se choca com a “democracia como ordem”, que as formas de dominação apresentam no mundo realmente existente (MIGUEL, 2018. p. 42). Face a tudo o que foi exposto acima, as democracias-liberais não vigoram sem formas de exercício sistemático de autoridade desigual, sem relações de mando e obediência, isto é, sem dominação.

Cruikshank (1999 apud. AVELINO, 2011. p. 99-100) vai além, afirmando que as democracias-liberais concernem mais a como produzir socialmente cidadãos do que com a viabilização da autonomia de indivíduos. As *tecnologias de cidadania* cumpririam, então, o papel de fazer as pessoas deixarem de serem apáticas e se tornarem cidadãs ativas, que participem da política, induzindo a um movimento próprio de “complacência voluntária” (CURIKSHANK, 1999. p. 23. apud. AVELINO, 2011. p. 100). Isto se faz necessário pela necessidade do consentimento ativo dos grupos dominados, discutido anteriormente. O aprendizado da cidadania ativa, contudo, é também coercitivo: aprende a participar e assim como aprenderia a disciplina coercitivamente (AVELINO, 2011. p. 100-101) e a ordem.

A produção social de uma subjetividade pautada na ação ativa das pessoas enquanto cidadãs, que se manifestam respeitando a ordem, é atravessada pelas clivagens raciais e de gênero. Ao discutir de forma ampla o genocídio de pessoas negras no Brasil, Abdias do Nascimento (2016, p. 52;61-68) enfatiza constantemente qual tipo de subjetividade negra era aceita: uma pautada em valores brancos, não na própria negritude. Assim, um dos mecanismos do genocídio é embranquecer a população negra através da miscigenação, fazendo-a desaparecer estatisticamente. Em diversos momentos, isto é referido pelo autor como um mecanismo de “domesticação do negro”, tornando-o aceitável quando embranquecido em seus valores. No caso brasileiro, isto se refletiu no período de escravização quando as fraternidades religiosas e nações étnicas – que eram formas de apoio mútuo legitimados e organizações de socorro mútuo – deixavam aceitáveis alguma forma de protesto negro através dos batuques oficiais, canalizando-o e disciplinando-o ao mesmo tempo. Seu debate, então, racializa a produção dos sujeitos e a domesticação, aos outros autores e autoras mencionados²¹.

21 Uma das hipóteses trazida por Jourdan (2018, p. 125-126) é que nas Jornadas de Junho de 2013, por exemplo, as reivindicações que apareceram nas favelas e comunidades não foram automaticamente traduzidas como uma manifestação do tráfico local, como costuma ser feito. Ao contrário, era considerado politicamente, refletindo uma alteração no padrão de aceitação. Sai da criminalização

Por sua vez, outros debates também realizados no Brasil, nos apresenta a domesticação da subjetividade das mulheres. Por exemplo, na greve de tecelãs em Salvador – predominantemente mulheres – que se seguiu pouco depois a greve geral da Bahia de 1919²², muitas trabalhadoras eram associadas ao “caos e anarquia”, colocando-as no papel de exaltadas e fazendo com que sua mobilização fosse tida como uma ameaça à “família, a suspensão de autoridades constituídas e a instabilidade social” (MATOS, 2010. p. 1036). Assim, ela se diferencia da greve geral de 1919, cujas lideranças eram predominantemente masculinas a despeito da extensa participação feminina, de maneira que tiveram menor apoio das elites locais. Através da imprensa, estas eram caracterizadas como “secundárias”, “incapazes”, “manobráveis e influenciáveis” na ação política, situando seu papel aceitável como mulheres dóceis que cuidam da família e do lar e não grevistas (Ibid, 2010. p. 1042).

O conjunto de trabalhadoras(es) tiveram uma subjetividade dominada que os formava. A todo tempo nas decisões do judiciário francês sobre greves e ocupações de fábrica durante greves, analisadas por Bernard Edelman (2016, p. 32-33;58-59), apontavam como a mobilização da classe enquanto tal não poderia ser aceita num primeiro momento. Era apenas a mobilização de indivíduos de direito ou somas de cidadãos. Apenas nos momentos posteriores é que a linguagem jurídica passa a reconhecer, a partir do direito de trabalho, um direito coletivo, mas não a classe trabalhadora enquanto tal nem as massas – além de uma série de outras limitações que são impostas. É como se, ao invés da classe trabalhadora aparecer como classe para si, uma subjetividade não-domesticada, fosse produzida socialmente sua subjetividade como “cidadãos”.

O próprio processo de individualização presente nos Estados capitalistas que positivam e constroem a subjetividade de indivíduos jurídicos também se mostra presente como uma forma dominada. Sendo formalmente livre para exercer suas escolhas, o sujeito jurídico se constitui como aquele que também é formalmente livre para vender sua força de trabalho (POULANTZAS, 2000[1978]. P. 27-28;61-64). Portanto, ainda que o reconhecimento de trabalhadores (as) fosse realizado simbólica e

aberta para a tentativa de domesticação, gerando um novo espectro de ações do que seria reprimível.

22 Este episódio será retomado para discutir um pouco as intenções de domesticação quando estivermos localizando o fenômeno ao longo da história brasileira.

materialmente, ainda estaria submetido a esse tipo de ideologia jurídica e subjetividade dominada.

Esses três exemplos apontam para a situação na qual, ainda que os protestos sejam domesticados e aceitos pela ordem, o perfil de quem protesta e de suas demandas importa. É nela que está a base da dominação, uma subjetividade autorizada que se transforma em uma tentativa de domesticar as manifestações dos grupos sociais subalternos segundo a maneira pela qual existem suas subjetividades aceitas. Das populações negras urbanas, é a criminalização e negação de qualquer forma política que não seja embranquecida. Das mulheres, a exaltação da docilidade do lar e afins é aceita apenas naquele contexto, não sua manifestação. Essa subjetividade dominada ou domesticada se transforma na não aceitação de seus protestos, sendo sua domesticação a não realização de protestos²³.

De qualquer forma, o debate realizado pelas abordagens da cidadania crítica endossa o modelo de qual cidadão deve ser produzido socialmente e ilustra suas implicações para a domesticação de protestos. A literatura ressalta a prevalência cada vez maior de manifestações pacíficas e da participação em petições, opondo-as às manifestações violentas, bloqueios de rua e greves radicais, isto é, formas de ação que potencialmente ameaçam a democracia representativa. Compatibilizando as duas abordagens, o cidadão crítico a que se referem a literatura de mesmo nome se assemelha aquele que as tecnologias de cidadania seriam capazes de produzir, domesticando os intentos mais conflituos inclusive dentro do confronto político que ocorre fora das instituições.

Nesse caso, a dominação opera de maneira a gerar sujeitos que acreditam na ausência de legitimidade de formas de ação coletiva disruptivas. Esses, por sua vez, tenderiam a disciplinar outros manifestantes mais radicais, seja desacreditando-os sob a estigma comum no Brasil do “vândalo infiltrado” ou do “terrorista”, que pode ser linchado física e socialmente ou mesmo entregue à polícia. A exigência da polícia

23 Vale ressaltar a diferenciação colocada no parágrafo e que será rerepresentada na síntese. Uma coisa é a subjetividade domesticada que aparece a partir das tecnologias de cidadania, da individualização do Estado capitalista e da interpelação dos aparelhos ideológicos, bem como do embranquecimento de negros (as) e da docilidade da mulher para a família. Outra coisa é quando as subjetividades domesticadas se transformam em formas de ação coletiva de confronto domesticadas. Por isso, quando nos referimos a domesticação estamos falando desse segundo processo, que o distingue da dominação propriamente e do consentimento ativo para a ordem presente nos diversos sujeitos subalternos.

francesa para que os movimentos sociais se policiassem a si mesmos seguia nesta mesma direção.

Olhada desta maneira, a domesticação do confronto político não pressupõe uma relação de separação estrita entre Estado e sociedade, uma vez que as ações dos grupos dominantes – que atuam dentro e fora do Estado, como se verá – podem contar com anuência e legitimação dos próprios grupos dominados. O debate incorpora, assim, as contribuições recentes acerca da relação entre movimentos sociais e institucionalidade estatal, principalmente na América Latina, a qual permitiu ampliar o conceito de “repertório de confronto” para “repertório de interação” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) ou para “repertórios de estratégias” (ROSSI, 2016), e deslocar o estudo de movimentos sociais para redes de ação coletiva e dinâmicas não-conflituosas com o Estado (ABERS; VON BULOW, 2011. p. 54-59). Contudo, introduz o debate sem perder de vista e dando centralidade a tensão e o caráter conflitivo que está envolvido nessa relação. Existe, portanto, um tipo de *confluência perversa* (DAGNINO, 2004) aplicada ao confronto político em função da domesticação de protestos, em que algumas mobilizações podem favorecer e reforçar formas de dominação até voluntariamente, a despeito de terem um potencial emancipatório.

Dado que isto ocorre até nestes casos, de lutas que tenham como objetivo se opor à dominação, acontece também nas que não tem esse fim – como manifestações de extrema-direita, de neofascistas a supremacistas brancos. Portanto, falar em dominação atrelada a domesticação de protestos nos faz não considerar aqueles que desafiam o Estado como fonte de tudo o que há de bom e apenas de virtudes. Ambos os polos, o do Estado e do confronto popular são complexos e podem incentivar e aderir formas de dominação.

Nem sempre, contudo, a domesticação ocorre com anuência voluntária dos grupos dominados. Miguel (2018, p. 84-85) entende que o uso de formas de resistência cotidianas, que costumam ser não-públicas, indica a existência de uma maré de indignação emulada em forma de consentimento. Os exemplos vêm das práticas cotidianas invisíveis aos olhos dos dominantes de camponeses na Malásia, como a sabotagem da produção, corpo mole no trabalho, dentre outros. Nos sugere que há mais uma adaptação estratégica ou tática. Assim, o confronto político popular pode se adaptar a algumas exigências da ordem pensando em uma tática ou estratégia mais ampla, como

fazer manifestações totalmente pacíficas, sem travamento de ruas, greves e passeatas totalmente ritualizadas e negociadas. Noutras circunstâncias, a domesticação pode ocorrer também à base do terror de Estado que o exercício da repressão traz com toda sua dimensão teatral através da lei, o “código da violência pública organizada” (POULANTZAS, 2000. p. 75). Fora do domesticado, os protestos subalternos se sujeitam a ser reprimidos por romperem com o aceitável pela ordem.

Em todo o caso, a domesticação do conflito extra-institucional tocado pelos grupos subalternos age de maneira a minar a sua capacidade de influência sobre as decisões coletivas da sociedade, ou seja, minando a capacidade da participação popular em se expressar e decidir naquilo que lhe diz respeito. Ela – a domesticação - continua o exercício assimétrico de autoridade que caracteriza a dominação. É como se os grupos dominantes agissem enquanto intermediários entre as formas de confronto político para dificultar que elas se concretizem como uma forma de ação direta – isto é, um poder mais direto sobre a capacidade de decisão política. A domesticação consiste, portanto, em um empecilho para que a promessa da democracia como fim da dominação se efetive.

O debate sobre convencionalização de protestos indicados pela literatura da cidadania crítica e pelos modelos atualizados de cultura cívica indicou a prevalência de manifestações pacíficas e assinatura de petições globalmente numa crescente, tendência essa já percebida nos países centrais. Em Tarrow, o debate sobre convencionalização ganha uma complexidade que demonstrar como a difusão de repertórios de confronto pode vir associada a contenção de suas formas mais conflitivas, ao que podemos denominar mais precisamente de domesticação. A domesticação do confronto extra-institucional não se encontra num vazio, mas inserida numa dialética mais ampla entre influência popular e Estado que sempre tenta conter a primeira ainda que pressionando o segundo a ceder. Por essa razão, ela constitui também como uma forma de dominação, a qual dificulta a realização da promessa de democracia que se anseia contrária ao mando e obediência assimétricos.

A principal contribuição deste trabalho está em compreender como os grupos dominantes podem agir segundo esta orientação de, aceitando o confronto extra-institucional, mas conter sua influência. Como a ação desses grupos podem influenciá-las? O que suas visões de mundo nos dizem a respeito? Este será o objetivo a ser estudado

a partir do caso das manifestações pela redução tarifária de junho de 2013 face as visões de mundo de algumas associações de classe de capitalistas em comparação aos grupos das classes e grupos subalternos.

Contribuições brasileiras para o debate de domesticação

Dentro dos debates acerca das mobilizações de grupos subalternos realizadas no Brasil, tiveram contribuições acerca da noção de domesticação, ainda que não as mencionassem diretamente. Podemos verificar isso desde as lutas negras na colonização e império Brasileiro em comparação a algumas posições abolicionistas da escravização de negras (os) e povos indígenas, como também algumas lutas do movimento operário no começo dos anos 10 a 20 do século XX – em especial os de orientação anarquista –, os debates sobre o sindicalismo corporativo e sindicalismo de Estado varguista e, por fim, as mobilizações sindicais dos anos 70 durante a ditadura militar e a entrada do PT no governo. Esta seção não quer fazer um debate detalhado do assunto, mas apontar alguns componentes teóricos e históricos do Brasil que contribuem com o debate aqui proposto.

Durante o período colonial, regencial e imperial, uma série de revoltas negras aconteceram. Para mencionar algumas, a Balaiada (JANOTTI, 1987), a Revolta dos Malês (REIS, 1986), Quilombo de Palmares foram formas de organização populares que ocorreram por fora da institucionalidade estatal e criando outras formas de institucionalidade. Por sua vez, as lutas pela abolição da escravização atravessaram grupos dentro e fora da institucionalidade. Uma delas, a de Joaquim Nabuco (p. 25;29;134-135), desconsiderando às lutas negras que aconteceram por fora da institucionalidade “nas fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades”(NABUCO, 2012. p. 29), sendo seu “Partido da Abolição” uma mera congregação de posições dentro do parlamento brasileiro extremamente excludente bipartido entre liberal e conservador, ao qual negras e negros teriam renunciado (Ibid, 2012. p. 21-24). Assim, tentava demarcar como legítima apenas a disputa pela abolição que acontecia por dentro das instituições da época, com um medo explícito de que o Brasil seguisse os rumos dos “horrores de São Domingos” (NABUCO, 2012. p. 58), que é como ele se refere a Revolução Haitiana, uma revolução de negros (as) escravizados (as). Apesar de parecer uma posição isolada, àquela época

o Estado considerava as fraternidades e nações étnicas aceitáveis em detrimento de outras formas de organização negra, por representarem seu “folclore”, como apontou Abdias de Nascimento (52;61-68). Canalizava-se e tornava-se aceitável, disciplinando alguma forma de protesto negro, negando todas as outras, processo que o autor chama constantemente de “domesticação do[a] negro[a]”.

Neste contexto, tal como sugere o autor (NASCIMENTO, 2016) a domesticação assume também um caráter racial essencializado. Praticamente independe o repertório de ação coletiva, se for negra (o) será lido como mais violento ou mais violenta em função do racismo. São visões de mundo mais gerais e de maior abrangência, por que não tratam de repertórios específicos, mas sim de tipos de sujeitos domesticáveis ou não e que atravessam a domesticação. Mesmo depois de formalmente livres, ex-escravizados no processo de abolição eram acusados pela legislação de vadiagem para serem forçados ao trabalho novamente (DANTAS & COSTA, 2016; SANTOS, 2004). Isto perdurou, quando espaços de sociabilidade majoritariamente negra, como locais de capoeira e terreiros, eram fechados e perseguidos da Primeira República até fins do Estado novo a partir da justificativa ideológica da democracia racial e de “classes perigosas” (SANTOS, 2004; MELLO & SILVA, 2008). Ou quando hoje, o racismo religioso de algumas igrejas neopentecostais incendeia terreiros (TERRA. 18/08/2019), com anuência informal do Estado. Diversos estudos de criminologia crítica que apontam a seletividade penal do Estado contemporâneo, igualmente, identificam isso, com taxas maiores de não-brancos sendo rotulados como criminosos (SOARES & RIBEIRO, 2018) e dentro do sistema prisional²⁴ (INFOPEN, Junho 2017; PNADc, 2017).

O fim da escravização formal e a proclamação da república não foram isentos de intencionalidades de domesticação e repressão aberta. Alinhando-se a discussão federalista de implantação da República como antípoda da expressão popular dentro das instituições, o sufrágio masculino era autorizado²⁵ para o executivo federal, mas todo o

24 O descompasso entre auto-declaração de pessoas presas não-brancos e a população não-branca como um todo está em torno de 10%. Contudo, ao compararmos o percentual de pessoas presas com o Ensino Fundamental Incompleto em relação ao restante da população, o descompasso é maior, de 22%. Sabendo que a baixa escolaridade ainda é também um demarcador racial no Brasil, podemos afirmar que existe de uma seletividade racial do sistema prisional.

25 Era autorizado apenas o sufrágio universal masculino, desde que a pessoa fosse alfabetizada e maior de 21 anos. O sufrágio para mulheres alfabetizadas é garantido apenas em 1965 e efetivado em 1985. Em função disso, os mecanismos de seletividade do Estado capitalista e racista operaram ainda para

processo era de não aceitação da participação popular por fora da institucionalidade em seus discursos oficiais e prática política. Assim sendo, oficialmente buscava-se domesticar a expressão da vontade popular que se dava dentro das instituições, enquanto fora delas oficialmente a forma de lidar era apenas a repressão²⁶. Segundo Perlatto (2015):

“A primeira quinzena republicana, que vai de 1889 até a Revolta da Vacina em 1904, testemunhou a busca das esferas públicas subalternas no sentido de se manifestarem com mais ênfase, sobretudo durante o período jacobino que durou até 1897, marcado por assassinatos políticos, golpes de Estado, revoltas populares, greves, rebeliões militares, guerras civis, com elevada participação popular. Apesar disso, a paz oligárquica inaugurada a partir do governo Campos Sales (1898-1902) promoveu a verticalização da ordem política através da exclusão do demos e do controle sobre a dinâmica legislativa e sobre a geração de ações coletivas legítimas (Lessa, 1999), consolidando o regime mediante alijamento da participação popular. Conforme destacado por José Murilo de Carvalho, ‘organizar um governo republicano viável significa afastar-se da democracia’(CARVALHO 2001, p. 62)” (PERLATTO, 2015, p. 136).

Outra consistente contribuição teórica brasileira para entender o fenômeno de domesticação provém das greves operárias dos anos 10 ao final dos anos 20 no século XX. Este ciclo de lutas do movimento operário brasileiro criou formas de organização dos sindicatos propulsionado pelo movimento operário anarquista, os “Sindicatos de Resistência” (SAMIS, 2013. p. 7), que se chocavam com formas sindicais anteriores que eram aceitáveis pela ordem, como as associações mutualistas e beneficentes, organizadas pela Igreja, pelo Estado e pelos patrões (CASTELLUCCI, 2001, p. 82-83). Essas associações agiriam para socorrer outros (as) trabalhadores (as) em situações de precariedade, não organizá-los (as) para instigar o conflito e a luta de classe em suas defesas. Estas formas teriam sido identificadas na Greve Geral de 1919, uma mobilização que já estava ao fim desse ciclo, após uma série de greves gerais estaduais

excluir uma parcela enorme da população da política, em especial não-brancos e não alfabetizadas (os). Juntamente a isso, em 1932 e 34, o voto para as mulheres – provavelmente brancas – era apenas facultativo, conciliando com a permanência de um tipo jurídico que as impediria de exercer atividades fora do lar se assim seu marido quisesse (LIMONGI & OLIVEIRA & SCHMITT, 2019).

26 Menciona-se oficialmente, por que mesmo nos processos abertamente repressivos, como foi durante toda a escravização no Brasil, haviam processos de aceitação temporária e negociação. Assim, a domesticação deve ser entendida como muitas vezes um processo mais escondido e sem menções públicas.

nos anos 1900, após a greve geral 1917 (Ibid, 2001. p. 11-12) e a insurreição anarquista no Rio de Janeiro em 1918²⁷ (NÉBIAS, 2009; OLIVEIRA, 2018. p. 230).

A greve baiana, portanto, acontecia após essas sucessivas greves e mobilizações radicalizadas de orientação anarquista, tendo que lidar com uma maior repressão e criminalização de dirigentes sindicais. Considerando isso e que algumas das lideranças – como Agripino de Nazareth – estavam na clandestinidade, recém saídas ou revendo suas estratégias em função do insucesso da insurreição de 1918 (CASTELLUCCI, 2005. p. 147-148) e de confrontos entre as oligarquias locais que buscavam apoio das classes dominadas (CASTELLUCCI, 2005. p. 142-145), aquela greve assumiu um caráter distinto. Diferente das outras, ela assumia o caráter de uma greve “pacífica” – que apenas paravam o trabalho –, reiterado por jornais da época, discursos das forças de repressão, das oligarquias locais e das próprias organizações sindicais (CASTELLUCCI, 2001. p. 94;102;113;121). Ela se diferencia também na dinâmica de negociação: ao passo que nas anteriores os (as) trabalhadores (as) negociavam com seus respectivos patrões em cada local de trabalho, apesar de terem como pautas comuns – como a redução da jornada de trabalho para oito horas –, em 1919 o Estado se colocava como um intermediador nas negociações entre as duas classes a convite de organizações do movimento operário (CASTELLUCI, 2001. p. 112-120).

Este mecanismo de intermediação do Estado na luta de classes, chamado a negociar com empregados (as) e burguesias locais, antecipa mecanismos que se tornaram centrais no corporativismo e do que se denominou de populismo acerca do período Vargas e suas organizações sindicais. Dessa forma, a dialética Estado capitalista e ação disruptiva de movimentos populares, mencionada anteriormente e apontada por Tarrow, também operou aqui. Um trunfo para lidar com a repressão ascendente e a crise entre oligarquias locais do Estado, as negociações e as apresentações de si como ordeiras posteriormente operam como limitador e domesticador do movimento, ditando as formas de organização sociais aceitáveis a classe trabalhadora. O fato de Agripino de

27 Neste episódio, menos conhecido da história do movimento operário, decorreu de uma greve geral iniciada por tecelãs e tecelões na capital do Brasil à época. Após aprofundamento da mobilização, a intenção era ocupar quartéis, impedir trens e linhas de transmissão com inúmeras bombas para inviabilizar a reação do poder do Estado aliada a greve geral que se espalhava pela cidade. Antes disso, contudo, a ação foi debelada por um sargento que entregou os planos ao restante da polícia. Como consequência disso, uma série de lideranças sindicais anarquistas foram presas e perseguidas. Ver Nébias (2009) e Oliveira (2018).

Nazareth, liderança da greve baiana, ter depois entrado no Ministério do Trabalho quando este colocava a CLT sob Vargas, incorporando algumas demandas e rejeitando a mobilização anterior, ilustra esse processo (CASTELLUCCI, 2012. p. 96-97).

Porém, mesmo sob essas circunstâncias que levaram a vitória da greve de 1919 e simultaneamente funcionava como um processo de domesticação das lutas anteriores que antecipa uma tendência a surgir – do corporativismo/populismo –, havia um perfil de pessoas que continuava não domesticável e não-aceitável: as mulheres. Em Setembro do mesmo ano, também na Bahia, ocorreu uma greve de tecelãs, a qual não contou com o mesmo apoio de que dispunha a greve geral – nem as oligarquias, nem nos jornais havia consenso de sua legitimidade. Ao contrário, a greve dessa categoria majoritariamente feminina era vista como uma ameaça infiltrada que almejava a dissolução da família e das autoridades instituídas, em suma, uma ameaça à ordem (MATOS, 2010. p. 1032;1042)²⁸. Ou seja, sua subjetividade, quando mobilizada em greve continuava sendo vista como uma ameaça, mesmo que a mobilização anterior de greve geral tenha disposto de apoio entre as classes dominantes em disputa.

Os mesmos discursos utilizados para não aceitar a participação política das mulheres por meio da greve, como foi no caso das tecelãs baianas, eram proferidos para negar o direito ao sufrágio feminino. Os escassos debates constitucionais que ocorreram sobre o assunto temiam uma suposta dissolução da família – e, conseqüentemente, de toda a sociedade – que seria ocasionada pela participação eleitoral das mulheres. Segundo o argumento de um dos deputados, o mecanismo causador dessa suposta desestabilização decorreria de que a participação das mulheres colocaria em dúvida a autoridade masculina dos maridos para seguir outros princípios de autoridade, incluindo

28 Havia uma diferença grande que ajuda a explicar a falta de apoio às grevistas por parte das classes dominantes locais – as oligarquias: como a categoria era majoritariamente feminina, era majoritariamente analfabeta e não teria direito ao voto. O sufrágio feminino no Brasil, embora não fosse formalmente proibido, era sistematicamente negado pela menção ao gênero masculino como universal na constituição. Isto foi alterado somente em 1965 e em 1985, quando garantiu-se às mulheres sufrágio obrigatório – não apenas voluntário – e suspendeu-se o controle legal dos maridos sobre suas esposas, tendo alcançado a maior parte da população de mulheres apenas em 1985 (LIMONGI & OLIVEIRA & SCHMITT, 2019). Nesse sentido, não contabilizariam votos às oligarquias que brigavam entre si (MATOS, 2010. p. 1032). Gera-se, então, uma dúvida e uma questão de possível correlação de se a domesticação de formas não-institucionais de expressão da vontade popular são facilitadas pela institucionalização de algumas de suas formas de expressão – mesmo que restritas, como são o voto. Sabemos, pela discussão colocada por Tarrow anteriormente e os exemplos brasileiros, de que não há uma condição de suficiência ou de necessidade para que a domesticação da vontade popular extra-institucional ocorra. Mas pode haver uma facilitação de uma pela outra, como talvez esse caso nos provoca a pensar.

algum que lhes fosse próprio delas (LIMONGI & OLIVEIRA & SCHMITT, 2019. p. 17-18).

Após esse ciclo de confronto que durou mais ou menos até o fim da década de vinte, quando da desarticulação das alas do sindicalismo revolucionário, a revolução de 30, ascensão de Vargas, do Estado novo e implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), começa-se a alterar a forma de organização do movimento de trabalhadoras (es). Uma série de pessoas que integravam ou apoiavam de alguma maneira o movimento sindical do período anterior entram no Ministério do Trabalho com o intuito de exercer e implementar uma certa tecnocracia em defesa do trabalho a partir do Estado. A partir de tendências anteriores que se consolidam e buscavam uma “representação corporativa” dentro na política institucional, a CLT implementa uma série de mecanismos que subordinava os sindicatos ao Estado e colocava alguns impeditivos à sua organização. Dentre eles, se inviabilizava a criação de mais de um sindicato por categoria de trabalho na mesma localidade, a chamada unicidade sindical (RODRIGUES, 1990. p. 50).

Nele, se proibia também a organização de sindicatos nacionais, entendendo que o âmbito nacional é onde se situaria a política, enquanto os sindicatos deveriam ficar retidos às questões econômicas que lhes afetam diretamente em cada local de trabalho. Nesse sentido, decretos do Estado novo vedavam a presença das ideologias tidas como “sectárias”, como anarquistas e comunistas, dentro dos sindicatos. Ficavam proibidas as greves de solidariedade por serem consideradas “políticas”, orientadas por essas ideologias e não “corporativas” (PAULA, 2018. p. 73), reforçando a separação entre política e economia respaldada dentro do capitalismo (WOOD, 2003). O resultado: as greves de solidariedade se tornaram quase inexistentes nos anos 30 (PAULA, 2018). Ao mesmo tempo, os processos de negociação e mediação eram aceitos, sem, contudo a presença do conflito mais aberto. As greves eram consideradas instrumentos anti-sociais desde a implementação da Lei de Segurança Nacional em 1935, como também na constituição posterior (PAULA, 2018. p. 83). Assim, os sindicatos eram permitidos, mas a mobilização de massas sindicais, como as greves, não. Dentro do debate sobre domesticação da vontade popular, o corporativismo sindical brasileiro é um elemento de domesticação que incide sobre as formas de organização não-institucionais da vontade popular, nesse caso o movimento sindical.

Nessa perspectiva, Oliveira (2013, p. 64-66) cogita que a aprovação da CLT e, em especial, o salário mínimo, teve também um efeito duplo. Era tanto utilizada pelas classes proprietárias industriais face às classes dominantes rurais para adequar a estrutura produtiva. Uma dessas alterações consiste na expulsão dos custos de reprodução de dentro da fábrica, diferenciando-se da estrutura produtiva rural que os incorpora, de maneira que o salário mínimo se torna a obrigação máxima que assume o empregador. Ao mesmo tempo que viabiliza e dá vazão a uma demanda da classe trabalhadora – por cima, via decreto e depois legislação –, é instrumentalizado na disputa entre frações da classe dominante e limita as demandas colocadas. Ou seja, ela pode e em diversas circunstâncias operaria como um domesticador de demandas da classe trabalhadora.

A ideologia corporativa, que buscava integrar harmoniosamente o capital e trabalho “em organizações verticais” e “não-conflitivas” faz com que as partes antagônicas de classes populares e dominantes seja reconhecida mas contidas (RODRIGUES, 1990. p. 54). Constituindo uma das ideologias de abafamento de conflitos no Brasil – cuja formulação em Oliveira Vianna foi significativa – e anda em conjunto com a ideologia da democracia racial (GUIMARÃES, 2002, p. 149-155), a qual aceitava a integração de negros(as), desde que não aderissem aos seus valores e culturas originárias. Com a abolição formal da escravatura, o discurso de absoluta desumanização se altera para um misto de repressão e integração. Assim, conviviam o discurso oficial de que no Brasil não existiam conflitos entre brancos(as) e negros(as), com leis repressivas contra a “vadiagem” e batidas contra terreiros e capoeira nos anos do Estado novo. Assim sendo, a noção de domesticação de Abdias de Nascimento (2016) como os(as) negros(as) se tornarem aceitáveis na sociedade, desde que se embranqueçam e abdicuem de sua sociabilidade enegrecida. Estes eram os conteúdos normativos da domesticação desta época, que demarcavam o que era legítimo e o que não. Escrevendo sobre um contexto posterior, já da reabertura da ditadura iniciada em 64, Rios (2012. p. 43) destaca que o protesto negro que escancarava a democracia racial tinha nessa ideologia uma corrente desmobilizadora, minando o apoio e a capacidade de mobilização de quem a contestasse.

Após os anos 30, Francisco Weffort (1980, p. 67-78) faz uso do conceito de populismo para descrever o processo pelo qual o movimento sindical urbano é

intermediado e gerido por lideranças sem intermediários das organizações sindicais, numa aliança policlassista de industriais e classes trabalhadoras urbanas. Nessas circunstâncias, a autonomia do movimento de trabalhadores(as) seria limitada pelo líder populista. Porém, segundo o mesmo autor, o momento pré-64 em que João Goulart tentava implementar uma série de reformas em conjunção com mobilizações populares do campo e da cidade, se inicia com características populistas típicas do período anterior de Vargas, mas na medida em que esse processo se intensifica se desfaz dessas características. Assim, o populismo colocaria um limite da forma de organização que se torna auto-imposta e estaria representada no sindicalismo varguista-trabalhista, de maneira a não gerar autonomia para a classe trabalhadora, que se tornaria dependente dessa liderança em suas alianças policlassistas. Nesse sentido é que se relacionaria com a domesticação de sua forma de organização, mais do que seu protesto.

Posteriormente, ocorreu um debate acerca do termo que coloca empecilhos para relacionarmos a domesticação de protestos enquanto forma de consentimento ativo das classes e grupos dominados. Segundo Gomes (1996, p. 9), a liderança populista dentro do Estado era tratada como parte ativa e que manipula as classes populares, enquanto estas e seus movimentos são tidas como receptoras passivas e objetos da ação do Estado. Fica negada um aspecto que, como mostraremos, é central na domesticação de protestos, que é a aceitação dos próprios dominados dos limites impostos sobre as formas e conteúdos do protesto. Aceitar algo ou não, exige ação, decisão, atividade e negociação de limitar suas ações fora das instituições, não ser um mero receptáculo “manipulado”. Cabe adicionar outra limitação da análise por Weffort de forma dupla que não foram mencionadas pela autora, que de um lado não discutia as massas rurais do sindicalismo e estava focado na experiência míope do sudeste – que seus exemplos

Com o crescimento da repressão da ditadura empresarial-militar, a criminalização se intensifica no lugar da domesticação, a exemplo dos atos institucionais, que impediam explicitamente manifestações populares. Nesse contexto, os contrapúblicos subalternos e espaços de organização no Brasil minguam sua expressão por não poderem se expor publicamente, agindo mais como discursos ocultos (PERLATTO, 2016. p. 131-132; 138).

Olhando de forma geral e ampliada as teorias da democracia e aceitação de protestos, dá a entender que há uma progressão unilinear das formas de expressar a vontade popular que são aceitas, convencionalizadas e, por fim, domesticadas. Como discutido na seção anterior, as teorias democráticas hegemônicas só passam a aceitar formalmente protestos e outras formas não-institucionais de expressão da vontade popular no último quarto do século XX e início do século XXI, da literatura sobre valores políticos. Pode-se entender, conseqüentemente, que há etapas unilineares pelas quais passam todas os países na domesticação da vontade popular: primeiro o sufrágio é universalizado, denotando uma aceitação, convencionalização e domesticação da vontade popular *dentro* da institucionalidade; segundo, viria a aceitação da vontade popular que se expressa por *fora* das instituições.

Se observarmos o Brasil – e mesmo os outros casos, como os analisados por Tarrow (2009) sobre França e Inglaterra –, os mecanismos de domesticação vigoram por que há conflito e uma estrutura que busca reforçar a divisão do trabalho manual-intelectual, em quem exerce poder e quem não, seja por fora das instituições, seja por dentro. Não há uma ordem das coisas em que o protesto é domesticado única e exclusivamente quando o sufrágio está autorizado. Ou seja, eles precedem a existência do direito a voto para todas as pessoas. O sufrágio universal²⁹ aqui só passou a vigorar com a constituição de 1988, que retirou a exclusão de analfabetos de votar. Tendo existido o sufrágio universal masculino com a proclamação da república, concedendo formalmente o direito às classes não proprietárias o direito ao voto, o sufrágio feminino foi autorizado em 1932, mas exercido por mais mulheres apenas em 1965, quando caiu a dependência legal de homens sobre as mulheres – que ainda sim não tinham condições de exercê-lo de maneira mais ou menos livre durante a ditadura em vigor. Contudo, apenas algumas mulheres o exerciam, uma vez que analfabetos, cuja maioria eram de pessoas não-brancas, de baixíssima renda e acentuadamente no Nordeste de baixa renda. De acordo com os Censos de 1940, 1950 e 1980³⁰ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de pretos e pardos analfabetos era, respectivamente:

29 Por universal, quero dizer direito ao voto concedido a todas as pessoas adultas, acima de 18 anos. A construção do que é sufrágio universal é social, ou seja, variará de contexto para contexto. Contudo, o parâmetro tomado é este.

30 Estes dados consideram pessoas maiores de 5 anos (ROSEMBERG; PIZA, 1996). Para mediar ao percentual preciso de pessoas aptas a votar, caso não houvesse a exclusão de analfabetos, seria necessário considerar as faixas etárias atravessadas pelos dados de raça e gênero.

81,4% e 74,3%; 76,4% e 73,2%; 45,9% e 46,1% (ROSEMBERG & PIZA, 1996). Ou seja, entre o potencial de alistamento eleitoral era igualmente similar e excludente sob a regradada recusa do analfabetismo.

Ao final da ditadura, o debate vem à tona novamente na medida em que surgiu o “novo sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico” no fim dos anos 70 e que deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT). Eram contrários ao “sindicalismo pelego” ou “sindicalismo de Estado”, que se referia ao sindicalismo autorizado pela ditadura institucionalmente, sendo uma de suas formas de ação principais as greves selvagens em detrimento das negociações. Essas tendências, da qual Lula fez parte, criticavam a CLT como sendo a “AI-5 dos trabalhadores”, em crítica ao corporativismo estatal (RODRIGUES, 2001. p. 36). Essa cultura política de ação direta que rompe com os parâmetros de organização popular domesticada anterior, exemplificadas no sindicalismo corporativo, se estenderiam a outros tipos de movimentos sociais, como o movimento popular e comunitário próximo a Igreja que lutou contra o aumento do custo de vida (DOIMO, 1995). Apesar de muito já se ter debatido a respeito das contradições desse campo de movimentos sociais³¹, no debate sobre domesticação traz novamente a dimensão organizativa como uma forma de domesticar, como trazia o debate do sindicalismo varguista. Por essa razão, os processos de burocratização típicos do corporativismo estão intimamente ligados a domesticação – como se discutirá posteriormente.

A volta da aceitabilidade de protestos trazida pela redemocratização, culminou nas manifestações dos “caras pintadas”, a manifestação estudantil cuja base social foi ampliada e reivindicava o Impeachment de Collor. A difusão dos repertórios das marchas e a criação da identidade coletiva de cidadãos se coadunou com uma aceitabilidade da mídia hegemônica – que em algumas vezes tentavam reduzir a uma mera manipulação de massas (MISCHE, 1997). Essa cisão, que guarda alguma semelhança com as manifestações de 2013, logo mostrou que a aceitabilidade da mídia para com as manifestações estudantis e seus projetos era temporária (Ibid, 1997). Houve uma relação de convergência de interesses entre a mídia de massas e o movimento estudantil naquele instante da conjuntura para instrumentalizar sua força nas disputas que realizam com outros grupos dominantes. Isto, por si só, não é domesticação dos

31 Ver Doimo (1995).

protestos e da vontade popular. Contudo, assim como na Greve Geral da Bahia de 1919, a relação de instrumentalização pode ser entendida como uma tentativa de domesticar a mobilização, que ainda precisaria ser efetivada pelo direcionamento do seu conteúdo e forma de luta.

A chegada do PT ao governo federal instaura o novo período para os movimentos sociais. Por um lado, várias organizações populares entram no governo com um trânsito institucional, ocupando cargos em determinadas áreas de políticas públicas, participam de conselhos gestores e Instituições Participativas (Ips) (ABERS & SERAFIM & TATAGIBA, 2014; ABERS & VON BULOW, 2011; SILVA & OLIVEIRA, 2011), e relacionam-se ativamente com mesas de negociação. Por outro lado, uma série de organizações surgidas em discordâncias com o PT passam por uma reorganização do ativismo (TAVARES & VELOSO, 2016. p. 4; BRINGEL & PLEYERS, 2015), criticando as tentativas de “cooptação” ou “gestão” do conflito pelo governo e Estado capitalista (POLESE, 2017), como maneira de manter certa independência política deles. Outras organizações, como o MST, transitavam entre ambos os grupos (ABERS & SERAFIM & TATAGIBA, 2014).

No âmbito sindical, algumas leituras viam pressões domesticantes avindas de um processo anterior que inseriu ex-sindicalistas como gestores dos fundos de pensão de seus próprios sindicatos. Embora já existissem antes com a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em 1988 e alguns fundos de previdência de estatais, seguiu e produziu convergências entre a política do governo de FHC e do PT. Em função disso, deixavam de ser trabalhadores (as) para se tornarem gestores de capital responsáveis por decidir quais setores da economia receberiam investimentos e que organizaria a reestruturação produtiva (OLIVEIRA, 2013. p. 146-147). Dessa maneira, isso criou uma pressão para alterar os objetivos de mobilização do sindicato para focar-se em gerir os investimentos da empresa, agindo rumo à sua domesticação. Neste caso, a dimensão da economia política e material da domesticação se sobressai. Ainda que esteja presente nas contribuições teóricas levantadas, se encontram apenas marginalmente. Dito de outra maneira, a forma como a economia é organizada, os ciclos econômicos e as alterações na estrutura de produção afetam e conformam a possibilidade da tentativa de domesticação das classes dominantes obter êxito.

Por fim, dentro do campo de ciência política e pesquisa de movimentos sociais, foram elaboradas algumas teorias relacionadas para compreender esse período de governos do PT, que enfatizam a relação das organizações populares com o Estado. Muitos foram os pontos de vista pelo qual se observou isto: partir do conceito de redes de do ativismo que atravessam as instituições estatais (ABERS & VON BULOW, 2011); dos repertórios de ocupação de cargos na burocracia estatal (SILVA & OLIVEIRA, 2011) e cooperação com a mesma que geram um Estado heterogêneo (ABERS & SERAFIM & TATAGIBA, 2014); e da permeabilidade de determinadas áreas do Estado a determinados atores, que compartilham de seus objetivos e capacidades para com o Estado, produzindo um encaixe institucional (CARLOS & DOWBOR & ALBUQUERQUE, 2016). Este contato com a institucionalidade introduz um elemento que denominam a “mútua constituição” do Estado e da sociedade civil, os quais ambos conformam um ao outro (LAVALLE & CARLOS & DOWBOW & SZWAKO, 2019). Todavia, há pouco debate sobre o efeito dessa inserção para dentro das organizações populares e na sua atuação que se expressa por fora da institucionalidade. Mas, esses fenômenos nos sugerem que as ideologias e práticas de domesticação atravessam e entrelaçam por dentro e fora das instituições, mesmo com as mudanças observadas nos padrões de interação e conflito Estado e sociedade. Por exemplo, quando Kassab argumenta que o movimento de moradia careceria de legitimidade para protestar na rua, uma vez que havia um conselho do qual participavam (TRINDADE, 2018. p. 11), apontando uma tentativa de domesticação que cruza de dentro das instituições para fora delas.

Essa possibilidade é colocada em aberto, inclusive, pelos autores(as) supracitados que estão discutindo a mútua constituição e o domínio de agência, sendo as contribuições de complexificação fundamentais para compreender o período (LAVALLE & CARLOS & DOWBOW & SZWAKO, 2019. p. 41). Utilizando uma releitura neoinstitucionalista e neo-corporativista, uma das dinâmicas ressaltadas de institucionalização envolveria que “Em troca da influência adquirida graças à institucionalização, atores sociais cedem controle ao Estado, que, mediante legislação, regula-os definindo o alcance da representação, fontes lícitas e ilícitas de financiamento, atividade permitidas e interditadas, e feições básicas da organização interna” (LAVALLE & CARLOS & DOWBOW & SZWAKO, 2019. p. 33).

Os encaixes institucionais, ao mesmo tempo em que possibilitam a atuação e o domínio em uma área de política pública por alguma organização popular, a limita e domestica suas demandas, por que não abrange a política como um todo, apenas sua parcela, um setor que lhe diz respeito. A política das Instituições Participativas (Ips) deixa de fora o questionamento das desigualdades estruturais, uma vez que o enfoque é a política pública direcionada (MIGUEL, 2012. p. 100-101). Dessa forma, Almeida e Tatagiba (2012), ao fazer um balanço dos conselhos gestores e conferências, apontam que essas instituições não se estendem a política mais ampla e politização mais ampla da sociedade, se restringindo a pequenas decisões de sua área de atuação com tendências a se adaptarem a rotina burocrática.

Uma última contribuição local para o debate surge pouco anterior a entrada do PT na presidência e está relacionada também a processos que se aprofundaram, no qual convergiram conceitos e ideias que eram das visões antagônicas sobre participação política. De um lado, um projeto democrático-participativo disputa entendimentos sobre participação que estão relacionados ao aprofundamento da democracia junto aos grupos subalternos e organizações populares. De outro, um projeto neoliberal entende a participação como viabilizador de maior eficiência administrativa, por delegar algumas atribuições do Estado, e de legitimidade para decisões já tomadas. Assim, algo que já acontecia nos anos 2000, se aprofunda (DAGNINO, 2004). Quando aceita de maneira acrítica pelas organizações dominadas, o conteúdo normativo se domestica dentro e fora das instituições, limitando suas ambições de aprofundamento da democracia³².

Ainda que em diversas situações não mencionasse diretamente a noção de domesticação da vontade popular, os debates que ocorreram no Brasil desde sua formação colonial e imperial trouxeram elementos que contribuem para essa discussão. Anterior a aceitação da própria participação política, a subjetividade de sujeitos negros (as) e mulheres era em larga medida criminalizada e não aceita, dependendo de uma série de imposições para existir – como a de embranquecer para negros (as) e de não

32 Há um debate que precisa ser aprofundado acerca das ideologias e instituições do Estado de contenção dos conflitos sociais que se multiplicaram nesse período de tentativa de apaziguamento e gestão dos conflitos sociais – em contraposição a pura e simples repressão anterior – que foi caracterizado pelos governos federais do PT. Dessa forma, as profecias auto-realizáveis de que “não havia correlação de forças” e que, por isso, justificava a indisposição de mobilização social de alguns setores por suas pautas operaram como uma tentativa relativamente eficaz de domesticação. Esta era uma das teses do Projeto Democrático-Popular (PDP) convertido em posição de organizações. Para um debate aprofundado disso, ver Polese (2017).

fugir às tarefas do cuidado e da reprodução –, as quais operam dentro e fora das instituições quando essas pessoas se envolvem politicamente na luta. Ao contrário do que se possa imaginar, não houve uma progressão sucessiva da aceitação de formas de participação política de grupos dominados, uma vez que o comparecimento eleitoral de mulheres só se equiparou em 1985 e só foi garantido formalmente – antes não era obrigatório – o sufrágio universal em 1989. A luta por fora das instituições foi a forma por excelência de luta social e, por conseguinte, que podemos supor ter mais histórico de intencionalidades de domesticação da vontade popular, dado a implementação tardia do direito ao voto. Por fim, os debates em torno do movimento operário desde o seu início com o sindicalismo de intenção revolucionária aos prenúncios do sindicalismo de Estado varguista, o corporativismo, “populismo”, o enfraquecimento disso em 64 e sua derrocada após a ditadura, indica que há uma dimensão organizativa da domesticação, segundo a qual os mecanismos do Estado capitalista sobre a organização popular podem vir a minar seus conteúdos reivindicativos e formas de luta. Mais recentemente, esse debate foi renovado com adição de elementos sobre estrutura social e economia política, com hipóteses de que o apassivamento sindical pode ter a ver com a inserção de antigos trabalhadores (as) nos fundos de pensão. E, por fim, as discussões do governo PT a nível federal e sua interação com movimentos sociais foi capaz de elaborar alguns conceitos, em especial o “domínio de agência” sobre as instituições e interação Estado-movimentos sociais, sem que, contudo, se apontasse aos seus potenciais de domesticação.

Seria necessário um debate mais aprofundado sobre a história dos conflitos sociais no Brasil para matizar melhor as contribuições para o debate de domesticação. Contudo, espero ter conseguido apresentar e iniciar nesta seção os aportes ao debate de domesticação a partir dos debates ao longo de nossa história e teoria política. Algumas delas, em especial no que toca a interação entre Estado-movimentos sociais e a subjetividade misógina e racista da domesticação, apontam discussões singulares no debate.

Sintetizando o conceito de domesticação

A domesticação pode facilmente ser confundida com outros fenômenos semelhantes que estão vinculadas a ela. Sua definição não deve ser confundida, por

exemplo, com cooptação, institucionalização, instrumentalização ou burocratização. Cada um desses eventos podem ocasionar a domesticação ou resultarem dela. A depender do contexto, podem ser tanto efeitos quanto resultados dela. Para diferenciá-los, nos é útil a diferenciação entre *intencionalidades/tentativas* de domesticação, *dispositivos* de domesticação e *resultado* domesticante.

Podemos definir a domesticação do confronto de protestos como um tipo de dominação pela qual um conjunto de grupos subalternos e classes dominadas adere ao *conteúdo normativo* acerca de quais os *limites aceitáveis das pautas e formas de lutar* por elas imposto pelas classes dominantes, os quais antes não eram aceitos, mas que tem base em uma subjetividade domesticada. Ou seja, esse fenômeno ocorre quando há um consentimento ativo para limitar-se ao que a ordem diz ser aceitável no confronto político. Tal como as formas de limitação da vontade popular por dentro das instituições, é uma maneira de domesticar a vontade popular que se expressa de maneira disruptiva por fora das instituições, reforçando a divisão do trabalho político entre governantes e governados e ao mesmo tempo limitando as possibilidades de mudanças mais profundas a partir de mobilizações populares.

Assim, quando se fala em domesticação não estamos discutindo adesões táticas e pontuais para evitar repressão, como pode ocorrer em algumas manifestações que escolhem táticas menos radicais em um momento, mas as usam em outras. Não é a escolha de abrir *uma* rua, *uma única vez*, em *um* único ato, sob chantagem da polícia para que as pessoas não apanhem. Nem é também o fingimento de uma adesão pública à dominação para ter mais segurança em realizar ações não-públicas e menos visadas contra a ordem dominante, como o corpo mole e a sabotagem individual no local de trabalho ou a deserção numa guerra – para trazer os exemplos de resistência cotidiana de James C. Scott (1985). É algo que aparece de maneira mais sistemática e que depende da *crença* e *ação ativa* para comprar a visão de mundo dos grupos dominantes sobre o conteúdo reivindicativo e como devem reivindicá-lo.

Apesar de existirem vários critérios e condições distintas, um conteúdo normativo generalizado nas formas de domesticação é reforçar a divisão do trabalho político, prevenindo que o conjunto de dominadas gere um poder que lhe é próprio, um poder popular, e capaz de colocar fim à própria existência da dominação. Como discorrido por Manin (2013[2012], p. 124-127), no que toca as instituições representativas da

democracia-liberal, e Edelman (2016[1978], p. 54-57), no local de trabalho, o poder popular expresso nas manifestações não podem substituir ou redirecionar o poder reconhecido e autorizado como legítimo pelas instituições dominantes, seja ele do Estado ou das empresas. Esse aspecto ganha primazia em relação aos outros critérios por que é central à separação entre classes dominantes e classes dominadas, uma vez que o poder de uma impõe a dominação e da outra o contrapõe. Trata-se da divisão, em suma, entre trabalho manual e trabalho intelectual³³, entre mando e obediência que caracteriza estruturalmente a dominação – conforme discorrido anteriormente. A dominação até se atualiza para permitir novas formas de ação dos dominados e alterando seu conteúdo normativo, mas age para continuar existindo.

Em sua ação de prevenir que um poder popular se constitua, esse objetivo básico da domesticação para impedir o próprio fim da dominação é parte do que Claus Offe (1984, p. 149-150) compreende como mecanismos de seletividade negativo do Estado capitalista. Dada que esse Estado precisa atender simultaneamente as exigências de valorização do capital de um lado, uma vez que é daí que ele extrai seu orçamento através de tributos, e de outro a necessidade de se legitimar de forma imparcial com todos os setores da população, ele tem mecanismos que garantem essa valorização e legitimação. Um deles é o mecanismo positivo³⁴, que busca articular um interesse geral das frações capitalistas em detrimento de seus interesses particulares de curto prazo. A título de exemplo – não utilizado por Offe e que será retomado –, o interesse particular da indústria automobilística em vender sua mercadoria, os carros, obstrui a cidade e aumenta o tempo de deslocamento da força de trabalho nas cidades, aumentando o desgaste da força de trabalho em trânsito e ônibus lotado, bem como o tempo disponível para a produção e exploração. Ou seja, o interesse particular dessa fração causa conflitos com as outras frações, sendo papel do Estado alinhá-los. Há, ainda, o segundo mecanismo, de seletividade negativa, que ambiciona excluir e impedir os interesses e

33 Em Errandonea (1989) isto aparece na forma de dominação. De tal maneira que a dominação se atualiza, mas precisa manter sua própria existência. O entendimento de dominação como um meio pelo qual o trabalho intelectual controla o trabalho manual é previsto também em Holloway (2003, p. 48-63), visto como “poder-fazer”, que é a capacidade de ação, e “poder-sobre”, que é o domínio sobre a capacidade de ação de outrem. Saindo da definição geral de dominação, concretamente a dominação de classe no Estado capitalista também se pauta assim, na separação entre economia e política, trabalho manual e intelectual, e o(a) trabalhador(a) e os meios de produção (POULANTZAS, 2000). Ver página 39 desta dissertação.

34 Positivo e negativo aqui estão sendo usadas no sentido filosófico de, respectivamente, afirmação, criação de algo e negação, exclusão de algo.

práticas anticapitalistas que frustrariam a acumulação, impedindo-a (ou no mínimo, dificultando-a). Assim, são excluídos todo o rol de repertórios que criam um poder próprio da classe trabalhadora contra a extração de mais-valia, como fechamento de ruas para impedir a circulação de força de trabalho, piquetes, ocupação de fábricas, ou sovietes e comunas, que assumem lógicas de poderes que contrapõem o poder autorizado.

A despeito da análise muito esquemática, sem muita análise empírica de Offe nessa questão (BIANCHI, 2004. p. 22-23), Edelman (2016[1978]) destacou o processo sistemático pelo qual o judiciário francês buscou impedir uma hermenêutica da greve que autorizasse a decisão autônoma dos (as) trabalhadores (as) sobre seus locais de trabalho durante as greves e ocupações de fábricas. Da mesma maneira, as intenções de que movimentos sociais vigiassem a si mesmos e as reformas urbanas ocorridas naquelas cidades, apontado por Tarrow (2009), buscavam diminuir o impacto daqueles repertórios de confronto e, conseqüentemente, o elemento que gerava a pressão e os aproximava do poder político de tomar a decisão final. Fora dos protestos, antes a concessão do sufrágio, o padrão de domesticação das mulheres – isto é, de sua aceitação e assentimento – era justificado pelo receio de princípios de autoridade alternativos aos maridos (LIMONGI & OLIVEIRA & SCHMITT, 2019. p. 17-18), isto é, que não fossem eles próprios quem decidissem sobre a vida delas. Nisto, deduz-se que estão inclusos princípios de autoridade articulada pelas próprias mulheres, caracterizando um reforço na divisão do trabalho político pela divisão sexual do trabalho: as mulheres, como o povo, não podem participar politicamente.

Tentar conceituar esse fenômeno observando para suas intenções têm algumas linhas tênues. Em primeiro lugar, cabe dizer que isso não é parte intrínseca da definição do mesmo, sob o risco de estarmos definindo um conceito pelos seus efeitos e não pelo que é. Ao mesmo tempo, não se pode negar que a domesticação, enquanto uma forma distinta de dominação, é lançado como um mecanismo pelos seus efeitos. Ou seja, não é possível afastar a definição do fenômeno de suas intenções e efeitos ou resultados. Contudo, nem toda forma de domesticação pode ser vista como tendo um objetivo único de impedir um poder popular e reforçar a divisão do trabalho político³⁵.

35 Na seção seguinte, ter isso em mente será relevante, uma vez que a noção de causalidade utilizada na pesquisa das visões de mundo sobre domesticação aparecem são múltiplas e tem diferentes abrangências. Esta, por exemplo, diz respeito a uma abrangência mais ampla, que teria relevância causal tão grande que é complicado de imputar uma relação causal. Isso é importante também por que

Essa ação da domesticação não se dá num vácuo. Ela tem como base uma subjetividade dominada, que aparece de diversas maneiras e segundo cada grupo subalterno. Assim, ela pode ter como base o cidadão engajado, produzido pelas tecnologias de cidadania, que se mobiliza respeitando a ordem republicana e as leis; pode atuar como um sujeito individualizado pelo Estado capitalista como força de trabalho e sujeito de direito – jamais enquanto classe, realizando uma ação de classe que é a greve –, com laços sociais atomizados em suas mobilizações; como um negro(a) embranquecido e polido nas suas formas de reivindicar; ou como uma mulher tida como dócil em sua ação política. Esses aspectos todos ditam também se a forma de luta está adequada para aquele tipo de sujeito socialmente produzido para a ordem.

Tal como a subjetividade dominada, a domesticação do confronto político popular também precisa ser socialmente produzida. Uma de suas sustentações para tal dependerá de componentes materiais de hegemonia os quais sejam capazes de gerá-la, bem como ter um suporte material nos corpos das pessoas, a subjetividade. Logo, tal como os momentos recessivos dos ciclos econômicos – ou de crises – podem gerar crises de hegemonia e de consentimento ativo, graças as mobilizações que possam eventualmente surgir, as crises podem alterar os limites do conteúdo normativo que pautava a domesticação anterior. As condições generalizadas de carestia ocasionadas pela primeira guerra mundial tiveram impacto nas lutas operárias brasileiras de 1917 a 1919, tirando de cena as associações filantrópicas e de convivência cotidiana para dar lugar aos sindicatos de resistência e de orientação revolucionária que viriam organizar diversas greves gerais nesse período (CASTELUCCI, 2001). O exemplo pontual atenta para o fato de que, embora a ação concreta e sistemática seja relevante, ela tem um aporte material que não prescinde do debate da economia política dentro da análise do fenômeno.

Há duas coisas, a serem consideradas na definição do fenômeno. O conteúdo normativo não está aprisionado pelo código legal. Assim, a domesticação não é aquilo que a lei diz, nem a própria ordem é a lei. A lei define alguns parâmetros em torno da qual o protesto aceitável e não aceitável vai girar. Contudo, se a domesticação fosse a própria lei, o processo pelo qual Tarrow (2009) identificou a alteração de repertórios e sua sucessiva convencionalização à ordem, sumindo com as greves fora da lei e as

as visões de mundo de domesticação não se constroem em disputas abstratas, mas nos conflitos concretos das classes dominantes com os grupos dominados.

barricadas jamais teria se dado, pois posteriormente foram formas legalizadas. Segundo Edelman (2016), antes do direito de greve existir há a greve realmente existente, fora das amarras legais e do poder burguês jurídico, que impôs a possibilidade de ela se tornar parte dos direitos juridicamente garantidos ao torná-la aceita. A lei não é dispensável na domesticação, pois é ela quem consagra o aprisionamento novamente da greve ao que as autorizações burguesas permitiam. Contudo, a domesticação transcende a própria lei e depende do processo social que o conteúdo normativo em questão está inserido. Logo, a domesticação não é um mero controle legal e repressivo. Sua contraparte é essa: o que está fora do código de legitimidade do confronto – que varia segundo a luta política – é passível de ser reprimido. Mas a luta entre dominantes e dominados tem maior relevância para determinar e atualizar os conteúdos normativos que traçam tais limites do que a lei.

A repressão e uso da violência é outra linha tênue com a domesticação. A domesticação é o outro lado da moeda da repressão, ou seja, passada a linha do que é aceitável a violência age para enquadrá-la de volta à ordem. Contudo, ela pode atuar como ferramenta de consentimento. Afinal, antes de ser posta em prática, a polícia, exército e forças privadas têm um caráter teatral de demonstração de força e da autoridade (POULANTZAS, 2000), com os quais os (as) dominados (as) tendem a julgar legítimos. Assim sendo, a subjetividade embranquecedora que domestica negros (as) no Brasil coloca isso como base, mas a repressão é abertamente legitimada e serve de legitimação para outros grupos.

Certamente, também a domesticação depende da materialidade econômica e política. Da mesma maneira que a construção do consentimento ativo não é meramente simbólico, mas depende também de uma materialidade, assim o é a domesticação como uma ideologia (POULANTZAS, 2000). Ela é uma prática material e depende dos processos da economia. A exemplo do que foi mencionado brevemente por Francisco Oliveira (2013) gestores de sindicatos podem tornar-se gestores de fundos de pensão – que são fundos de investimento –, criando pressões para alteração das funções e objetivos do sindicato nos anos noventa, bem como ao teto máximo que – contraditoriamente – o estabelecimento do salário mínimo colocou a algumas negociações nos locais de trabalho. Outro exemplo, se dá quando algumas lutas são bem sucedidas e atualizam as formas de exploração, fazendo com que o sucesso da disputa

faça com que a produção migre da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa para incorporá-la (BERNARDO, 2009). Dentro do transporte coletivo, isto decorre quando, por exemplo, as demandas por Bus-Rapid-Train são mais bem recebidas que as que tarifa zero e gestão popular por que aceleram a circulação da força de trabalho e mitigam o conflito social ou quando se concede um direito à gratuidade para determinada parcela da população, mantendo a extração de mais-valia dos (as) usuários(as) através da tarifa e via subsídios (DOKONAL, 2014).

A relação da domesticação com as democracias realmente existentes – ou liberais – enfrentam uma contradição e choque de sentidos proveniente dos dois sentidos da “democracia como ordem” e da “democracia como promessa” (MIGUEL, 2018, p. 40). A análise histórica e teórica identificou que os mecanismos de dominação precedem as democracias realmente existentes e a implantação do sufrágio universal. Provavelmente sua existência predecessora alimentou os padrões de qual participação – e existência, no âmbito das subjetividades – seria aceitável, como mostrou os embates de concessão do direito ao voto obrigatório para mulheres no Brasil. No início das democracias realmente existentes, os mecanismos de domesticação tornam aceitável a vontade popular por dentro das instituições sob uma série de redomas, exemplificados nas sucessivas restrições ao voto e ao envolvimento dos dominados dentro da representação e suas instituições – como colocavam os Federalistas. Contemporaneamente, a domesticação faz com que as democracias realmente existentes aceitem e incentivem e a expressão da vontade popular que se dá por fora das instituições através de protestos e manifestações.

Algumas visões republicanas julgarão que a domesticação cumpre uma função da democracia-liberal de moderar as mobilizações para que não produzam uma desestabilização – o que atende a visão de “democracia como ordem”. Ilustra uma visão desse tipo a tensão existente entre a busca do eleitor mediano para conquistar a vitória de uma eleição majoritária e a atuação de formas extremas em movimentos sociais, apontada por McAdam e Tarrow (2011, p. 32). Segundo os autores, ao passo que você precisa buscar preferências centristas ou moderadas para ganhar mais votos de diversas posições ideológicas e ganhar a eleição, em movimentos sociais você se envolve com visões mais extremas que entrariam em choque com as preferências moderadas. O problema desse argumento está em considerar que, simetricamente, as diversas pautas e

preferências sofreriam uma pressão igual para se “moderar”: esquerda e direita, uma greve da classe trabalhadora ou um locaute e greve de investimentos classes capitalistas, uma mobilização da supremacia branca para que venezuelanos e haitianos “voltem” ao seu país ou um protesto antirracista pelo fim do encarceramento em massa, um protesto pela legalização do aborto e a explosão de uma clínica de aborto por terroristas misóginos de extrema-direita. Leituras recentes sobre “populismo” e “polarização” cometem o mesmo equívoco, ignorando que a polarização é assimétrica em direção à direita (BROOCKMAN & SKOVRON, 2018) ou de que bastaria uma democracia-liberal “domesticar o nacionalismo” e renovar a “fé cívica” nas instituições simultaneamente a apoiar um golpe de Estado racista e conservador na Bolívia, por ser contra o “populismo”, como fez Yanscha Mounk (2019; 26.11.2019). Em todas elas, as estruturas sociais e políticas de dominação, que se coaduna com a democracia realmente existente, como o capitalismo, racismo e o patriarcado são isoladas analiticamente de pressões da democracia-liberal.

Se considerarmos a existência dessas estruturas de dominação que coabitam essa forma política, a domesticação dentro da democracia como ordem não pode ser vista como algo positivo a ser valorado, como sugerem noções possíveis de domesticar movimentos fascistas e proto-fascistas com as instituições da democracia-liberal. Significaria achar positivo a continuidade dessas estruturas sociais, sem levar em conta que elas agem também produzindo essas subjetividades que agem ativamente a favor da dominação, incluindo organizar manifestações com esse fim. Ou seja, elas se ativam politicamente por fora das instituições, contrariando a passividade que era vista como positiva na democracia elitista, mas com objetivos que tem como efeito reforçar o capitalismo, racismo e patriarcado, conseqüentemente, a divisão do trabalho político que se congrega a essas estruturas. Ou seja, não é qualquer protesto de aparente rompimento com a ordem, mesmo pelos grupos dominados, que pode ser vista como uma cisão com os mecanismos de domesticação. A relação que se estabelece do protesto com a domesticação depende, em suma, de sua forma e conteúdo: se rompe as estruturas de dominação e rompe com a separação entre governantes e governados em suas formas e objetivos, podemos valorizar positivamente e entender como uma quebra da domesticação; ao contrário, pode até ser que na aparência haja uma quebra da

domesticação, mas que ao fim e ao cabo é fruto dela – como poderiam ser lidas manifestações fascistas, por exemplo.

É relevante fazer essa análise mais minuciosa da domesticação também porque ela é atravessada pelos aparelhos ideológicos e pelas frações das classes dominantes em suas disputas entre si, não sendo e não aparecendo de forma e conteúdos unificados. Tal como o bloco no poder de Poulantzas (2000), parte-se do pressuposto que a domesticação do confronto político é forjada também no confronto das classes dominantes entre si e com o pessoal do Estado. O uso eventual de um repertório de locaute misturado com greve por padrões contra outros padrões e contra o Estado exemplifica e complexifica essa relação, uma vez que ela é aceita por uns e reprovada por outros. Assim como o Estado é heterogêneo (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) para as classes dominadas, a classe dominante e suas visões de mundo também o são. Logo, a domesticação também é. A domesticação, como o Estado, é diversa e contextual face os conflitos existentes, mas não deixa de integrar estruturas de dominação estruturais existentes como o capitalismo, o racismo e o patriarcado. E, assim sendo, reforçam a divisão do trabalho político entre quem manda e quem obedece nessa formação política.

Feita esta síntese acerca do fenômeno de domesticação, podemos entendê-la segundo três etapas para diferenciá-la de outros fenômenos semelhantes: A) a *intencionalidade* de domesticação; B) os *dispositivos* de domesticação; C) o *resultado domesticante*. O primeiro se daria quando surge e se generaliza uma nova forma de confronto político popular que ameaça à ordem e as classes dominantes e seus aparelhos já não conseguem simplesmente negá-la, forçando uma remodelação, uma retradução de seu conteúdo normativo para domesticá-la. Nesta etapa, o consentimento ativo para a obediência à forma de luta domesticada ainda não se deu e está em seu início. O fenômeno ainda não é imanente aos grupos dominados e, são usados de diversos esforços, aparelhos repressivos e ideológico do Estado e da ordem para inculcarem obediência. Inclusive à força, se necessário. Ao mesmo tempo que elas são o início de um processo, são o fim da forma domesticada anterior, que teria sido desafiada e incapaz de se sustentar. Se assemelha com o momento de crises de hegemonia. Metodologicamente, podemos entendê-la como a conjuntura crítica (GOERTZ &

LEVY, 2007. p. 30-31), em que a depender das armas utilizadas pelos diversos aparelhos de Estado, a etapa seguinte pode ou não ter sucesso.

Os *dispositivos de domesticação*, este segundo momento, entram em ação quando as intencionalidades de domesticação têm relativo sucesso inicial e seguem até se consolidar e contarem com uma adesão razoável dos grupos subalternos e de suas organizações. Os termos são imprecisos mesmo, dada a dificuldade de analisar o fenômeno. Para facilitar o entendimento, é a diferença entre o momento que discurso que separa “vândalos” e “manifestantes” começasse a ser difundido no auge da violência de massas em 2013, com ameaças de invasão das instituições do Estado – do incêndio no Itamaraty, invasões de prefeituras, palácios de governos estaduais com seus burocratas e empresários de transporte sitiados pelo povo –, e o momento em que passa a haver uma atrelação e criminalização mais explícita de “black blocs”, os quais são associados pela imprensa ao “vandalismo”. Quando conflito entre manifestantes se instaura de maneira mais aberta, inclusive entregando e espancando os manifestantes tidos como violentos, por exemplo³⁶.

Por fim, há a terceira etapa, cujo *resultado do processo – que vai desde as intenções – é domesticante*. Aqui, o consentimento ativo dos grupos dominados e suas organizações foi conquistado, fazendo com que concordem conscientemente com os limites impostos do conteúdo normativo sobre até onde e de que jeitos suas ações são ou não legítimas em dada ordem social. Após 2013, podemos elencar uma série de exemplos, das mais explícitas foi a criminalização forte de incêndios de ônibus como forma de protesto após essa onda de manifestações, sendo reprimida pelas próprias participantes dos protestos. Segundo o levantamento da NTU, ocorreu um pico de queima de ônibus após 2014. Embora atribuam bastante o elevado número ao crime organizado, responsabilizam também protestos populares de 2013. Após 2014, teria havido uma drástica redução na quantidade de ônibus incendiados. Ainda que não seja sinônimo de domesticação, a criminalização desta prática como terrorismo em lei aponta para ação das classes dominantes sobre o assunto. Assim, a extinção de algum

36 Ainda não pretendo entrar na cisão ideológica que aconteceu no meio do processo e se aprofundou. Ela se atrela à domesticação na medida em que reproduz forma de agir e com justificativas típicas do Estado para garantir a ordem dentro das manifestações, como agressões por entenderem que as visões de determinados grupos são geradoras de instabilidade. Parece contraditório, agredir para gerar estabilidade por que outrem gera instabilidade, mas é a dinâmica de “revolta dentro da ordem e para a ordem” (CARIBÉ. 02/08/2018) que também estava presente em parte das pessoas que estiveram em Junho de 2013.

repertório mais radicalizado pode indicar uma mudança tática-estratégica para lidar com uma repressão maior, como pode apontar para uma domesticação que se efetivou. Ao mesmo tempo, como podemos desconsiderar a dimensão simbólica, teatral e física da repressão para inculcar e “interiorizar” medo e o terror e violência organizado sobre as classes dominadas (POULANTZAS, 2000. p. 75;81)? A repressão física costuma ser traumática para movimentos populares, mesmo que comum, e sustenta os processos de consentimento (Ibid. 2000. p. 79). Estas ferramentas podem ter um efeito também disciplinador. Embora a distinção entre a domesticação e a disciplinarização possa ser muito tênue, só podemos distingui-la ao longo do processo de domesticação, para além das tentativas e intencionalidades empreendidas pelas classes dominantes.

Ao focar as visões de mundo que produzem domesticação, esta pesquisa foca principalmente nas *intencionalidades de domesticação* dos protestos, mas também nos *dispositivos de domesticação* quando aborda e analisa pronunciamentos de entidades das classes dominantes posteriores a junho de 2013 diretamente relacionados a esse episódio de confronto político. A constatação mais detida de um resultado domesticante dependeria de uma comparação com as visões de mundo das organizações dos grupos dominados e do conjunto de dominados.

Metodologicamente delimitada a análise da domesticação da luta popular, cabe uma última diferenciação conceitual dos fenômenos irmãos. Qual a relação, por exemplo, que se estabelece com os processos de institucionalização, burocratização, instrumentalização, cooptação e confluência perversa? Seriam o mesmo tipo de fenômeno? Apesar de ao longo desse capítulo, diversas vezes ser mencionados de maneira próxima, eles não são. Uma visão de mundo domesticada sobre uma forma e conteúdo de luta pode gerar institucionalização, servir de base para a burocratização e instrumentalização e confluência perversa. Da mesma forma, a domesticação efetivada com anuência dos dominados pode ser o ponto final desses fenômenos, como consequências deles ao alterar as visões de mundo das organizações dos grupos subalternos. A semelhança entre todos está em que todos esses fenômenos residem em serem uma interação entre classes dominantes e dominadas que não é o conflito, nem dominação absoluta, mas algo que está entre ambos. O singular da domesticação do confronto é destacar o consentimento ativo das classes e grupos dominados com as limitações que a ordem impõe.

Portanto, na etapa das intencionalidades e dispositivos domesticantes, há maior presença de fenômenos como a confluência perversa e a instrumentalização, bem como os mecanismos de medo sendo constantemente reiteradamente usados pelas forças repressivas. Nelas, é possível visualizar que existem diferenças entre as matrizes discursivas e visões de mundo utilizadas pelas classes dominantes e pelas classes populares, sendo o papel desses fenômenos fazê-las convergir. Junho de 2013 se insere, então nesse momento, onde a difusão da luta desvela as estruturas de dominação ao testarem-na ao limite as formas de domesticação anteriores. A burocratização, por sua vez, já incide em um contexto mais rotineiro do resultado domesticante, agindo como um dos resultados possíveis ao final do processo. Quando os protestos se tornam convencionalizados ou rotinizados, como sugere Tilly (1977) a partir de Weber (2012. p. 160-167), em que a dominação perde o caráter extra-cotidiano para tornar-se cotidiano.

A relação mais esmiuçada entre todos esses fenômenos irmãos precisa ser foco de uma série de pesquisas. Inclusive, por que, alguns deles como a domesticação sequer foi elaborado ainda. O que não é possível é negar a possibilidade e a necessidade de pesquisá-lo, correndo o risco de deixarmos uma lacuna na forma como analisamos e pensamos as potencialidades das organizações e movimentos populares, em suma, do poder popular. E pior, uma lacuna que pode minar suas forças. Na pesquisa em questão, o foco será nas *intencionalidades* das classes dominantes em domesticar as manifestações de junho de 2013 e no *dispositivos* de domesticação em questão.

Capítulo 2 – Enjaulando pássaros: quando os dominantes entram em cena

A ação das classes dominantes rumo a domesticação

As visões de mundo das entidades analisadas, cada qual à sua maneira, tem sua relevância. Optou-se por um duplo critério para a escolha das entidades. Primeiramente, selecionou-se aquelas que representaram ativamente frações que eram alvos diretos das reivindicações por transporte. Inicialmente, pensou-se que a CNM, FNP e a NTU importam porque são as entidades que anseiam representar duas frações de classe específicas, a de empresários do transporte coletivo e a de gestores (as) municipais. Sendo organizações nacionais, a análise delas permite captar uma parte importante da dimensão também nacional que foi junho de 2013 e a luta contra os aumentos tarifários. Em segundo lugar, foram selecionadas aquelas entidades que representavam outras frações das classes dominantes e poderiam entrar em conflito com as outras frações, além facilitar identificar possíveis visões de mundo comuns às diversas classes dominantes. De acordo com esse critério, inicialmente optou-se por analisar as entidades ANFAVEA – que representa o setor automobilístico –, FIESP – que representa industriais paulistas, mas tem alguma atuação nacional. Dentro deste último, haverá esparsas menções a associações de lojistas e de bancos³⁷, uma vez que as buscas por elas demonstraram pouca reação explícita menções às manifestações por parte desses no período. Pela mesma razão, foi retirada tanto a CNM, quanto a ANFAVEA, nas quais ocorreram esparsas menções a manifestações e suas pautas publicamente. Seguindo a abordagem epistemológica do interpretativismo na ciência política (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2012), compreendemos que suas visões de mundo ou matrizes discursivas informam os mecanismos de dominação que domesticam o

37 Tanto por questão de ausência de tempo suficiente, quanto por poucas pronunciamentos públicos encontrados nas pesquisas iniciais, essas entidades foram incluídas desta forma. No caso das associações de bancos, foi buscado pela FEBRABAN e, durante a pesquisa, foi encontrado pronunciamentos do ITAÚ. A relevância da fração financeira para a pauta do transporte está na propriedade atrelada ao mercado financeiro que algumas empresas de transporte coletivo tem, bem como as linhas de crédito que essas se beneficiam. Quanto às associações de lojistas e comércio, além da Confederação Nacional do Comércio e Serviços (CNC) foram identificadas durante as buscas por pronunciamentos de outras entidades nos jornais. Estas últimas tem sua relevância por diversas lojas terem sido alvo de saques em algumas manifestações ou terem sido fechadas por receio das manifestações.

confronto popular. Além disso, a capacidade de influência desses grupos sobre o Estado é levantada como o mecanismo causal pelo qual essas visões operariam. Ao final dessa seção, a metodologia de análise de pronunciamentos das entidades empresariais e seus documentos públicos será apresentada, seguindo uma matriz discursiva de respostas a ser preenchido para as duas entidades e mais algumas entidades de classes dominantes.

Assim sendo, a atenção prioritária será dada às entidades FNP, NTU e FIESP. Na outra seção de análise, brevíssimas menções são realizadas sobre as outras entidades que apresentaram poucos posicionamentos a respeito das manifestações de Junho de 2013. Existe uma dificuldade temporal de realização dessa pesquisa. Dado que já fazem vários anos do ocorrido, não faz sentido realizar entrevistas semi-estruturadas com as respectivas entidades, sob risco de captar visões e reavaliações que não operaram no processo de domesticação. Uma pesquisa assim estaria mais no campo da memória e afetos das classes dominantes sobre aquele processo que do processo de domesticação como um todo – o que seria também relevante. Discutido mais abaixo, buscou-se pronunciamentos públicos dessas entidades nos anos de 2013 e de 2014.

A Associação Nacional de Empresas de Transporte Urbano (NTU) foi criada em 1987, com o objetivo de ser uma entidade representante dos “operadores de ônibus urbano e metropolitano” (NTU. S/d). A entidade costuma estar presente em negociações com o governo federal concernentes aos empresários de ônibus ou que mexem em pontos que podem lhes afetar de alguma maneira.

A título de exemplo de sua relevância, durante a greve de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018 a entidade era chamada para as reuniões de negociação conjuntamente com as entidades da categoria paralisada (O DIA. 24/05/2018). A greve deixou algumas cidades com frotas reduzidas ou até totalmente sem ônibus pela falta de gasolina. Uma das demandas dos caminhoneiros, a redução do preço do diesel, impactaria diretamente o serviço, dado que é um dos componentes das tarifas de ônibus e dos custos de operação do sistema de transportes. Tanto é verdade que a NTU elaborou um estudo acerca dos impactos da greve dos caminhoneiros no transporte coletivo (NTU, 2018).

Outra ação da NTU consiste na elaboração de estudos e publicações sobre a situação do setor, como forma de convencer o público e o Estado em torno das políticas e posições que defendem e lhes beneficiam. As publicações se dão em uma revista própria denominada *NTU Urbano*, que conta com várias edições por ano. Um indicativo

de seu vínculo relativamente espalhado com as diversas empresas do setor foi a pesquisa de survey questionando-as sobre sua situação “econômico-financeira”. Nela, foram entrevistadas executivos de 225 empresas associadas à entidade (FSB PESQUISA, 2017). Embora não possamos auferir a quantidade existente entre o universo de empresas do setor, a condição de monopólio natural existente do transporte coletivo (MANOLO, 2007. p. 8), dá a dimensão de uma relativa inserção nacional. Já numa pesquisa de 2007, foram realizadas 506 entrevistas com executivos a partir de um universo de 1448 empresas de ônibus urbanos, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (NTU, 2007).

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) consiste numa entidade fundada em 1989 que busca articular os interesses das unidades federativas municipais, filiando diversos prefeitos e prefeitas com mandatos em exercício. Segundo seu site, focam em municípios com mais de 80 mil habitantes, abrangendo “100% das capitais, 60% dos habitantes e 75% do Produto Interno Bruto (PIB) do país” (FNP, s/d). A entrada no debate sobre transporte coletivo urbano se dá por este ser um dos temas que atravessam a gestão urbana e por ser atribuição das entidades a nível municipal, principalmente³⁸. Dentre as iniciativas da FNP, por exemplo, esteve a sugestão de criação do Fórum de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana em 1990 e que se mantém até hoje (ANTP, s/d). Após Junho de 2013, comumente eram chamados a debater sobre soluções nacionais para o problema da mobilidade urbana, sobretudo por que o vice-presidente da entidade era Fernando Haddad – também então prefeito de São Paulo quando explodiram os protestos (EBC, 13/08/2013). Além disso, tal como a NTU, elabora uma série de estudos e publicações sobre a situação orçamentária dos municípios brasileiros como forma de reivindicar alocação de recursos para essas unidades federativas. No mais, a condição de prefeitos – logo, um dos alvos, das manifestações de 2013 – os coloca numa posição de precisar gerir o protesto para garantir a própria estabilidade através do diálogo com os governos estaduais, a Polícia Militar, outros órgãos que ordenam o trânsito ou mesmo a possibilidade de ditar a redução ou elevação tarifária.

³⁸ Existem duas exceções no transporte coletivo como atributo do município. Primeiro, nas fronteiras entre os municípios, cuja atribuição pode ser de uma região metropolitana conjunta de municípios ou do estado. A segunda ocorre nas fronteiras entre estados em que há cidades muito próximas entre si. Neste caso, quem assume a gestão do transporte coletivo é uma autarquia federal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Metodologicamente, a escolha de analisar as visões de mundo e matrizes discursivas dessas entidades tem o objetivo de abarcar dois conjuntos de atores centrais para os posicionamentos acerca das manifestações de Junho de 2013, as quais também tiveram uma inserção nacional junto aos grupos. Ainda que não sejam os conjuntos do grupo de empresas de transporte coletivo, das prefeituras e de outras frações, trata-se de uma escolha metodológica que tenta dar conta do caráter nacional das mobilizações em questão e a inserção entre as visões de mundo que circulam entre esses dois grupos cuja atuação é relevante na domesticação. Somada as duas entidades, serão analisados também o pronunciamento da FIESP e outras entidades das classes dominantes³⁹, as quais supõe-se terem tido alguma atuação no processo de domesticação e conflitos com as outras entidades como forma de conflito com outras frações das classes dominantes.

A FIESP foi criada em 1931 ano e andava em conjunto com a CIESP. Apesar de ser formalmente uma associação paulista, constantemente se inserem na política nacional, como verificado em episódios do golpe de 64 (BIANCHI, 2004. p. 124), na crise de econômica global de 2008-2011 (CARVALHO, 2018. p. 58;64-65;68-74) e mais recentemente do golpe de 2016 (BOITO JR., 2016. p. 28-29). Nos anos anteriores a 2013, a entidade foi responsável por forjar e apoiar parte significativa da política econômica, dentre elas o reforço à desoneração fiscal de diversos setores sob a justificativa de facilitar a retomada econômica durante a recessão global de 2011. O principal exemplo foi a isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para acelerar as vendas da indústria automobilística que depois se estendeu a muitos setores (CARVALHO, 2018. p. 58-64-65;68-74). Chegou, inclusive, ao transporte coletivo urbano, em que a resposta imediata a nível federal foi a Medida Provisória XX que autorizava a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre empresas de ônibus e metrô, em nível intelectual defendida pelo IPEA em

39 A seleção das entidades utilizou o critério para selecionar frações de classes dominantes que estejam vinculada diretamente ao transporte coletivo urbano e inserção nacional. Foram selecionadas inicialmente diversas entidades naquele contexto, como a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), como contraponto à direita de prefeituras municipais; Associação Nacional dos Veículos Automotores (ANFAVEA), como fração da classe dominante responsável pela produção automotiva e que era alvo de boa parte das posições da NTU e FNP; Associações de lojistas e comércio, representados pela Confederação Nacional do Comércio e Serviços (CNC), uma vez que dependem do deslocamento da força de trabalho para funcionar e também são mais diretamente afetados pelas manifestações que travaram ruas das cidades; Além da FEBRABAN, representando a fração bancária que abre linhas de crédito as empresas de transporte e outras frações capitalistas. Contudo, os pronunciamentos públicos dessas entidades em 2013 foram muito escassos, não sendo possível analisá-las em separado e com maior profundidade. O setor de serviços e a ANFAVEA serão retomados apenas para discorrer sobre redução em vendas durante as manifestações.

nota técnica e em nível legislativo (CARVALHO. et. al., 2013), a aprovação do Regime Especial de Impostos do Transporte Público (REITUP) que desonerava com maior garantia jurídica as empresas indicam que o projeto da FIESP de desoneração condicionou também as respostas dadas às manifestações pela MP 617, que reduziu a zero as alíquotas de PIS e Cofins das empresas. As desonerações se tornaram um tipo de “projeto hegemônico global” (BIANCHI, 2004. p. 37), que transcendeu a entidade, incluindo não só outras frações das classes dominantes, como as próprias classes dominadas. Não à toa, quando implementado o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT) da cidade de São Paulo, a entidade foi convidada a participar do mesmo (BARBOSA, 2018. p. 154).

Como podemos caracterizar os dois grupos que a NTU e a FNP pretendem representar? Mais especificamente, quais classes sociais elas representam? Em primeiro lugar, a definição ampliada de classe trazida por Errandonea (1989. p. 98-101) como papel ocupado dentro do sistema social em relação ao controle ou não dos mecanismos de exercício da dominação. Nesse sentido, as classes que participam e controlam esses mecanismos são as dominantes, ao passo que as que a eles se submetem são as dominadas. O autor usa exemplos diversos de mecanismos, como a coerção, a alienação cultural, a estrutura política-burocrática, dentre outros (ERRANDONEA, 1989. p. 95).

À luz dessa conceituação, as classes representadas na NTU e FNP podem ser definidas como classes dominantes, na medida em que são responsáveis, respectivamente, por serem proprietárias dos meios de circulação e pelas decisões que tratam de sua regulação. Nesse sentido, as empresas de transporte têm a capacidade decisória acerca de onde algumas linhas passam e em que horários, quais as linhas, a que os subsídios estatais e remuneração da tarifa serão destinadas, se será concedido aumento ou não aos trabalhadores (as) da empresa. As prefeituras podem, além de definir os aumentos tarifários, conceder ou não direitos e gratuidades, aumentar ou reduzir subsídio, delimitar regras de contratação através da licitação que contrata os ônibus, podem instituir um sistema de bilhetagem eletrônica que só autoriza seu uso através de um sistema biométrico. Todos esses dizem respeito a mecanismos de domínio dentro da política de transporte coletivo. No caso ainda de prefeitos (as), a coordenação com a Polícia Militar e os governos estaduais para gerir os atos é também uma possibilidade.

A despeito de ambas constituírem-se como classes dominantes, são frações distintas e que podem conflitar entre si e com outras frações. A NTU representa a fração burguesa do transporte coletivo urbano, que é um processo de extração de mais-valia específico através da exploração direta dos (as) trabalhadores (as) das empresas e da cobrança de tarifa de usuários (as) (DOKONAL, 2014), conseqüentemente, um processo produtivo específico de acumulação de capital (AUGUSTIN, 2018).

Por outro lado, o transporte na sociedade capitalista age como uma “condição geral de produção”, sendo do interesse geral do capital o deslocamento e a redução do tempo do transporte da força de trabalho que compra (AUGUSTIN, 2018). Nisso estão baseadas as diversas tentativas de estimar os custos da crise de mobilidade urbana ao Produto Interno Bruto, que utilizam o preço da produtividade média por hora para estipular a produção não realizada em função do tempo desperdiçado em congestionamentos (FRISCHTAK; PINHEIRO, 2015).

Geralmente, outros setores produtivos comumente também são enquadrados como condição geral de produção, como as telecomunicações, infraestrutura, energia, porque são responsáveis pela conexão e coordenação entre diversas unidades produtivas específicas. Por essa razão, isto lhes exige uma série de tarefas no âmbito da administração da produção. A este tipo de trabalho improdutivo – que não adiciona mais-valor – responsável pela articulação de múltiplos setores cabe uma classe social denominada de gestores (as) (BERNARDO, 2009. p. 211-213;268-276). Ao longo da história, a classe gestora cresceu com o Estado moderno e ganhou proeminência conforme as funções integrativas se fortaleceram, contudo, não é exclusiva do poder público e foi exercida também por empresas (Ibid., 2009. p. 218;276). Em outras abordagens, esta classe social ganha outros nomes, como burocracia ou tecnoburocracia (GUTIERREZ, 1992). Uma vez que as prefeituras cumprem o papel de delimitar as regras de produção do transporte coletivo urbano, podemos enquadrá-las na classe dos gestores (as) junto com a FNP.

Parece inusitado considerar os (as) prefeitos (as) e seu corpo administrativo de alto escalão como uma classe social. Mas, sob a ótica da política de transporte coletivo urbano, sua responsabilidade pelo deslocamento da força de trabalho a situa como gestora do processo produtivo. A definição utilizada por Erik Olin Wright (2015), que lida com a complexidade e multiplicidade de classes sociais contemporaneamente,

abarcam a relação de exploração e extração de mais-valia pela detenção da propriedade dos meios de produção e como também pelo uso da autoridade. O “aluguel de lealdade” para os capitalistas que essas posições recebem lhes propicia uma maior apropriação do excedente social e da mais-valia por exercerem essa autoridade (WRIGHT, 2015. p. 143). Dessa maneira, são incluídos também gerentes e supervisores dentro das unidades produtivas, os quais exercem autoridade sobre os (as) trabalhadores (as) tal como a burguesia propriamente dita. Para Thompson (1984), que também tenta conceituá-las, as classes sociais têm um componente fortemente subjetivo de uma identidade que é forjada na própria luta entre elas. Isto implica em uma definição ampliada de classes sociais. De qualquer maneira, em ambas, o vínculo com uma assimetria na esfera da produção permanece central para defini-la. Deste maneira, grupos estatais podem ser analisados como classes sociais, mais do que simples “estamentos” burocráticos ou grupos de renda.

E qual a capacidade de influência de cada uma dessas classes dominantes sobre os mecanismos de domesticação de protestos? Isto é, através de quais meios as visões de mundo sobre protestos que essas entidades dispõem podem moldar a domesticação? Delimitar isto é importante para situar o papel das visões de mundo no mecanismo causal que produz o fenômeno analisado e, assim, precisar a contribuição desta pesquisa em termos interpretativos e explicativos.

A partir da discussão acerca de uma teoria democrática marxista, Medeiros (2017, p. 158-161) sintetiza os meios pelos quais as classes capitalistas exercem sua influência assimétrica no Estado e sistema político em relação ao conjunto de dominados (as). Elenca os seguintes: Em primeiro lugar, (I) *a ocupação de cargos eletivos* diretamente por integrantes das classes dominantes viabiliza uma influência direta. Em segundo lugar, a dependência estrutural do Estado e de sua burocracia frente ao investimento de capital privado, pois é de lá que se extrai o orçamento através dos tributos, introjeta na burocracia estatal a necessidade de estimular a valorização do capital. Isso gera um (II) *contato facilitado das classes capitalistas com a burocracia*. Em terceiro lugar, (III) o *financiamento de campanhas eleitorais* pelas empresas garante um grau de influência após as eleições. Por fim, a (IV) *atuação de grupos de interesse* com o objetivo de influenciar os parlamentares em temas atinentes às classes dominantes representam

outra forma de influência assimétrica, uma vez que tais atividades exigem muito tempo livre e recursos materiais - que os grupos dominados têm menos acesso.

Olhando especificamente as classes capitalistas do transporte coletivo urbano, todos estes componentes estão ou estiveram presentes. Além de poderem ocupar cargos eletivos diretamente, recorrentemente financiavam diretamente campanhas eleitorais – ao menos até 2016, última eleição brasileira que essa modalidade foi permitida. Quando não realizavam doações, valiam-se de caixa dois para pressionar as prefeituras a aumentarem as tarifas, como no caso do Rio de Janeiro após 2013 (G1 RIO. 13/06/2018), ou de propinas às casas legislativas locais para alterar leis relacionadas ao transporte que os beneficiem, como no caso do DF em 2009 no esquema de propinas da Operação da Caixa de Pandora (MPL. 25/05/2010). No tocante ao contato com a burocracia e gestores (as), a centralidade do transporte coletivo como condição geral de produção que realiza o deslocamento de parte significativa da força de trabalho concede aos empresários de transporte um poder de chantagem forte. Não por acaso, recorrentemente os aumentos tarifários são justificados pelas empresas como uma crise de financiamento do transporte (MANOLO, 2007) e um colapso da operação do sistema caso os aumentos não sejam concedidos, a exemplo do que ocorreu em Brasília no ano de 2017 (METRÓPOLES, 12/01/2017). Esse alinhamento de discurso do Estado às empresas sugere que os aumentos tarifários, além de previstos na licitação, provêm de um contato direto com a burocracia em conversas anteriores.

Esta forma de analisar a ação das classes dominantes incorre num problema de caracterizar o Estado como um instrumento, na qual bastam alterar as influências externas a ele para que suas políticas mudem de direção e passe a favorecer o conjunto das classes dominadas. A explicação de Medeiros (2017) supracitada funde o modelo explicativo de Offe (1984) com as “teorias da influência”, criticadas pelo autor. O marco teórico da “influência” pressupõe que a ação classista do Estado deriva dessas formas de influência por parte das classes capitalistas, que agem exteriormente ao Estado. Contudo, as causas de um padrão de ação que vise excluir o poder das classes trabalhadoras estão introjetadas já dentro do sistema político e constituem mecanismos de seletividade do Estado capitalista. Isto decorre de que o poder da detenção de capital traz dilemas para a ação do pessoal do Estado independente de agirem ativamente para influenciá-los ou ocuparem cargos dentro dele. Isto decorreria da necessidade de

responder ao dilema da dependência estrutural frente a acumulação capitalista para arrecadar seus impostos, de maneira que precisam criar condições para assegurar a valorização do capital e antecipar aquilo que pode lhe frustrar (OFFE, 1984).

Nesse sentido, o Estado não é um instrumento neutro sob a qual basta alterar quem o governa que tudo será diferente. Ao contrário, é colocado como uma condensação material das relações de força entre classes sociais antagônicas, ou seja, que não é um mero instrumento neutro capaz de atender toda e quaisquer relações sociais. Levantando essa questão, Poulantzas (2000. p. 16-19; 50-52;59) identifica a presença da divisão do trabalho manual e intelectual – típica das relações sociais capitalistas – no Estado capitalista através da separação tanto entre Estado e economia, classe trabalhadora e meios de produção, quanto governantes e governados. Essas separações organizam internamente o Estado de maneira a levar a uma implementação classista de suas ações e reproduzir a estrutura capitalista.

Portanto, identificar os mecanismos de influência disponíveis nas mãos das classes capitalistas, em específico ao empresariado do transporte coletivo, não implica em achar que são suficientes, nem necessários de maneira isolada para agir de maneira a beneficiar a acumulação capitalista e seus interesses. Antes de tudo, tais ações atravessam um sistema político e estatal, que age tentando antever as classes capitalistas para ser capaz de sobreviver. Essa razão torna metodologicamente ainda mais importante observar as visões de mundo dos (as) gestores (as) enquanto classe social, pois ainda que o empresariado não esteja tentando influenciar o sistema político em favor de seus interesses particulares, o pessoal do Estado tentaria satisfazer as condições de produção de mais-valia da qual extraem recursos via tributação e reproduziria a divisão do trabalho capitalista. Assim, as ações e visões de mundo de ambas as classes dominantes analisadas se conectam.

Concretamente no transporte coletivo brasileiro, a dependência estrutural de gestores (as) em relação aos (às) capitalistas acontece não só através da tributação. Tanto que boa parte das respostas dessa classe em relação às pressões populares por redução tarifária em 2013 passava por isenção do ICMS sobre as operadoras do serviço (ÚLTIMO SEGUNDO. 04.06.2014), o que indica que possivelmente essas isenções não tem impactos tão grandes comparativamente ao total das receitas de impostos. A dependência estrutural no transporte coletivo ocorre principalmente pela centralidade

que o deslocamento de força de trabalho desempenha em toda a sociedade capitalista e em todos os processos de acumulação como um todo, isto é, por ser uma condição geral de produção, que conecta unidades particulares de produção. Embora operado por uma empresa privada, o transporte é uma condição de acumulação conjunta e, conforme Carnoy (2013, p. 177) ao discutir a teoria de Offe, o Estado tem o mandato público de garantir essas condições. As constantes ameaças pelo empresariado do transporte sobre uma crise de financiamento da mobilidade e de que, sem um aumento tarifário, suas empresas poderiam falir e colapsar a sociedade como um todo pelo fim do serviço (MANOLO, 2007) são assumidas como reais. A impossibilidade de conhecer o caixa das empresas por serem empresas privadas agrava a dependência. Esta ambiguidade de ser um serviço essencial para o funcionamento do capitalismo como função reconhecidamente do Estado e ser um serviço organizado privadamente instaura essa dependência estrutural específica sobre os capitalistas do transporte coletivo.

É sob esta base de dependência estrutural que a classe dos (as) gestores (as), aqui considerados como representados pela FNP, atuam na organização do deslocamento da força de trabalho. Como são gestores (as) dentro do Estado, estão em posse direta de uma série de meios administrativos de dominação e coerção⁴⁰ (CORRÊA, 2014, p. 90) e com influência ainda mais direta dentro do sistema político. Apesar da separação entre Estado e economia, por conseguinte, entre Estado e classes sociais que define o modo de produção capitalista (POULANTZAS, 2000, p. 16-19; WOOD, 2003, p. 36-46), Poulantzas (2000, p. 27-30;126-128;130) sustenta que existe uma mútua constituição entre as classes sociais e o Estado. Na visão do autor, isto significa que a luta entre as classes dominantes e as classes populares, bem como entre as frações de classes dominantes entre si, alterariam o Estado que, por sua vez, as reorganizariam e as modificaria. Se isso é verdade para a classe trabalhadora⁴¹ que utiliza o transporte

40 A posse de meios administrativos e de coação como definidores de classes sociais, para além da propriedade dos meios de produção, é um dos componentes da teoria das classes sociais e do Estado de Bakunin. A burocracia já era compreendida pelo autor como uma classe que detinha tais meios e específica do Estado. Ele difere da definição aqui utilizada, pois prevê os (as) gestores (as) ou a burocracia como não pertencente às empresas privadas. Todavia, a contribuição permanece relevante. Ver mais em Corrêa (2014).

41 A utilização do transporte coletivo urbano no Brasil nos fornece um exemplo. É senso comum que as classes proprietárias se deslocam de carros, helicópteros e jatinhos em vez das modalidades coletivas. Ainda que a classe trabalhadora também ande de carro, são o transporte público e os direitos assegurados nele – Vale-transporte, passe livre estudantil e outras formas de gratuidades – que são tidos como formas de deslocamento típicas desta classe. O provimento do serviço de transporte pelo Estado molda a realidade subjetiva e material de identidade da classe, tal como os direitos que trabalhadores (as) reivindicaram e moldaram o provimento do serviço. São processos como esse que

coletivo, quanto mais para a classe dos gestores (as) públicos (as), os quais estão tão imbricados com o Estado.

Os gestores (as) públicos (as) tem a sua disposição uma série de meios administrativos, infraestruturais, de coerção legitimada publicamente à sua disposição e de forjar consentimento ou de mediação política. Podem, por exemplo, instituir a biometria facial no transporte coletivo a partir de suas autarquias para restringir a quantidade de usuários (as) dos direitos garantidos acusando-os de fraudar seu próprio direito. Esse foi o caso do DF (DIÁRIO DO TRANSPORTE, 24/07/2018) e de uma série de cidades⁴² que adotaram administrativamente esse mecanismo e como resultado milhares de cartões de bilhetagem eletrônica que garantem esses direitos eram bloqueados. A organização das licitações, com suas condicionantes e permissões à operação do empresariado do ramo, se insere dentro dessas ações administrativas.

Já no âmbito dos mecanismos de coerção a seu dispor, podemos pensar nas diversas formas de organização do trânsito instituídas pelos gestores (as) públicos (as), nas quais são delimitadas a circulação da força de trabalho e de mercadorias pela cidade. Elas podem ocorrer através da Polícia Militar mais propriamente ou de seus departamentos ligados ao trânsito, delimitando áreas onde os ônibus estão seguros ou não de passar ou o trajeto que uma manifestação pode ou não seguir. Um exemplo desse mecanismo são os Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) que foi difundido durante a copa do mundo e das confederações como exigência das licitações de transporte coletivo e que, segundo o sociólogo Bruno Cardoso (AGÊNCIA PÚBLICA, 31/01/2017) seria efetiva apenas em esvaziar manifestações e mitigar seus efeitos sobre a circulação da cidade.

No âmbito infraestrutural, os gestores (as) podem construir vias que expandam o raio de circulação dos ônibus ou implementem corredores de ônibus. A implementação dos Bus-Rapid Transit (BRT) – um dos tipos de corredores de ônibus – aumentam a velocidade de deslocamento da força de trabalho no transporte coletivo, por exemplo, aumentando a rentabilidade das empresas de transporte e a economia como um todo com a redução do tempo em trânsito e os custos envolvidos dos congestionamentos (FRISCHTAK; PINHEIRO, 2015).

fundamentam a mútua constituição entre Estado e classes sociais.

42 Ver pesquisa da palavra “biometria” no site “Diário do Transporte” para ter uma dimensão dessas medidas. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/?s=biometria>>; Acesso em 04/03/2018.

Por fim, como já destacado na seção anterior, as mudanças estruturais do Estado ocorridas na modernidade – o desenvolvimento da opinião pública e a centralização de recursos no Estado – o transformou em alvo e mediador das demandas sociais (TARROW, 2009. p. 90). Este papel coloca o pessoal do Estado como, ilusoriamente, árbitro neutro do conflito entre classes e grupos sociais antagônicos (POULANTZAS, 2000. p. 157-160). Quando tentam realizar alterações na lei de gratuidades e direitos do transporte coletivo através de projetos enviados às câmaras legislativas locais, agem como mediadores (as), tal como quando submetem ao judiciário que revogue outras decisões judiciais que criticavam aumentos de passagem – como no Distrito Federal em 2017 (AGÊNCIA BRASÍLIA, 24/01/2017). Aqui, as tentativas de negociação das prefeituras e gestores (as) públicos (as) com lideranças descoladas das mobilizações se inserem também, ao tentarem forjar um consentimento popular massivo em aumentos tarifários. Casos como esse ocorreram na Revolta do Buzu em 2003 (PRONZATO, 2004) e com a instituição de conselhos e fóruns municipais de transporte público que, ou não contavam com a participação de representantes de usuários (as) e trabalhadores (as) do transporte, ou tinham uma quantidade muito ínfima.

Temos, assim, uma síntese de quais mecanismos de dominação, influência e capacidade de ação assimétrica que as duas classes dominantes representadas na NTU e FNP possuem. De um lado, os (as) gestores (as) tem à disposição meios administrativos, infraestruturais, coercitivos e de forjar consentimento. De outro, a burguesia proprietária dos meios de circulação tem contato facilitado com a burocracia pela dependência destes últimos ao deslocamento cotidiano da força de trabalho, uma atividade de lobby com mais recursos, utilizam financiamento de campanha e propina e a ocupação de cargos eletivos⁴³. Esse conjunto de meios de dominação são os mecanismos causais que as classes dominantes têm a seu dispor para domesticar o confronto popular em torno do transporte coletivo urbano. Eles são informados por visões de mundo como as das entidades que representam ambas as classes.

43 Pode soar contraditório apresentar a dependência estrutural do Estado capitalista como sendo o mecanismo pelo qual este Estado age sistematica e assimetricamente em favor dessas duas classes dominantes representadas pelas entidades e, em seguida, reforçar que as formas de influência também atuam. Contudo não o é. Afinal, a dependência estrutural não exclui a existência de mecanismos de influência. Eles coexistem, mesmo que sejam ênfases distintas e moldam cada qual o Estado para agir seletivamente em favor das classes capitalistas.

Metodologia e técnicas de pesquisa

As visões de mundo da FNP, da NTU e FIESP – e das outras entidades – importam porque são as entidades que anseiam representar duas frações de classe específicas, a de empresários do transporte coletivo, a de gestores (as) municipais e outros setores do empresariado. Dado o caráter nacional dessas organizações, analisá-las permite observar o caráter nacional das lutas contra os aumentos tarifários e das manifestações de 2013. Este trabalho foi orientado pela abordagem epistemológica do interpretativismo na ciência política (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2012) e, dessa maneira, busca captar as visões de mundo que informam os mecanismo de domesticação da luta popular. A capacidade de ação desses grupos e porosidade estrutural do Estado a ele – indicado na seção anterior – são apontados como os mecanismos causais através dos quais tais visões operariam, utilizando um entendimento de causalidade constitutiva (LEWBOW, 2009).

A contribuição central desta pesquisa está, portanto, em identificar o *conteúdo normativo* que informa os mecanismos de domesticação dos protestos a partir do caso das visões de mundo da NTU e da FNP sobre os protestos de Junho de 2013. Como destacado com Errandonea (1989, p. 76), a dimensão normativa da dominação – seu conteúdo – identifica os limites da dominação legítima e as possibilidades de resistência aceitas pela ordem. Nesta situação, diz respeito a quais formas e conteúdos de protestos são aceitos e quais não. Assim, a pesquisa está situada antes do exercício direto dos mecanismos de dominação, mas naquilo que os conformariam.

A metodologia seguirá, portanto, uma orientação interpretativista, prezando pelos sentidos e conteúdos que os atores analisados se utilizam em seu próprio contexto (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2012). Além disso, serviu de base para a conceituação de visões de mundo os apontamentos de Eder Sader (1988) sobre matrizes discursivas.

A partir de vários autores (as), Lebow (2009, p. 212-215) define a causalidade constitutiva como quadro de referências para o comportamento que – em resumo, conjunto de crenças, ideias e visões de mundo – prévios que são relevantes para produzir um efeito, isto é, que tem consequências causais. Todavia, não são uma mera fusão da noção de constituição à de causação. Enquanto a primeira diz respeito às visões de mundo que justificam as ações das pessoas e tem pouco efeito por que tentam difundir uma ideia que elas ainda não aderem, a segunda aborda uma crença ou ideia

que tem efeito sobre quase tudo. Haveria, conseqüentemente, um continuum entre ambas as noções: de um lado, quadros de referência mais constitutivos têm pouco efeito sobre o mundo e conseqüências causais pouco amplas, facilitando identificá-las; por outro lado, quadros de referência mais atrelados a causação teriam conseqüências causais sobre tantas coisas que torna quase impossível identificar as relações causais específicas.

No polo da causação, por exemplo, estão aquelas ideias naturalizadas e que afetam boa parte das relações sociais. Ao passo que no outro, há quadros de referência relacionadas a identidades mais específicas na constituição que tentam justificar diretamente um comportamento ou ação. O caso analisado é o papel que a noção de indivíduo moderno – baseada no auto-interesse e propriedade – teve na conformação do território soberano dos Estados nacionais através da influência sobre a arte e a cartografia que elaboravam os mapas desses Estados. De início, a concepção de indivíduo moderno tinha efeitos menos fortes, servindo de um discurso justificativo, mas ao passo que se inseriu nas mais diversas áreas, como a arte e a ciência, converte-se em um quadro de referência mais forte, que afeta as diversas mudanças na sociedade (LEBOW, 2009. p. 218; 221-224). Tentando criar um marco teórico para analisar os efeitos das Instituições Participativas (Ips) no Brasil, Lavalle (2011, p. 39) argumenta que deve realizar uma operação metodológica de redução do escopo de complexidade do efeito que se quer observar para que seja possível imputar uma relação de causalidade. Sob a ótica da causalidade constitutiva, é uma tentativa de analisar apenas aqueles quadros de referência menos fortes, com impactos mais restritos.

A identificação do mecanismo causal neste caso não contradiz o uso da interpretação e da causalidade constitutiva, pois tem como objetivo situá-la face aos mecanismos efetivos de dominação. Esta abordagem simpatiza com os métodos de pesquisa etnográfica que objetivam elaborar descrições densas dos sentidos das ações de atores e atrizes (GEERTZ, 1973). Além disso, os quadros de referência a serem utilizados nesta pesquisa envolvem tanto visões de mundo com muitas conseqüências causais e mais amplas, como as visões de mundo dos grupos dominantes destacados com relação a democracia e participação do povo, quanto visões de mundo com conseqüências intermediárias e restritas que permitem achar mecanismos causais

concretos, como as visões de mundo sobre a política de transportes, a aceitabilidade do confronto popular e visões sobre Junho de 2013.

Somado a ambas, a noção de matriz discursiva elaborada por Eder Sader (1988. p. 59-60) para compreender a dimensão cultural pela qual a própria classe trabalhadora paulista nos anos setenta formulava suas necessidades e suas carências, enquanto sujeito ativo. Remete, assim, a uma diversidade de matrizes culturais mobilizadoras de suas demandas, seja a matriz das Comunidades Eclesiais de Base ou do Novo Sindicalismo. Ela se constitui como um sistema de referências simbólicas e significados que tratam de compreensões mais amplas sobre a sociedade, a luta por direitos e suas respectivas carências, as quais se sobressaem no momento de proferir um discurso público que precisa referir-se a diversos aspectos da sociedade. Por isso, não mencionam somente aquele contexto e luta em específica, mas todo o funcionamento da sociedade, da materialidade econômica e dos confrontos que se envolvem. Embora seja utilizado para analisar os sentidos da luta colocados pelas classes populares, o utilizamos aqui para observar as classes dominantes no seu ato de interpelar o restante da sociedade. Esta escolha prejudica a percepção do caráter relacional da domesticação, sendo crucial que pesquisas futuras a completem, mas ao mesmo tempo não significa retirar a agência dos grupos subalternos. Ao contrário, busca apreender quais sistemas de significados e intencionalidades domesticantes as classes populares precisam responder. Trata-se de um passo crucial, anterior, para verificar ou não os resultados domesticantes.

Levando em conta essas caracterizações da causalidade constitutiva, da abrangência de visões de mundo e das matrizes discursivas, elaborou-se o seguinte quadro a ser preenchido em cada uma das entidades:

MATRIZ DE PERGUNTAS SOBRE AS VISÕES DE MUNDO PARA CADA ATOR		
O que domestica?	A forma de luta	O conteúdo reivindicativo
Qual dimensão de análise?		
Junho de 2013 (Causalidade mais precisa e menor abrangência)		
Democracia e participação (causalidade e abrangência intermediárias)		

Sociedade, Estado, ordem e confronto político (Causalidade mais difusa e maior abrangência)		
---	--	--

Elaboração própria.

Sob esta chave metodológica e epistemológica, serão analisados os pronunciamentos públicos⁴⁴ e documentos das entidades elencadas, a NTU, a FNP e FIESP, bem como das demais⁴⁵, buscando respostas a essa matriz de modo a identificar o conteúdo normativo das intencionalidades de domesticação dos protestos de junho de 2013.

A leitura prévia de algumas revistas da NTU sugerem alguns caminhos de aprofundamento e categorização das visões de mundo das entidades sobre protestos. Primeiramente, uma delas lançadas após junho de 2013 indica a preocupação com a queima de ônibus como repertório de protestos, diferenciando-os do que seriam protestos legítimos e “sem vandalismo”. Chegaram a referir-se favoravelmente inclusive

44 Serão utilizadas as datas dos meses de Maio, Junho e Julho e ano de 2013 em conjunto com as palavras-chave de busca em sites de notícia, sites oficiais das entidades, no google e nos jornais Valor Econômico, Folha de São Paulo e Estadão: “Manifestações”, “Protestos”, “Quebra-quebra”, “Vandalismo”, “Junho de 2013”, “Manifestações de Junho”, “Manifestações de 2013”, “Transporte Público”, “Black Bloc”. Junto das palavras chaves, será colocado o nome da entidade, gerando resultados de pesquisa com base nas seguintes combinações: “(palavra-chave)” + “(nome da entidade)” + “(Data no formato ‘mês’/2013)”. As mesmas palavras-chave também passaram por buscas sem data para caso seus pronunciamentos fossem posteriores a 2013 mas referentes às manifestações desse mesmo ano. Também foi realizada a busca nos mesmos endereços mencionados apenas com o nome das palavras-chave para situar se haveriam outras entidades mencionando fazendo pronunciamentos no sentido de tentar domesticar as manifestações. Temporalmente, limitou-se pronunciamentos realizados até o ano de 2014, por entender a dificuldade de afirmar até quando as manifestações de 2013 teriam influenciado a posição das entidades. Afinal de contas, o entendimento de que Junho de 2013, em alguns casos apresentou uma continuidade até 2014 nos protestos contra os megaeventos que culminou em prisões, como no Rio de Janeiro, indica que foi um processo em aberto que teve impactos até depois daquele ano (BRINGEL & PLEYERS, 2015).

45 A seleção das entidades utilizou o critério para selecionar frações de classes dominantes que estejam vinculada diretamente ao transporte coletivo urbano e inserção nacional. Inicialmente, foram selecionadas as entidades: Confederação Nacional de Municípios (CMN), em posição análoga à FNP; Federação de Industriais de São Paulo (FIESP), pela sua projeção política nacional e por se atrelarem aos industriais, que dependem do deslocamento de sua força de trabalho através de transporte coletivo e terem empresários do setor de produção de ônibus; Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), por conflitar com o setor de operação dos ônibus; Federação dos Bancos do Brasil (FEBRABAN), em função da financeirização do capital do transporte coletivo e do crédito direcionado ao setor; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), considerando que os trabalhadores (as) desse setor também se deslocam através de transporte coletivo urbano e que era comum nos atos as lojas serem fechadas devido ao receio das manifestações. Contudo, o processo de pesquisa revelou que os pronunciamentos e documentos públicos dessas entidades em relação as manifestações de 2013 foram escassos, dificultando uma análise mais sistemática e específica dessas entidades. Por essa razão, dedicou-se uma pequena seção para compreender em conjunto os posicionamentos públicos dessas entidades em relação a domesticação às manifestações de junho de 2013.

ao trâmite da lei anti-terrorismo no congresso nacional e o enquadramento da prática de incêndio a ônibus como terrorismo (NTU, 2014). Temos, então, uma discussão relativa à forma dos protestos que devem ser domesticadas. A outra entrada está na domesticação das demandas, tal como a FNP (EBC, 13/08/2013), a NTU defende a justiça das demandas por um transporte melhor e não tão caro, mas rechaçam a possibilidade de tarifa zero – pauta que se popularizou com o Movimento Passe Livre durante Junho de 2013 –, caracterizando-a como impossível. Em seu lugar, defendem apenas políticas focalizadas para determinados públicos de baixa renda (MOBILIZE BRASIL, 27/01/2015). Tais itens podem fornecer dois eixos para a análise das visões de mundo sobre protestos e suas matrizes discursivas.

Capítulo 3 – O caso brasileiro e Junho de 2013 sobre a domesticação

As manifestações de Junho de 2013 não são um “raio no céu azul” com relação às intencionalidades de domesticação. Em diversos momentos da história, os esquemas de domesticação existentes desde o colonialismo e a escravidão precisavam ser atualizados para lidar com as novas estruturas e conjunturas e novas formas de lutas existentes, passando pelo início da primeira república e a virada corporativista no movimento operário que se deu com o sindicalismo varguista. Nas ideologias de domesticação e suas visões de mundo, integram também a domesticação das subjetividades de pessoas negras e mulheres, seja pelo embranquecimento, seja pela não aceitação da mobilização e luta fora do lar. Contemporaneamente, as manifestações pelo impeachment de Collor nos remetem a intencionalidades de domesticação também e alinhamento de parte das elites em torno dessa pauta, a presença de algumas formas mais institucionais de ativismo ou de ativismos que se relacionam mais com as instituições indicaram alguns fenômenos irmãos à domesticação durante os governos progressistas.

Já retomadas as contribuições brasileiras ao debate sobre domesticação, neste capítulo procederemos a localização do caso brasileiro nas manifestações de junho de 2013 sobre redução tarifária e análise das *visões de mundo* que orientaram as intencionalidades de domesticação pelas entidades representantes das frações das classes dominantes identificadas. A explicação e especificação do caso será realizada em relação às lutas por *transporte coletivo*, em relação *aos ciclos de protesto no Brasil* e a *convencionalização das formas de luta* segundo onda seis do WorldValuesSurvey, dados do balanço de greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁴⁶ e dados sobre conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2003 a 2014⁴⁷. Nas pesquisas de opinião pública apontadas, também serão levantados as respostas às perguntas sobre ordem social, com destaque àquelas

46 Elaborado pelo DIEESE a partir do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) – DIEESE, a coleta de dados foi realizada com base em jornais impressos ou eletrônicos, bem como a partir da imprensa sindical (DIEESE, 2015).

47 Elaborada pelo CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, a coleta de dados realizada pela CPT envolve três fontes. Uma primária, relacionada aos agentes da CPT e movimentos populares em seus meios de comunicação. Outra secundária, relacionada a jornais e documentos oficiais. Para mais informações, ver CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2020)

que dizem respeito a se a pessoa acha justo ou não pagar uma tarifa de transporte público.

Na segunda seção do capítulo serão analisados os pronunciamentos públicos das entidades das classes dominantes que foram selecionadas segundo a matriz apresentada no capítulo anterior, para apontar suas visões de mundo que apontam intencionalidades de domesticação dos protestos de junho de 2013 por transporte coletivo urbano. Embora muito se tenha destacado no papel midiático da alteração de pauta, pouco se apontou ao posicionamento dos grupos concretos que representam as classes dominantes. De alusões à velocidade da circulação da mercadoria, as forças de trabalho são impedidas de circular; despolitização dos protestos, à janela de oportunidades criadas pelas manifestações ao inserir o tema na agenda pública, rejeitando outras formas que propiciaram isso, até a relevância da aposta dos megaeventos para as soluções do transporte público. Estes pontos fazem parte do conjunto de visões de mundo identificadas, que impulsionaram intencionalidades de domesticação dos protestos através de campanhas publicitárias. A tentativa de alterar as pautas não esteve, portanto, presente apenas fora da pauta do transporte coletivo urbano, mas também dentro dela, sendo essa uma das contribuições desta pesquisa. Por fim, compreende-se uma estrutura de *interpretação das preferências* como algo estrutural do Estado capitalista e da divisão do trabalho político entre trabalho de apresentar demandas, de interpretá-las e domesticá-las tanto quanto suas formas.

Lutas por transporte público e 2013 como explosão de um ciclo de luta em gestação

Esta seção tem por objetivo situar o caso das manifestações analisadas em 2013, tanto relativas à pauta do transporte coletivo urbano, quanto ao ciclo de lutas do qual ele fez parte e que também inaugurou. Para isso, partiremos de uma brevíssima apresentação das revoltas públicas em torno do transporte coletivo urbano no Brasil. Em seguida, apresentaremos os dados de ônibus incendiados da NTU, os dados do Caderno de Conflitos no Campo no Brasil da CPT, o balanço de greves do DIEESE e os dados sobre participação política e ordem social do WVS.

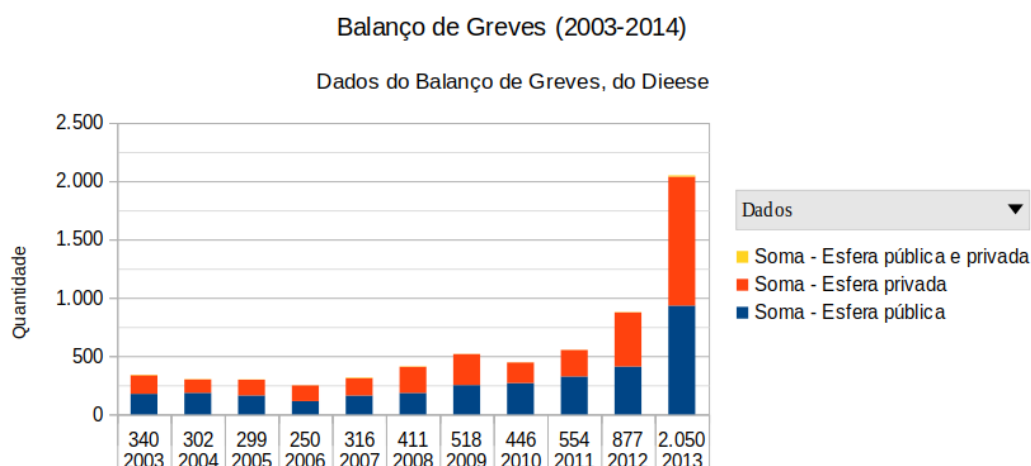
Historicamente, verificamos a periodicidade das manifestações e explosões sociais relacionadas ao transporte coletivo urbano no Brasil, em suas diversas modalidades de locomoção, o transporte massivo de passageiros gerou gerou revoltas desde a colonização. Anteriormente ao atual formato de transporte público, o transporte de massas de escravizados engendrou rebeliões de escravizado (as) em navios negreiros (SANTARÉM, 2013.p. 135-136), cujo funcionamento serviu de referência às formas precárias de transporte de massivo seguintes, tanto simbolicamente, quanto materialmente com aporte de capital do tráfico de escravizados para o transporte urbano (SANTARÉM, 2020, no prelo). Posteriormente, já no transporte coletivo urbano, outras revoltas se deram, como a greve de ganhadores na Bahia, Revolta do Vintém no Rio de Janeiro, Revolta dos bondes, de barcas ou ônibus e quebra-quebras comuns, elas sempre ocorreram (VELOSO, 2015). Atualmente, da segunda metade do século XX, com a difusão do ônibus e metrô como meios de locomoção e transição do modelo de autoprodução para reprodução ampliada e concentração e diversificação do capital, em que o (a) motorista de transporte de passageiros deixa de ser o proprietário dos meios de circulação, dando lugar a figura do empresário (a)⁴⁸(VELOSO, 2015. p. 37-38). Nesse período histórico, tivemos greve da meia passagem em São Luís em 1972, Revolta do Buzu em 2003, Revolta da Catraca em 2004, Luta contra o aumento no DF em 2006, Não Pago em Aracaju de 2011 a 2013 (VELOSO, 2015), dentre outras movimentações regionalizadas. Há, assim, um caráter mais ou menos cíclico das revoltas por transporte que favorece a análise do fenômeno da domesticação. Nenhum dos repertórios são totalmente novos, mas ganham outras proporções nacionais e simultâneas em Junho de 2013, o que possibilita analisar respostas continuadas a essas revoltas cíclicas e que se diferenciam após esse marco.

As lutas mais recentes, por sua vez, integraram um aumento progressivo na realização de manifestações e confronto político extra-institucional na sociedade. O levantamento e análise de banco de dados com Análise de Eventos de Protestos (AEP),

48 Veloso (2016) divide a expansão e modificação do setor de transporte coletivo urbano entre as etapas de auto-produção, reprodução simples, reprodução ampliada, capitalização e concentração e diversificação do mesmo capital. No primeiro momento, o (a) motorista é dono do meio de locomoção com que trabalha, seja uma van ou carro, similar ao transporte “pirata” nas grandes cidades. Progressivamente, ganha-se rotina na oferta de trajetos e atividade passa a empregar outras pessoas massivamente, complexificando a propriedade do serviço e em que o (a) motorista não é mais proprietário e sim um (a) trabalhador (a). Nessa última etapa, o capital das empresas de transporte público passa a investir em outros setores.

indicam a existência de um ciclo de lutas relacionado à crise econômica global no Brasil desde 2011 até 2016 – com aumento em 2013 –, com crescimento progressivo de manifestações que mobilizaram a categoria identitária de “trabalhador”, “estudante” e uma relacionada a múltiplas identidades e bases sociais mobilizadas, com foco em pautas da dinâmica do capitalismo – problemas de reprodução social, como moradia e transportes, trabalho – e relacionadas à democracia – sobre algum governo ou liberdade de expressão. O ano de 2013 apresenta, portanto, o pico de eventos de protesto com 445 eventos, maior que os 108 de 2011 e os 260 de 2012. Havia uma ascensão, na qual cresce também a difusão territorial dos protestos (TATAGIBA & GALVÃO, 2019. p. 70-71;74;78-79;85)⁴⁹.

Diversas bases de dados corroboram com isso. Segundo o balanço de greves do DIEESE, havia uma crescente no número de greves nos anos anteriores que atingiu o ápice no ano em questão. Enquanto em 2012, houve 877 greves, em 2013 foram registradas 2050 greves, mais que o dobro do ano anterior, num crescimento de 230%.



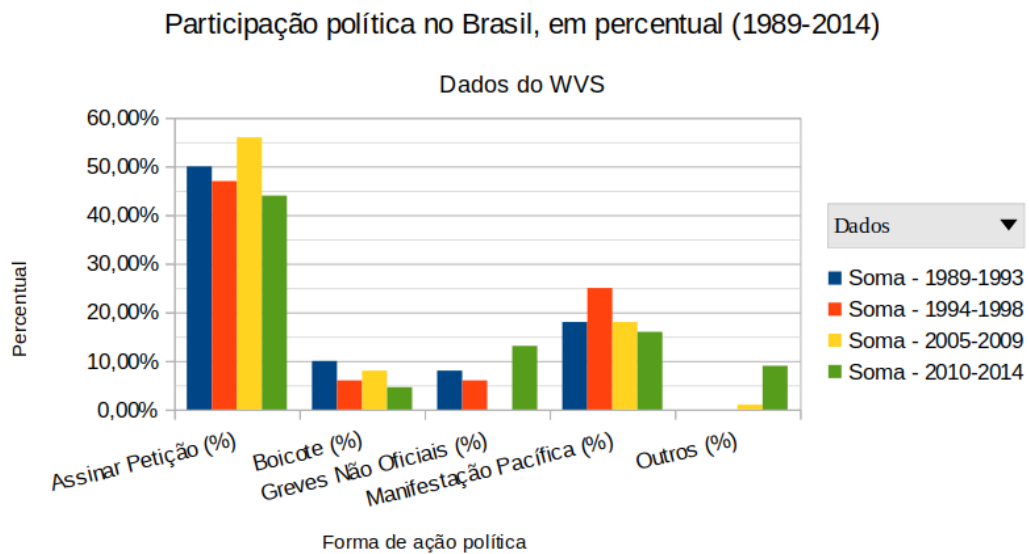
Elaboração própria, a partir dos dados do SAG – DIEESE⁵⁰.

49 A base de dados utilizada apresenta algumas limitações, como estar sujeito aos filtros e crivos realizados pela Folha de São Paulo na contabilização e codificação de eventos de protestos. Nele, são contabilizados apenas aqueles protestos que são capazes de “virar notícia”, geralmente os mais violentos, maiores e mais longos. O caráter regional também impossibilita a ciência mais nacionalizada sobre os eventos, os quais no banco de dados em questão apresentam 59,6% focado no Sudeste, 13,7% no Nordeste, 11,9% no Centro-Oeste, 9,2% no Sul e 5,5% no Norte. Outro fator, é a linha editorial anti-petista do jornal que facilita com que manifestações com essa orientação se tornem notícia (TATAGIBA & GALVÃO, 2019. p. 66-69).

50 O ano de 2014 carece de dados, pois não foram sistematizados e disponibilizados ao público pelo DIEESE.

Por sua vez, as ondas do WVS no Brasil, ainda que não identifiquem crescimento ao longo das ondas de pesquisa, apresenta uma participação massiva em manifestações pacíficas entre respondentes e um disposição grande em participar de greves não-oficiais, uma categoria comumente tida como mais radical e de baixa adesão. Como esperado, o restante das formas mais disruptivas e conflitivas de participação política apresentavam menor adesão.

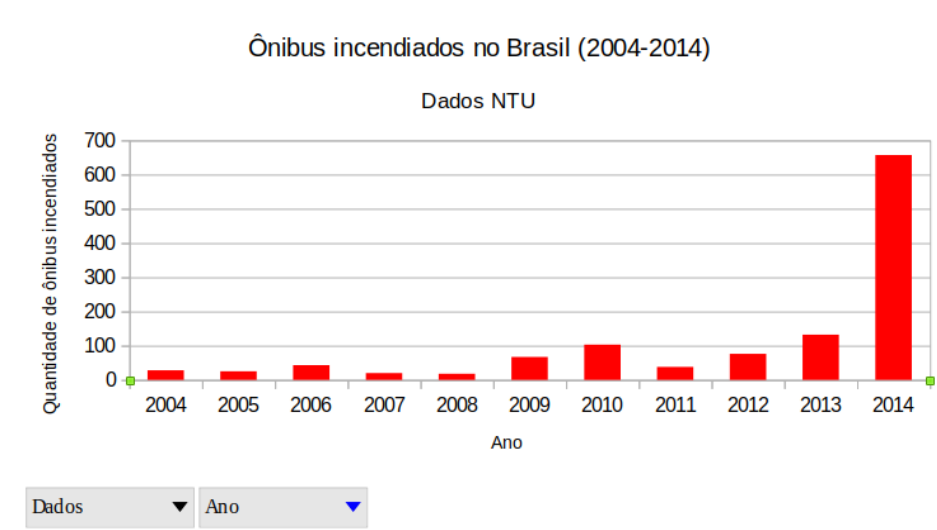
No gráfico abaixo, estão dispostas o percentual de pessoas que responderam à pesquisa como já tendo participado, almejando captar apenas participação efetiva, respectivamente de 15,9% e 13,1%. Contudo, quando observamos a quantidade de pessoas que estariam dispostas a participar também atinge um patamar significativo de 36,2% e 34,6%, respectivamente, para manifestações pacíficas e greves-não oficiais, totalizando um percentual de 48% e 47,7% de respostas favoráveis aos repertórios utilizados.



Elaboração própria, a partir dos dados do WVS.

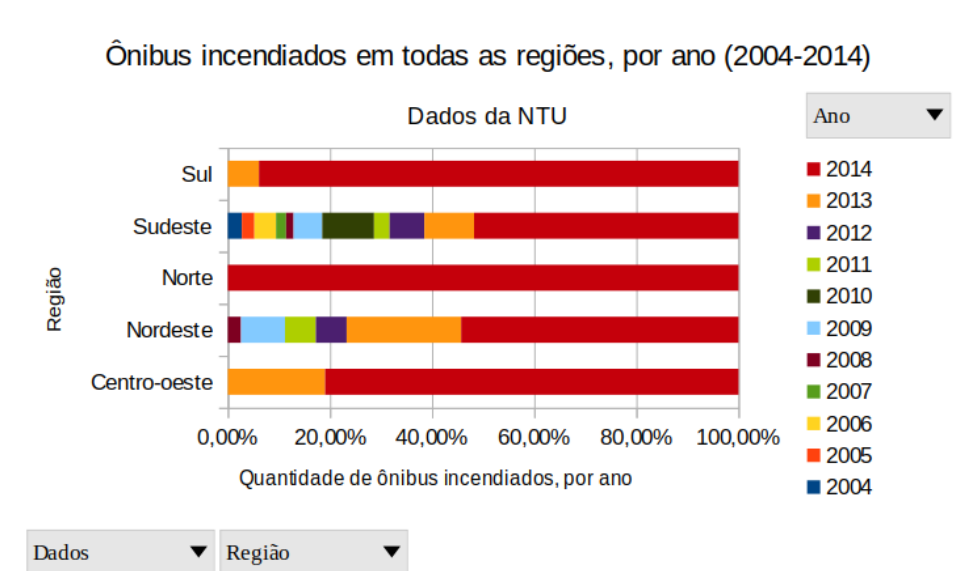
Em comparação aos dados de Tatagiba e Galvão (2019), os do WVS apresentam a desvantagem de não captar a diversidade regional, sem possibilidade de destrinchá-lo analiticamente, e de observar uma resposta individual a um questionário se a pessoa participou ou não de determinada ação. Um contexto de criminalização pode fazer com que as pessoas se sintam receosas ou mesmo arrependidas de terem participado de alguma dessas formas de ação – sobretudo, as mais disruptivas e conflitivas –, podendo alterar suas respostas ao questionário. Algo similar, pode ocorrer tendencialmente com

as perguntas que foram progressivamente retiradas dos formulários do WVS, sobre manifestações violentas e ocupações. Documentações que dependem menos de questionários individuais e mais de levantamento de acontecimentos levantados facilita um pouco mais a apreensão e verificação da variação do conflito social ao longo do tempo, como é o caso da AEP, do Balanço de Greves ou da quantidade de Ônibus Incendiados levantados pela NTU.



Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados pela NTU.

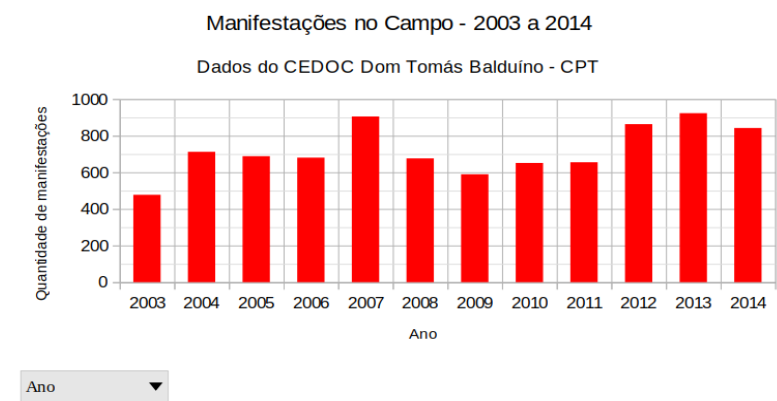
Os anos de 2013 e 2014 representaram o ápice de ônibus incendiados de toda a série histórica, contando com, respectivamente, 132 e 657 automóveis. Esses dois anos concentraram 10,9% e 54,4% de um total de 1207 automóveis incendiados de 2004 a 2014. Observado regionalmente, podemos perceber que no Sul, Norte e Centro-Oeste os anos de 2013 e 2014, foram relevantes a tal ponto que concentraram todos os ônibus queimados. Nas regiões Sudeste e Nordeste apresentaram queimas mais distribuídas entre todos os anos apresentados no gráfico abaixo, além de uma maior quantidade de veículos.



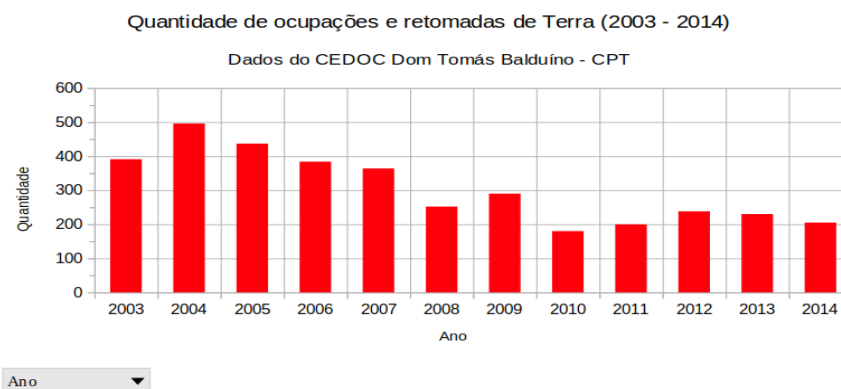
Elaboração própria, a partir dos dados da NTU.

Devido a intenção de equiparar, apresentar e serem ressarcidos os prejuízos orçamentário e financeiro, o levantamento da NTU não destrincha as motivações por trás de cada um desses casos. Suas análises, como serão vistas, apenas apontam responsáveis genéricos, como facções do tráfico e manifestantes não-pacíficos. Porém, mesmo que não seja possível atribuir o tipo de conflito social envolvido, é inegável que é uma das medidas possíveis de agudização dos conflitos sociais. Em especial, de conflitos relacionados ao transporte coletivo urbano.

Buscando enfatizar o caráter mais urbano dos conflitos que eclodiram em 2013, os dados da CEDOC – Dom Tomás Balduino, indicam dois caminhos dos repertórios rurais nos anos apontados. Se por um lado, as manifestações seguiram em quantidade estáveis, sem uma grande explosão social que mantinham continuidade, por outro, as ocupações e retomadas de terra caíram bastante ao longo do tempo. Apesar de estáveis em quantidade de manifestações, a quantidade de famílias envolvidas também reduziu.



Elaboração própria, a partir de dados do CEDOC – Dom Tomás Balduino – CPT

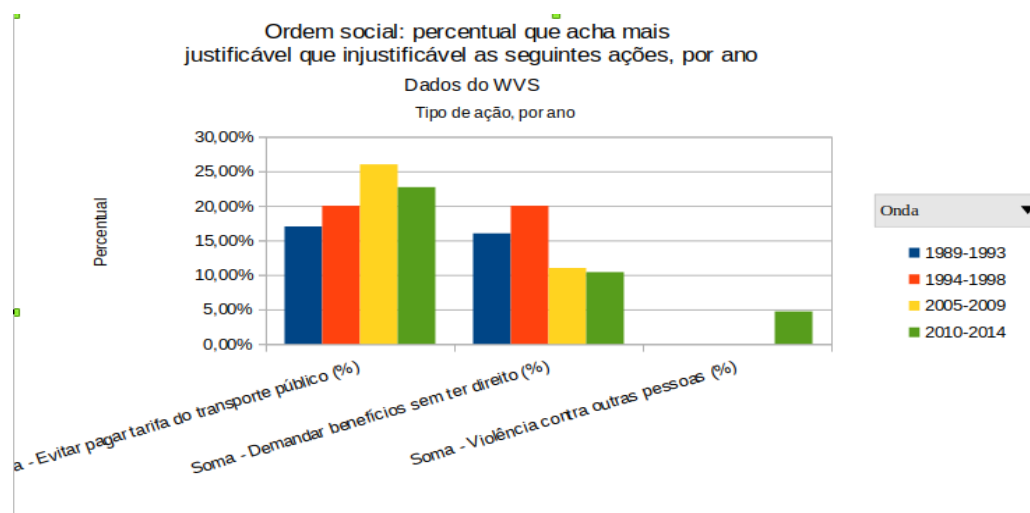


Elaboração própria, a partir de dados do CEDOC – Dom Tomas Balduino – CPT.

Embora pareça auto-evidente o caráter urbano das manifestações de Junho de 2013, haveria a possibilidade de que pequenas cidades ou cidades com maior área rural e de menor população tivessem apresentado algum reflexo das manifestações que não tivesse sido identificado. Contudo, reafirma-se a dimensão urbana daquele ciclo de lutas.

Por fim, selecionou-se as respostas sobre Ordem Social que permitem dar algum parâmetro sobre domesticação de protestos, presentes no WVS. Foram escolhidas as perguntas: achar justificável “não pagar tarifa de transporte público”, “demandar benefício sem ter direito a ele”, “usar de violência contra outras pessoas”⁵¹, em que o (a) respondedor (a) precisa preencher o número entre “1” e “10”, na qual “1” representa “nunca ser justificável” e “10” representa “sempre ser justificável”. Para facilitar a visualização dos dados, foi codificado em uma categoria só de ser “mais justificável que injustificável” todas as respostas dadas entre “6” e “10”. A baixa frequência de respostas como essas não deve ser interpretada erroneamente, uma vez que a alta frequência provavelmente significaria uma cisão brutal da ordem social, de guerra civil ou anomia. Portanto, o percentual de pessoas que acha mais justificável que injustificável não pagar a tarifa do transporte público é alto, de 26% na onda de 2005-2009 e de 22,70% na onda de 2010-2014 e indica que a situação que um possível critério de domesticação do conteúdo reivindicativo relacionado a rejeição de demandas mais materiais – uma interpretação possível do outro lado da moeda que valoriza o pós-materialismo – pode operar, sobretudo numa demanda sobre transporte.

51 Dentre essas perguntas, a mais complicada de servir de parâmetro para a domesticação é o uso de violência contra outras pessoas, uma vez que isso pode representar tanto uma aceitação social maior da violência interpessoal e atravessada pelas formas de dominação, quanto violência usada pelos grupos subalternos para combater a dominação. Apesar disso, optou-se por exibi-lo reconhecendo esse limite.



Elaboração própria a partir de dados do WVS

Os dados trazidos auxiliam a localizar as manifestações de Junho de 2013 em relação ao confronto político em alguns eixos. Em primeiro lugar, ele se situava nesse contexto de crise econômica global a partir de 2011, bem como de crise econômica local a partir de 2014, mas que já dava seus sinais de desaceleração e tentativas de combater a desaceleração econômica prenunciada em 2013 (CARVALHO, 2018). Ou seja, consiste em um ciclo de protestos no pico do ciclo de crescimento econômico, prestes a decair. Em segundo lugar, havia um ciclo de confronto político popular em crescimento já se formando nos anos anteriores, identificado pelo crescimento de manifestações e greves. As condições sociais desse contexto, de crescimento econômico com algumas políticas sociais nos governos federais do PT, serviram de base e pano de fundo essa ascensão de protestos, junto ao processo de organização, que romperam com o consenso lulista de “reformismo fraco” sem mobilização de massas (SINGER, 2016; BRAGA, 2016). Conforme pontua Bringel e Pleyers (2015), as manifestações daquele momento representaram uma abertura e um transbordamento societário de ação direta e confronto político, difundindo repertórios de confronto entre pessoas comuns que não participavam antes dele. Nesse processo de rompimento e abertura que as manifestações

de 2013 colocaram, os dados indicam um processo de *convencionalização* dos protestos no confronto político a partir da difusão massiva do repertório. Em quarto lugar, ainda que as demandas tenham sido expandidas nas manifestações, ela foi disparada por causa do transporte público, que de maneira recorrente apresentaram explosões sociais localizadas e regionais, que culminam em quebra-quebras ou revoltas populares. Em relação a isso, Junho de 2013 se diferencia por ser uma revolta de transporte que se nacionalizou, indicando caminhos de domesticação que já existiam e depois se expandiram. Por fim, apesar de parecer óbvio, as manifestações de junho de 2013 foram um fenômeno predominantemente urbano – o que inclui também as pequenas cidades.

Visões domesticantes: discussão geral

Nesta seção, apresentaremos os dados analisados sobre pronunciamentos públicos das entidades NTU, FNP e FIESP, bem como de outras entidades em conjunto, a partir da matriz apresentada no capítulo anterior que compreende visões de mundo de baixa, média e alta abrangência sobre domesticação de protestos tanto na forma, quanto no conteúdo. Apesar de cada uma das entidades dar maior ênfase em visões particulares, há pontos em comum, como a ideologia da velocidade e aceleração – que é defendida tanto no conteúdo através dos BRTs, quanto na forma de protestos que impedem essa aceleração pelo travamento de vias –, a ideia de democracia como partilha da via por modais de transporte sem a decisão popular, na política como esfera da administração e conflito reduzido, e de que as manifestações de 2013 colocavam em risco a Copa do Mundo e seus projetos de mobilidade urbana. Essas semelhanças estiveram presentes, principalmente, entre NTU e FNP. Há também severas diferenças, nas quais a NTU e a FNP, apresentaram maior ênfase na tentativa de domesticação do conteúdo reivindicativo do que as outras entidades por terem observado uma janela de oportunidade gerada por aquela força social. Por outro lado, ainda que NTU e FNP apresentassem também visões de mundo domesticantes sobre a forma dos protestos, as demais entidades quase que exclusivamente apresentavam visões de mundo domesticantes sobre seu conteúdo. Há ainda especificidades de cada um, como a tentativa de reduzir as manifestações na sua capacidade de agenda pública pela NTU e sua noção limitada de política que as manifestações colocariam, resguardando numa

espécie de função de “torcida” de fé a influenciar a opinião pública que deveria vir a ser decidido em favor de uma ou outra fração da classe dominante.

Como será verificado nos pronunciamentos, as entidades referem-se constantemente às classes populares e suas organizações. Ou seja, suas intencionalidades domesticantes são profundamente relacionais. Enquanto no caso da NTU, há referências indiretas ao MPL, sua pauta de tarifa zero e bloqueios de via, ao MTST, os Comitês Populares da Copa e as organizações de trabalhadores (as) rodoviários (as), que realizaram atos próximos aos Estádios ou paralisaram a circulação de ônibus e BRTs. Já a FNP, referencia indiretamente o MPL pela pauta da tarifa zero. Mas a FIESP sintetiza uma forma de ver as classes populares que está presente nas três entidades, a de multidão, descontrolada, que irrompe com a ordem estabelecida e arrisca criar outra coisa no lugar. Neste caso, foi a greve da cidade que estava em animosidade. Assim, as classes populares são interpeladas pelos dominantes sob a forma de multidão e sob as suas organizações – mesmo que indiretamente. Suas matrizes discursivas são também relacionais quanto ao próprio empresariado que representam. Como se verá, as intencionalidades repressivas mais incisivas e que rejeitam a tarifa zero advém das entidades locais que representam a NTU – geralmente uma seção localizada ao final da Revista NTUrbano. Ao mesmo tempo, a FNP se coloca na posição dupla de depender de uma legitimação formal via eleições, sob a qual os usuários (as) de transporte colocam-se, assim suas respostas atendem também a essa pressão típica do gestor. Mesmo na FIESP, onde há um “fechamento de classe”⁵² mais forte, que faz com que rejeitem explicitamente greves de trabalhadores e defendam o modelo cívico reacionário que se popularizou nos anos seguintes, estimulou um conjunto de medidas para baixar tarifas de preços controlados e apontou uma política econômica menos austera.

Iniciaremos com a NTU, seguido da FNP, FIESP. Ao final de cada um, será apresentada a matriz de análise da respectiva entidade, com exceção das entidades analisadas em conjunto com poucas menções. Por fim, será feita uma interpretação geral dos dados e o que eles ajudam a pensar acerca das intencionalidades e o dispositivos de domesticação, e a relação com a democracia.

52 Agradeço também este termo a Breno Bringel, que participou da banca desta dissertação.

Visões domesticantes: observando a Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU)

A NTU apresentou visões de mundo nos três níveis de abrangência, na forma e conteúdo. Em resumo, eles endossam as manifestações como pautando um problema histórico de atraso de 20 anos, dando a força social que precisavam e abrindo uma janela de oportunidade para colocarem as pautas de transporte direcionada aos interesses dos empresários.

Na *baixa abrangência*, mais diretamente sobre aquela conjuntura específica de Junho de 2013, os repertórios de queima de ônibus e o trancamento de vias aparecem como potenciais ameaçadores da realização da Copa do Mundo e de seus projetos. Já no conteúdo, a aceitação da necessidade de redução tarifária convive com críticas à maneira pela qual foram implementadas, sem sua participação, rompendo com a segurança jurídica dos contratos e sem planejamento técnico. Estes seriam as causas principais dos problemas no transporte coletivo urbano. Em seu lugar, sugerem diversas outras medidas como desonerações fiscais e um fundo diretamente vinculado aos empresários em oposição a fração dos capitalistas relacionados a indústria automobilística.

Na *média abrangência*, referente às noções de democracia e participação num âmbito mais de sistema político, o conflito de interesses fica limitado a aquele que se dá entre classes dominantes, estando as classes dominadas e grupos subalternos apenas como ponto de suporte dessa disputa. Se faz presente também uma defesa de participação que convive com a necessidade de denunciar quem incendia ônibus, além da valorização da participação institucional. A capacidade das manifestações legitima-se apenas como forma de pautar a opinião pública e a necessidade de responsabilização coletiva do incêndio aos ônibus, incluindo denunciar. Somado a isso, no âmbito do conteúdo, a participação institucional aparece como forma de resolver tecnicamente aquilo que as manifestações não dariam conta e conciliar esses interesses, bem como a defesa do BRT como mecanismo de garantir a aceleração e a “qualidade” do transporte, em detrimento do “fim da exploração”.

Por fim, no *nível de alta abrangência*, da economia, sociedade, Estado, ordem e confronto político, as formas de luta daquele momento são associadas à insegurança

jurídica e demais demonstrações de instabilidade social. O conteúdo domesticado também almeja combater essa instabilidade, com uma denúncia de um certo caos urbano.

Para a NTU, além de algumas notícias e textos publicados em seus sites oficiais, foram utilizados principalmente as publicações da própria entidade, como as Revistas da NTUrbano, publicadas a cada bimestre, e os Anuários de 2013 e 2014, com um resumo das revistas dos anos. Ainda que houvesse uma ampla quantidade de notícias e pronunciamentos dados em jornais, suas publicações apresentam a grande maioria de seus posicionamentos para um público de empresários filiados à entidade e especialistas em políticas de transporte coletivo. Semelhante ao seu público, uma quantidade razoável dos textos analisados foi escrita por especialistas do corpo técnico da NTU, técnicos diversos no transporte e, eventualmente, associações parceiras, como FNP, CNT e FIESP, ou com movimentos de empresários⁵³ que consideram legítimos, como o Movimento Pelo (MDT).

Nesse sentido, estão no âmbito privado de discursos destinados a circular entre as classes dominantes, mas no âmbito público dessas classes, ou seja, não são posições secretas ou escusas. Tal como sua posição geral sobre Junho de 2013, de aproveitar “oportunidade” para colocar a posição da burguesia do setor na agenda pública, constantemente a revista aparenta cumprir a função de consolidar um projeto hegemônico global – ou de estar na transição inicial de uma hegemonia restrita –, no sentido definido por Bianchi (2004. p. 37), uma vez realiza pontes sobre a importância do setor não só para si mesmo, como para outras frações de capitalistas e mesmo para o conjunto da sociedade.

O principal exemplo dessa ponte são seus seminários, que incluem todos esses grupos mencionados e outros⁵⁴, e que em 2013 estava sendo realizada coincidentemente no início das manifestações de São Paulo. Denominado “Mobilidade sustentável para

53 A afirmação não é exagero. A entidade foi literalmente criada a partir de quadros da NTU para defender interesses de usuários. Ver Vasconcellos (2013).

54 Para exemplificar, segue trecho com o conjunto de entidades e pessoas que participaram de atividades do seminário do ano de 2014: “Mediado pelo jornalista Alexandre Garcia, o debate contou também com a participação do presidente da NTU, Otávio Cunha, do presidente do Fórum Nacional de Secretários de Transportes, Renato Gianolla, do especialista em Transportes, Frederico Bussinger, do secretário executivo da Frente Nacional de Prefeitos, Gilberto Perre, do diretor de Juventude da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Getúlio Vargas, e do coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte de Qualidade para Todos (MDT), Nazareno Affonso.” (NTU, 2014g. p. 22)

um Brasil competitivo”, a Revista NTUrbano colocou trechos das falas da FIESP, da Confederação Nacional de Serviços (CNS) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Naquele ano, a entidade buscava fazer suas pontes a partir de alguns eixos com as outras entidades: do aumento geral da produtividade de outros setores da economia – leia-se mais-valia relativa pela cidade – pela redução dos engarrafamentos com a priorização dos ônibus, amenizando o denominado “custo Brasil” e valorizando a “competitividade do Brasil”, pela redução de poluentes e pelos megaeventos (NTU, 2013b. p. 30).

Convém mencionar isto não só para situar o conjunto dos pronunciamentos públicos analisados da entidade, como também para localizar o mote geral da tentativa de domesticação das manifestações colocados pela NTU. Seja em audiência pública na Câmara dos Deputados⁵⁵ (CUNHA FILHO, 09/07/2013) ou em suas falas durante o Seminário Nacional⁵⁶, a apresentação de uma janela de oportunidade pelas manifestações é reiterada, desde que não afete o empresariado. Se movimentam, assim, tanto pela apreensão, quanto pela dimensão de oportunidade para utilizar essa força social para galgar posições com a burocracia estatal e com o conjunto de outras frações de classe no sentido que já estavam esboçando, mas agora com empréstimo de força social gerada pelas manifestações em torno da pauta. Para isso, precisam e realizam tentativas de conformar não só a forma como essas manifestações ocorreram, como também seu conteúdo que é visto como irracional e limitado tecnicamente, podendo os afetar negativamente. Analisemos portanto essas visões.

Baixa abrangência: conjuntura das manifestações de 2013 e preparação dos Megaeventos

55 “Nessa crise que estamos vivendo hoje e essas manifestações públicas que estão surgindo já era previsto que isso fosse acontecer. Todas as questões que estão vindo agora cria uma oportunidade de colocar na agenda do governo a discussão das políticas públicas de transporte. E a verdade é que o governo federal, que tem a competência de gerir as políticas públicas de transporte, esteve ausente durante muitos anos. Esta ausência se explica que houve uma decisão de governo de priorizar o transporte individual em detrimento do transporte público. (...) O movimento Tarifa zero é uma oportunidade de se colocar na pauta das discussões políticas e do executivo federal, principalmente, colocar na pauta a discussão da melhoria do transporte público de qualidade. (...) Mas isso que está sendo dito aqui de que as desonerações servem para o lucro do empresário, isso aqui é uma falácia” (CUNHA FILHO, 09/07/2013).

56 “Estamos vivendo, certamente, um momento histórico para o Brasil. E ao contrário do que muitos imaginam, nós, do setor de transportes urbanos, consideramos, sim, muito oportuno que o acréscimo de 20 centavos na tarifa de ônibus em São Paulo, tenha dado partida numa discussão, que há muito tempo nós, empresários, tentamos encaixar na agenda do poder público.” (NTU, 2013).

Diferente de uma possível rejeição das manifestações, a NTU viu naquele momento como uma *janela de oportunidade* para que as pautas do transporte público entrassem no debate público e as pautas do setor fossem consideradas e ganhassem posição em relação a outras pautas, buscando recuperar um atraso que consideram ser de vinte anos:

“Estamos vivendo, certamente, um momento histórico para o Brasil. E ao contrário do que muitos imaginam, nós, do setor de transportes urbanos, consideramos, sim, muito oportuno que o acréscimo de 20 centavos na tarifa de ônibus em São Paulo, tenha dado partida numa discussão, que há muito tempo **nós, empresários, tentamos encaixar na agenda do poder público.**

(...)

Temos errado, sim, por não **vislumbrar alternativas e formas de sensibilização do governo federal** no atendimento das reais demandas do setor e nos entaves que se interpõem entre o querer fazer e o fazer. E nós, eu afirmo, queremos muito fazer o melhor.” (NTU, 2013).

“Nos últimos tempos a tarifa do transporte público urbano tem sido alvo de grandes discussões, pivô de manifestações populares e, até mesmo, preocupação da Presidente da República, que manifestou a necessidade de uma atualização do método de cálculo tarifário. **Todos esses questionamentos são válidos e importantes, pois representam a oportunidade** de esclarecer um tema tão mal compreendido pela maioria da sociedade.” (NTU, 2014c. p. 4).

“Em junho de 2013, após manifestações populares referentes ao transporte público, Dilma Rousseff lançou o Pacto da Mobilidade Urbana com a intenção de investir R\$50 bilhões na área.

(...)

Os números são muito significativos para o país que há anos havia deixado de investir em transporte público. Para o presidente executivo da NTU, Otávio Cunha, é importante que os estados e municípios **aproveitem essa oportunidade** e passem a se preocupar mais com o planejamento do transporte coletivo urbano das cidades.”(NTU, 2014d. p. 18).

“As manifestações de junho de 2013 colocaram a mobilidade urbana na pauta de reivindicações, o que parece ter motivado o governo e a sociedade a buscarem soluções para o setor, **tendo sido o automóvel apontado como um dos principais vilões.** E de fato ele o é.” (NTU, 2014h. p. 32)

[Grifos e itálico próprios]

Os trechos acima indicam uma dupla posição dessa oportunidade. Similar e possivelmente em resposta a matriz discursiva que os grupos subalternos colocaram, por baixo, de um senso de urgência da ação (BRINGEL & PLEYERS, 2015), a NTU, por cima, exige uma urgência de aproveitamento do momento pelos gestores do Estado para avançar e dar atenção a pauta do transporte coletivo urbano. Por outro lado, a oportunidade propiciada foi vista sob o prisma de uma impotência anterior de inserir o tema na agenda pública, sobretudo face a indústria automobilística. Para a associação, essa incapacidade anterior precisaria ser compensada, tanto para evitar que sejam vistos “como únicos culpados dessa crise”, uma versão de “minorias”⁵⁷, que negam o “justo retorno dos investimentos” dos empresários, “o lucro” (NTU, 2013).

Com esse objetivo, tenta-se também alterar o conteúdo reivindicativo que direciona recursos ao transporte público para pagar gratuidades ou segurar as tarifas de ônibus – como eram uma das demandas em 2013 – e valorizar os impactos que a Copa do Mundo poderia vir a ter para a mobilidade urbana – que também se tornaram alvos das manifestações. Por essa razão, já em 2013 apresentaram um conjunto de oito medidas (NTU, 2013), que voltaram a defender em carta aos presidentiáveis nas eleições de 2014 (NTU, 2014b. p. 4) – buscando a legitimidade das manifestações do ano anterior para defendê-las. Assim, além de rejeitar a tarifa zero (NTU, 2013d. p. 12; (NTU, 2014. p. 11) e a forma com que as reduções tarifárias ocorreram em 2013 (NTU, 2013b. p. 4) – o que será retomado na discussão de alta abrangência –, propõe em seu lugar a priorização do transporte público sobre o individual através do uso de BRT com faixas exclusivas (NTU, 2014. p. 20), desonerações fiscais através do REITUP (NTU, 2013) e subvenções às gratuidades através da municipalização da CIDE ou de fundos de recursos destinados à assistência social para idosos e de financiamento estudantil (NTU, 2013; NTU, 2015).

O esforço mais explícito na necessidade de traduzir as demandas tentando domesticá-las, pode ser visto na pesquisa realizada a partir do seminário de 2014, denominado “Como atender as demandas sociais?” (NTU, s/d) na qual foram entrevistadas diversos tomadores de decisão e jornalistas que cobrem o tema dos

57 A minoria referida em questão era o Movimento Passe Livre e diversas outras organizações que criticam o lucro do empresariado do transporte coletivo urbano – algo que se difundiu com as sucessivas lutas contra aumentos de transporte.

transportes para que eles interpretem o que acharam das pautas e como elas poderiam ser resolvidas. Além disso, as perguntas e respostas utilizadas partem do pressuposto de que “as pessoas estariam dispostas a pagar mais caro por um serviço melhor” (NTU, s/d. p. 25), no sentido que prioriza uma visão de qualidade vinculada ao BRT, mais do que a redução tarifária.

Portanto, a associação age em duas intencionalidades de domesticação no nível aqui analisado. Com uma das mãos, defende a subvenção pública e as desonerações fiscais como soluções que estariam em harmonia com os interesses “justos” do empresariado, o lucro – e que tem algumas camadas de defesa nos outros níveis de abrangência. Ainda que haja a necessidade material e real de incremento dos recursos destinados ao financiamento do transporte público, a tentativa dos empresários consiste em se legitimar enquanto um interpretador universal das demandas populares que apareceram naquele momento e, assim, garantir um maior controle orçamentário com as garantias estatais, lhes resguardando um certo “domínio de agência” do empresariado do transporte nas disputas orçamentárias federais. Não só isso, como depois a associação passa a defender mais uma “tarifa social” no lugar da Tarifa Zero, em que seria focalizada segundo a renda:

“Para 40% dos entrevistados, uma tarifa social ou acessível seria aquela que não compromete a renda do trabalhador. Todos os segmentos defendem que deveria haver uma diferenciação no valor da passagem de acordo com as classes sociais e subsidiada em parte pelo poder público.” (NTU, 2014f. p. 15-16).

“Não nos enganemos e nem queiramos enganar os outros. ***É uma ilusão, um desserviço vender-se ou deixar-se veicular acriticamente a ideia de que é possível melhorar a qualidade do transporte coletivo mantendo as tarifas vigentes. Menos ainda se reduzi-las.***

(...)

A solução passa, inexoravelmente, por aumento de tarifas ou aumento de subsídios ao setor. E até mesmo a combinação dos dois. Mas ainda com todas essas contribuições, certamente, a forma de financiamento do setor precisará também ser revista. Seja para seu custeio, seja para os investimentos necessários para se atingir o padrão de qualidade desejado”. (NTU, 2014f. p. 10)

“Eu considero tarifa social aquela que não onera demais o bolso do trabalhador e que também não sobrecarrega as empresas privadas, ou seja, aquela em que exista o subsídio – Empresario de transporte” (NTU, s/d. p. 34).

[Grifos e itálicos próprios]

Por outro lado, a priorização do transporte público em relação a indústria do automóvel através da pauta do BRT ganha uma primazia grande. O enquadramento de sua tentativa de domesticação buscava opor ou diferenciar a qualidade e tarifa zero, numa espécie de *trade-off*, em que só se pode ter um ou outro – como na citação acima. Reaparece a “urgência da ação” (BRINGEL & PLEYERS, 2015) agora para os projetos do BRT, ao invés do foco na tarifa:

“Entendemos que a implantação das faixas exclusivas nas principais cidades brasileiras tem potencial para **reverter imediatamente** o processo de deterioração das condições de deslocamento. Essa deterioração é resultado de anos de abandono do transporte público pelas autoridades e do maciço incentivo ao transporte particular. **Tratamos essa campanha como emergencial dada à urgência de resultados e aos interesses públicos, privados e da sociedade.** A proposta possibilita a obtenção de resultados em curtíssimo prazo, a um custo que não difere muito do custo de manutenção da via. Esses fatores contribuem para que tenhamos uma **grande expectativa** no sucesso do programa e da campanha.” (NTU, 2013d. p. 10)

“priorização do transporte público nesse momento tem um papel muito mais educativo do que funcional. Com a implantação efetiva de redes de transportes poderemos garantir que o ônibus trafegue sem interrupções por longos trajetos e as melhorias que atualmente são observadas no tempo de viagem poderão refletir no custo, na frequência e na confiabilidade do serviço.” (NTU, 2013d. p. 10)

Além do caráter educativo, isto é, domesticante na imagem do transporte público de maneira mais urgente, tamanha ênfase nessa visão domesticante pode ser atrelada, no nível de baixa abrangência, às amplas apostas feitas através do PAC Mobilidade⁵⁸ realizado para a Copa do Mundo e a Copa das Confederações, tida como uma iniciativa inédita nos últimos 40 anos por parte do Governo Federal (NTU, 2014. p. 31). Não à toa, a entidade organizou um observatório da Copa do Mundo e esmiuçou seus dados no Anuário de 2013-2014 (NTU, 2014. p. 24-34). As políticas adotadas no transporte público para os megaeventos em questão são entendidas como um teste para a NTU, de

58 Como parte dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), a modalidade de mobilidade urbana ganhou força na segunda edição, em resposta de Dilma às manifestações de 2013, seja oferecendo linhas de crédito diretamente às empresas de ônibus, seja para projetos de metrô e, sobretudo, implementação de BRTs. Mais informações, ver Pinheiro, Fontes e Azevedo (2015. p. 54-61).

maneira que serviu para propulsionar aquelas que fossem mais compatíveis com seus interesses. Nesse sentido, o discurso da NTU parece associar o sucesso dos megaeventos ao sucesso de suas políticas de mobilidade urbana, fortalecendo essa fração de classe dominante.

Neste caso, verifica-se não somente a tentativa de domesticação, mas pressões para que ela acontecesse. Por pautarem a redução tarifária nas manifestações de maneira massiva, significava que era insuficiente a pauta defendida pela associação, intensamente defendida pela burocracia do Estado e pelos empresários, da aceleração da circulação da força de trabalho através de BRT como solução definitiva para os problemas do transporte. Embora a defesa da qualidade do transporte público seja positiva para as classes populares, incluindo no aqui discutido, de reduzir a demora do transporte, o BRT entra muito mais numa chave de racionalização de linhas que não melhora o conforto e reduz a humilhação coletiva no transporte público. Ao contrário, racionalização, significa retirar linhas que não andem superlotadas e, por isso, não sejam rentáveis ao empresariado, e implementar em seu lugar linhas mais rentáveis pela aceleração da circulação na cidade. Ou seja, ainda que nos trajetos de alguns trabalhadores (as) o tempo seja reduzido, no de outros ele aumenta pelo corte de determinadas linhas de ônibus⁵⁹ (G1. 11/05/2020; G1. 13/12/2014).

Isso fornece alguns caminhos explicativos por que ser cidade-sede da Copa Do Mundo foram condição suficiente para a redução tarifária em algumas cidades que tiveram manifestações em 2013 (VELOSO, 2016. p. 101-104). A aposta foi muito grande, inclusive materialmente, com altos investimentos em mobilidade⁶⁰. As manifestações ocorrerem, mesmo com todas as obras para a mobilidade urbana, poderia sinalizar a falha do projeto de transporte público pensado de cima pra baixo para aquele evento:

“Em termos de mobilidade urbana, a Copa das Confederações 2013 será muito mais que um evento teste para a Copa do Mundo 2014. Além de possibilitar a verificação do funcionamento dos estádios e dos sistemas de transportes durante os jogos, o

59 Matematicamente, a contabilização da redução de tempo não considera o tempo de deslocamento a pé que as pessoas precisam realizar em seus terminais e que eram supridas por linhas que são cortadas, mas que entram nos bairros. Apenas o tempo de trajeto total dentro do ônibus é considerado, enquanto várias outras linhas auxiliares são cortadas. Qualquer discussão de racionalização na perspectiva empresarial precisa ser compreendida como um mecanismo que envolve corte de linhas.

60 Não à toa, recentemente em entrevista, Aldo Rebelo, então ministro dos esportes da época, declarou ter recebido ligação da FIFA durante as manifestações avisando que pediria que as delegações retornassem da Copa das Confederações. (CNN Brasil. 26/07/2020).

evento será uma ótima oportunidade para avaliar, preliminarmente, **a contribuição do transporte público coletivo para a melhoria da qualidade de vida urbana.**

Grande parte das expectativas em relação ao desempenho dos sistemas de transporte durante a Copa das Confederações, a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016 deve-se ao conjunto de intervenções e financiamentos federais anunciados.” (NTU, 2013. p. 13).

Tal aposta alta nos Megaeventos para a solução da crise do deslocamento das pessoas nas cidades indica as pressões para a domesticação daquelas manifestações, bem como as intencionalidades de domesticação tanto no **conteúdo** – de reafirmar as soluções elaboradas pelo setor no lugar da redução tarifária e da tarifa zero –, quanto na **forma**, o travamento de vias:

“O resultado desse processo foi divulgado durante o Seminário Nacional, no Painel Observatório da Copa das Confederações pelo diretor técnico da NTU, André Dantas. De acordo com ele apesar de toda a **interferência da série de protestos e manifestações, que alteraram significativamente a execução dos planos operacionais**, os sistemas de mobilidade urbana tiveram a capacidade de modificar-se e operar sob boas condições durante a Copa das Confederações.

“Atribuímos grande parte da resiliência à flexibilidade do sistema de transporte brasileiro, que é maciçamente operado por ônibus. **Mesmo com o bloqueio das principais vias de acesso aos estádios, o sistema de ônibus foi suficientemente flexível para atender as demandas durante o evento.** Sem essa flexibilidade, seria muito difícil lidar com todas as situações que os protestos geraram”, avalia o diretor. A avaliação analisou o “desempenho”, “boas práticas”, “potencial para melhorias” e “riscos para o legado”.

(...) **Há, entretanto, riscos como a instabilidade institucional** e a não conclusão de obras simples, como ciclovias.” (NTU, 2013b. p. 30-31).

Na tentativa de domesticação em relação a forma põe o limite no “direito de ir e vir”, que aparece sob outras formas quando as vias são travadas e, nesse caso, direcionado a copa do mundo, os quais poderiam gerar “instabilidade institucional” – a qual será retomada no âmbito da alta abrangência. O esboço de seu dispositivo de domesticação também foi testado, através da “flexibilidade” do sistema de transporte, que remete aos mecanismos do empresariado e, sobretudo, dos gestores do Estado para fazer valer suas visões de mundo, através do uso de métodos de gestão de trânsito, como

os Centros de Comando e Controle (CCC). O teste em questão não materializou o risco de instabilidade institucional, ficando ainda como risco não realizado naquele momento, mas concretamente o que se buscava domesticar era que a forma prejudicasse a circulação de torcedores (as) até os Estádios e o papel que ela tinha para provar e autorizar a NTU frente ao Estado e outras frações.

Posteriormente, o risco se tornou concreto em Natal, que foi cidade-sede, quando ocorreu uma greve de rodoviários (as) em dia de jogo, tipicamente similar ao ciclo de greves apontado no contexto anterior:

“O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) do Rio Grande do Norte, Marcelo Fernandes de Queiroz, relata que a greve gerou graves transtornos para a cidade e que englobou todo o período em que ocorreram os jogos da Copa do Mundo na cidade. Esse fato acabou arruinando os efeitos positivos para o segmento da presença maciça de turistas na capital potiguar. “Houve casos em que lojas de rua chegaram a contabilizar dias inteiros com venda “zero””, relata. (NTU, 2014f. p. 24-25)

Há aqui uma ponte dentro da conjuntura das manifestações de 2013 entre a domesticação da forma e do conteúdo. As manifestações têm sua relevância e destravaram a pauta defendida pelo empresariado. Contudo, o ato de travarem vias próximos a estádios coloca empecilhos para que a proposta de BRT com faixas exclusivas circule e atenda sua expectativa de velocidade. Essa adversidade precisaria ser domesticada. E mesmo que não se atenha diretamente ao transporte coletivo urbano no conteúdo, a entidade realiza um salto dentro da conjuntura sobre como os repertórios de confronto utilizados – queima de ônibus e travamento de vias – tem relação com o conteúdo reivindicativo:

“Além dos protestos contra o aumento de tarifas, duas outras formas de manifestações reforçam o caráter central da mobilidade urbana: os bloqueios de vias públicas e os incêndios de ônibus, ambas ocorrendo com intensidade sem precedentes nos últimos meses. O curioso é que, em quase todos os casos, os elementos dos sistemas de mobilidade atingidos (vias, veículos, tarifas) não são os alvos principais de insatisfação e revolta social. Até mesmo no caso menos evidente das tarifas, uma faixa exibida nos protestos dizia que “não são os centavos, são os nossos direitos” como cidadãos que estão sendo desrespeitados. Os ônibus são incendiados e depredados (só em São Paulo foram mais de 100 em quatro meses), sem qualquer relação com a prestação dos

serviços de transporte, e não se sabe ao menos o que motivou as ações. Interrupções de rodovias e vias arteriais, causando prejuízo a milhares de transeuntes, são causadas por pequenos grupos de pessoas, às vezes sem alegações específicas.” (NTU, 2014. p. 9)

[Grifo e itálicos próprios]

O trecho acima traz também outra dimensão relevante da tentativa de domesticação pós 2013 pela NTU: o rechaço explícito e ativo a queima de ônibus. Além de responsabilizarem os protestos daquele ano pelo altíssimo incremento no incêndio a ônibus (NTU, 2014e. p. 14), realizaram amplas campanhas publicitárias incentivando a população a denunciar quem o fizesse (NTU, 2014. p. 56) e apoiaram um conjunto de projetos de lei passíveis de serem entendidos como “mecanismos de medo” (POULANTZAS, 2000) da repressão que intentam domesticar as mobilizações populares. Dentre os projetos de lei, no Senado há defesas dos projetos PL N° 499/2013, que tipifica o crime de terrorismo – e que tem um destaque para ataques a ônibus, por exemplo –, PLS N° 208/2013 que tipifica o crime de vandalismo como uma categoria que responsabiliza todas as pessoas envolvidas na prática, na Câmara os projetos PL N° 7462/2014 que insere a defesa dos meios de transporte de propriedade das empresas nas diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, PL N° 5952/2013 – apensado ao anterior – que criminaliza o vandalismo realizado junto a multidões com um agravante.

Mais do que uma simples menção a esses projetos em seus documentos e pronunciamentos públicos, a entidade junto a 600 empresas do setor enviaram um ofício à presidente Dilma e cartas ao Congresso Nacional junto a campanha publicitária mencionada acima (NTU, 2014. p. 55). Para o nível de abrangência em questão, vale mencionar tanto o destaque que a legislação anti-terrorismo dá à criminalização de queima de ônibus em específico, a “socialização de prejuízos” na alteração Política Nacional de Mobilidade junto ao Estado e a justificativa enfatizada na proteção aos mega-eventos nas justificativas deste mesmo projeto.

Por fim, a realização de escrachos públicos⁶¹ com o objetivo de responsabilizar diretamente o empresariado do transporte é criticada com menor ênfase. Estaria relacionado ao contexto mais geral de incriminação a essas frações de classe dominante

61 Escrachos são repertórios utilizados pelos movimentos populares para expor e denunciar os inimigos em um confronto político, pontuando suas ações injustas, ridicularizando-os ou manchando suas imagens simbólica e/ou materialmente, com tinta, fezes de animais, *sprays*, carros de som, dentre outros. Geralmente são realizados em lugares específicos que representam esses inimigos, como suas instituições, sedes, eventos públicos ou residências.

como “Máfia do Transporte” e a fraudes em licitações. Utilizada, por exemplo, no Rio de Janeiro durante o casamento de familiares de um dos proprietários das empresas de ônibus, Jacob Barata, manifestantes denunciavam a “máfia do transporte” de “baratinha” e o “Rei dos Ônibus (R7. 15/07/2013), a associação afirmava:

A contestação geral – divulgada pela mídia com *verdadeiras execrações públicas, não só das empresas, mas também de empresários e suas famílias*, e pelas câmaras de vereadores com as CPIs – e a insatisfação popular foram captadas pelas pesquisas qualitativas que fizemos.” (NTU, 2013b. p. 6)

Novamente, a domesticação se explicita quando a associação impõe esse limite aos protestos, de que eles são aceitáveis e desejáveis enquanto propulsores de agenda pública, mas não quando visibilizam o empresariado, queimam o transporte coletivo urbano e fecham vias para alcançar essa mesma agenda pública. Contudo, a valorização do rompimento da passividade política em direção a ativação política da população sendo traduzida em favor das pautas empresariais não são o único elemento de ativação política. A ênfase na necessidade de denunciar as queimas de ônibus demanda uma ativação política naquele contexto distinta. Exigiram naquele contexto que não só as pessoas se mobilizassem nas ruas, mas também que se mobilizassem para denunciar quem fugisse a ordem durante a manifestação, ensejando um debate sobre a relação entre democracia e domesticação.

Média abrangência: democracia, participação e sistema político

Os mesmos elementos apontados acima indicam também visões domesticantes que envolvem a discussão da democracia, da participação e do sistema político. Entendendo a política como conflito de interesses a ser expresso, a NTU sistematicamente harmoniza o interesse entre classes proprietárias dos meios de transporte e as classes trabalhadoras que o utilizam, os (as) usuários (as), minimizando o conflito que as manifestações de 2013 e as queimas de ônibus sinalizam. Além das já mencionadas defesa do lucro como “remuneração justa” mencionada na seção anterior, ela é sucessivamente reforçada como integrada a garantia de “a satisfação dos passageiros, a boa imagem, o desenvolvimento econômico e social, o bem-estar social e, claro, o lucro” (NTU, 2013d. p. 37), bastando a mobilidade urbana sendo colocada como pauta prioritária.

Ao posicionamento crítico às desonerações fiscais, feita por militantes do Movimento Passe Livre em audiência pública na Câmara dos Deputados durante os protestos, o presidente da entidade reagiu afirmando que ela beneficiaria o (a) usuário (a) por reduzir a tarifa de ônibus e ser uma forma de transferência de renda (CUNHA FILHO, 2013. 09/07/2013) – não mencionando que o empresariado possa embolsar os tributos que deixam de ser pagos. Mesmo a subvenção pública das tarifas para reduzi-las é colocada com o objetivo de amortecer o conflito, uma vez que o empresariado também estaria preocupado tanto com a remuneração do sistema, quanto com “as pessoas” e com “todas as classes sociais” (NTU, 2013d. p. 12; NTU, 2014g. p. 21; NTU, 2014b, p. 1).

O mais longe que chega concepção de política enquanto conflito de interesses por parte do empresariado está na tarifa imediatamente paga pelos (as) usuários (as) no transporte coletivo urbano. Ela seria uma decisão política, mas o restante de operação do sistema de transportes são técnicos – algo que será retomado na discussão de ampla abrangência – e não deveriam estar sujeitos ao conflito de interesses antagônico:

Por fim, para que a trindade de ações eficientes seja completa, é **preciso separar a tarifa de remuneração dos operadores da tarifa pública paga pelos usuários**. A primeira representa a justa cobertura dos custos da prestação do serviço que tem uma seleção direta com a qualidade do atendimento. Transporte público de qualidade custa caro, mas é a única forma de se enfrentar o caos no trânsito presente na maioria das grandes cidades brasileiras. **A tarifa pública paga pelos usuários é uma decisão política que deve levar em conta os aspectos socioeconômicos de cada localidade**. Se não for possível, nem aconselhável que a tarifa pública cubra a tarifa de remuneração, cabe ao poder público subvencionar o custo do serviço, garantindo ao cidadão uma tarifa acessível e um transporte de qualidade.”(NTU, 2014h. p. 6).

Caso essa separação e outras delimitações do que seja técnico e não político sejam violadas e tudo fosse politizado ou envolto no conflito social, a entidade entende que não haveria mais democracia e, sim, “demagogia”:

“Todos sabem que priorizar o transporte coletivo no espaço urbano não passa de uma obrigação dos poderes constituídos. Mas deixando toda a hipocrisia de lado, apenas criar espaços na cidade não basta. Assim como todas as demais atividades, o setor de transportes deve ter boa gestão. E, **sem demagogia, deve-se pensar na lucratividade que os serviços de transportes devem ter como**

remuneração e no equilíbrio financeiro dos sistemas para que eles se mantenham e se aperfeiçoem; mas ainda assim a gestão deve ser voltada para pessoas.” (NTU, 2013d. p. 37).

[Grifos Próprios]

Na “demagogia” não haveria espaço para o antagonismo, enquanto na democracia há um sucessivo processo de harmonização desses interesses o qual atravessa também as manifestações. Por essa razão, dentro do conteúdo reivindicativo que a NTU tenta domesticar está a demanda pela implementação de conselhos municipais participativos de transporte (NTU, 2014c. p. 4;7;14-15), com a presença conjugada de usuários (as), governo e empresários. Ao contrário das manifestações com incêndios e bloqueio de vias, nas quais supõe-se que os (as) usuários (as) não conheceriam o funcionamento do transporte coletivo, os conselhos participativos permitiriam que eles “conhecessem” e “entendessem”:

“Conselhos municipais de transporte, com participação popular, **certamente ampliarão o entendimento a respeito do significado de se efetivar a separação entre a tarifa de remuneração dos serviços da operadora e a tarifa paga pelo usuário**, com introdução dos subsídios – com verbas dos orçamentos públicos, recursos oriundos da taxa do transporte individual e outras fontes de subvenção, do tipo usado há décadas, por exemplo, em importantes cidades europeias –, rompendo um histórico impasse ainda em vigor: ou qualidade ou tarifa acessível. **Ao participar e conhecer melhor a realidade do setor**, aqueles que dependem do transporte público terão todas as condições de indagar, de exigir: por que não as duas coisas ao mesmo tempo?”(NTU, 2014c. p. 7).

“A partir da disseminação e entendimentos desses conceitos e os respectivos exemplos de aplicações, **será possível o engajamento mais amplo e fundamentado com a sociedade**. Muitas vezes, as pessoas discutem a qualidade do transporte público sem considerar os custos e as implicações termos da existência ou não dos subsídios. Por outro lado, torna-se cada vez **mais urgente que a sociedade civil organizada haja de forma coordenada para que o poder público equacione a diferenciação entre tarifa pública e tarifa de remuneração** que refletem na qualidade do transporte público coletivo urbano.” (NTU, 2014c. p. 14-15).

[Grifos e itálicos próprios]

Ainda que não sejam mencionados abertamente, implicitamente a associação opõe as instituições participativas às manifestações, numa visão despolitizadora do conteúdo

reivindicativo apresentado pelas manifestações, que limita o escopo do que as manifestações poderiam pautar – como o questionamento do lucro feita por uma dita “minoría”, da operação e das reduções tarifárias (NTU, 2013). Incompleto, o confronto popular expressado pelo protesto deveria ser resolvido pela entrada das manifestações na participação institucional e, por consequência, com um conflito atenuado pelo conhecimento técnico da operação do sistema que o empresariado disporia. Esta visão de mundo domesticante atravessa a expressão da vontade popular que se dá por fora e por dentro das instituições.

Assemelha-se com o contexto já analisado por Trindade (2018. p. 11), em que a existência e a participação dos movimentos populares nos conselhos de habitação de São Paulo, serviram de argumento para deslegitimar os protestos da luta pela moradia. Todavia, a visão da NTU indica uma diferenciação em que as manifestações, como um todo, não são deslegitimadas, mas esboçariam um conflito e uma politização não razoável, que deveria ser completado pelas instituições. As manifestações nesse caso são valorizadas, mas condicionadas.

Como mencionado anteriormente nos níveis de baixa abrangência, a capacidade de Junho de 2013 em mover a agenda pública e a opinião pública é valorizado, com menções constantes a noção de “oportunidade” e “janela de oportunidade” aberta naquele momento. A discussão da agenda pública e do poder de agenda (MIGUEL, 2003; BACHRACH & BARATZ, 2011[1962]) é uma das dimensões do poder e da representação e, conseqüentemente, um elemento relevante na discussão da democracia, uma vez que envolve uma assimetria do que será selecionado para a discussão e decisão. A visão da NTU apoio as manifestações advém principalmente da capacidade que elas tiveram de aproveitar essa “oportunidade” e inserir a priorização do transporte público na agenda pública e governamental. Contudo, não se trata de uma mera constatação factual e largamente positiva da retomada e reformulação, em 2013, da agenda de reformas urbanas do período da constituinte (SOUZA, 2017).

A associação se vale da força social para se projetar institucionalmente e tenta, simultaneamente, aprisionar as manifestações apenas na sua capacidade de agenda como único aspecto legítimo, recordando a defesa que Habermas (1997. p. 114-119) faz da desobediência civil sobretudo pela sua capacidade de influência sobre a opinião pública e os espaços formais das instituições. O restante da potencialidade dos

repertórios e da luta, na capacidade de as manifestações desacelerarem a circulação da força de trabalho e exercer poder de escolher o que fazer com os ônibus que utiliza, bem como a crítica a exploração que a tarifa de transporte implica sobre trabalhadores (as) é rejeitada. Contraditoriamente, foram esses mesmos aspectos que deram a visibilidade necessária para o tema chegar ao debate público, em função dos congestionamentos, as imagens de confronto atípica e a disposição de ação de milhares de pessoas em “parar a cidade”.

Mas o exercício desse poder de agenda envolve selecionar sistematicamente alguns assuntos e alguns enquadramentos e excluir outros, ou seja, envolve conflito de interesses. Contra quais interesses e posições o empresariado do transporte público tinha por objetivo ser priorizado e excluir? Explicitamente, queriam “priorizar o transporte público” (NTU, 2014. p. 31) e suprimir a centralidade à indústria do automóvel (NTU, 2014. p. 10; NTU, 2014h. p. 32), entendida como “o principal vilão”. Devem apresentar única e exclusivamente uma disputa entre classes dominantes, em que as classes dominadas têm um papel secundário. Nesse caso, o conflito pode ser entendido como político em todos os seus aspectos:

“O setor de transporte por ônibus vem levando a culpa, mas ainda está em tempo de esclarecer o papel e a responsabilidade dos governos e dos operadores de ônibus nesse caos. Em nível federal, por exemplo, podemos citar o estímulo à indústria de automóvel, com isenção fiscal, financiamentos facilitados (cada fábrica tem seu próprio banco), os programas de carros populares, etc.

Em nível estadual, mais isenções fiscais e tributárias, estímulos para instalação de fábricas e escolas profissionalizantes para entregar a mão de obra pronta às multinacionais. E, em nível municipal, cabe às prefeituras a preparação de infraestrutura para a chegada dos milhares de veículos que entopem as ruas diariamente, fazendo novos viadutos e túneis e acabando com bairros inteiros para a criação de vias expressas, estacionamentos, etc.” (NTU, 2013b. p. 7).

“Para isso, pode-se estabelecer medidas para **transferir recursos do uso do automóvel para o transporte coletivo**, como, por exemplo, taxar a circulação dos carros por meio do pedágio urbano, cobrar por estacionamentos públicos e direcionar a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre os combustíveis para financiar os serviços e as obras de mobilidade sustentável.” (NTU, 2014. p. 5)

As práticas de “equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros e a eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana” estão previstas nos princípios do artigo 5o da Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº.12.587/2012) e fortalece **a necessidade do espaço viário ser democratizado**. No entanto, não basta oferecer mais espaço para os coletivos em vias exclusivas se não houver planejamento e capacidade técnica para a elaboração dos projetos.” (NTU, 2014c. p. 27).

[Grifos e itálico próprios]

A disputa realizada pelos proprietários dos meios de circulação coletiva na cidade com os proprietários das empresas de produção do automóvel individual é tão política que as demandas relacionadas a ela são tratadas nos termos de democracia e democratização do espaço. Nesse sentido, enquanto a disputa que se dá entre as classes dominadas e as classes dominantes do transporte coletivo é limitada no potencial de politização à tarifa pública e no seu exercício de poder sobre o fluxo da cidade, a disputa que realizam entre as frações da classe dominante é inteiramente envolta em decisão política, no âmbito do conflito de interesses aceitável. Há explicitamente uma tentativa de universalização de interesses em voga, tratando usuários (as) como suas classes de apoio e motoristas de automóvel individual – carro ou moto – como as classes de apoio da indústria automobilística. A democracia realmente aceitável torna-se aquela que envolve as disputas entre as frações das classes dominantes, sendo as classes dominadas e grupos subalternos meros atores coadjuvantes que são capazes de torcer para uma ou outra fração capitalista. Ao fim e ao cabo, as classes dominadas críticas à exploração tarifária no ônibus e metrô tem suas demandas secundarizadas, e as classes dominadas que eventualmente utilizem o carro ou moto também. Em ambos os casos, a carestia da vida não é negada. O problema é resumido para qual capitalista a carestia está servindo⁶²:

“É preciso também definir uma política clara de financiamento do transporte público. **Enquanto você comprar uma moto com o dinheiro do vale-transporte e pagar a prestação de carro com o valor menor do que a de um salário mínimo, nós teremos pouca chance de solução**. Já quando se tributa o

62 O que serve de adendo também e lembrança a diversas pessoas que tem apoiado impostos regressivos e o encarecimento regressivo da vida de trabalhadores (as) que tem carro como forma de financiar o transporte coletivo urbano, e a segregação em áreas centrais das cidades por meio da cobrança de pedágios urbanos e estacionamentos ao invés de procurar formas progressivas de financiamento.

combustível, por exemplo, encarece o andar de carro e moto e gera recursos para melhorar a malha viária do município.” (NTU, 2014f. p. 11).

Um dos meios a ser utilizado para garantir essa priorização do espaço público e do empresariado do transporte em relação a fração automobilística são os BRTs com vias exclusivas. Como mencionado anteriormente, esse era o carro-chefe das demandas da NTU que o contexto de urgência de ação impôs. Tratava-se da demanda emergencial, na leitura da associação. Assim, garantiriam a aceleração da circulação da força de trabalho e uma maior velocidade capaz de conter o congestionamento (NTU, 2014h. p. 8):

“as mesmas que várias cidades brasileiras estão introduzindo após o clamor popular que tomou as ruas em junho passado.

Faz todo o sentido dedicar uma faixa para ***o uso prioritário dos ônibus, já que ela proporciona a circulação de dez vezes mais pessoas por hora do que uma faixa dedicada aos carros.*** Em termos de fluxo, reservar uma faixa de avenida para o transporte coletivo se justifica quando os ônibus transportam tantas ou mais pessoas quanto os automóveis carregam na soma das demais faixas. As típicas frequências e lotações de ônibus que encontramos em muitas avenidas das nossas cidades grandes e médias atendem os critérios mínimos de fluxo.” (NTU, 2013c. p. 31)

“Dois corpos não ocupam o mesmo espaço ao mesmo tempo, principalmente quando se trata do transporte público coletivo urbano. (...) é surpreendente observar as recentes discussões, que tratam da liberação do espaço concebido e mantido para o tráfego de ônibus para que outros veículos também o utilizem. Para alguns, parece não existir o entendimento de que é preciso escolher aquilo que vai ou não ter preferência na utilização do espaço, caso isso tenha que ocorrer simultaneamente. No caso do transporte público, essa questão fundamental demonstra como as pessoas, as instituições públicas e privadas e todo tipo de grupo social organizado ou não posicionam-se em relação à priorização do coletivo.” (NTU 2014g. p. 12).

[Grifos e itálico próprios]

No reforço aos grupos dominantes que podem interpretar as demandas e domesticá-las, na pesquisa realizada pela entidade nos anos em questão com empresários, parlamentares, especialistas e jornalistas, a tarifa zero era substancialmente rejeitada, enquanto os corredores de ônibus aplaudidos a partir dessa valorização da

velocidade (NTU, 2016. p. 48). Além disso, é realizada uma ponte entre a valorização da velocidade presente na rejeição ao bloqueio de vias, isto é, entre o conteúdo domesticado e a domesticação da forma de luta. Conforme apresentado quando as manifestações ocorreram próximo aos estádios (NTU, 2013b. p. 30-31) ou quando ocorreu a greve em Natal (NTU, 2014f. p. 24-25) travando as vias da cidade a principal preocupação era em afetarem a circulação da cidade que teriam “arruinado” as vendas de várias lojas no dia e afetado o BRT. Ou seja, as manifestações desse tipo frustrariam o projeto de aumento da velocidade dos ônibus e da cidade. A ênfase na velocidade também é reforçada quando defendem que “não deixe que o direito do outro de ir e vir se torne fumaça” e “ônibus queimado não leva a lugar nenhum” quando ônibus são incendiados (NTU, 2014. p. 11; NTU, 2014c. p. 12-13).

De maneira descontextualizada e isoladamente, ainda que a melhora da qualidade do transporte é crucial para superar um conjunto de desigualdades sociais, raciais e de gênero, a que é aqui mencionada precisa ser compreendida num contexto de secundarização da discussão da tarifa zero, da redução tarifária e de repertórios que propiciam mais poder aos (às) usuários (as) de transporte público do que ao empresariado do setor. Ao mesmo tempo em que se conecta com um âmbito do tempo em que as mudanças sociais ocorrem, para ter sido capaz de acelerar a tramitação de algumas pautas no congresso nacional e nas câmaras, foi necessário desacelerar a circulação de mercadorias e força de trabalho das cidades através das manifestações. Isto será retomado, no eixo de alta abrangência, na medida em que envolve uma visão de mundo sobre tempo junto a de democracia.

A reação às queimas de ônibus indicam com mais força a tentativa de domesticação que se coaduna com práticas já ocorridas nas manifestações de 2013 e que rompem com a passividade que se espera dentro das democracias realmente existentes. Ao mesmo tempo que responsabilizava as manifestações de 2013 (NTU, 2014e. p. 12) pelo crescimento de queima de ônibus, indicam o imperativo de que as pessoas denunciem quem queimar ônibus com campanhas publicitárias (NTU, 2014c. p. 12). Através da coleta de dados sobre a quantidade de ônibus incendiados, buscaram universalizar seus interesses junto aos (às) passageiros (as) para afirmar que prejudicam igualmente quem anda de ônibus e aqueles que são donos deles (NTU, 2014e. p. 16-17).

Essa visão domesticante consiste em “barreiras a essas ações criminosas e socializam os prejuízos delas decorrentes” (NTU, 2014. p. 55) e enredar os interesses do Estado e da população (NTU, 2013d. p. 36) na defesa dos ônibus incendiados presente nos projetos de lei apoiados pela entidade junto ao congresso e a presidência da república, bem como através de suas campanhas publicitárias. No tocante ao Estado, reforçam a necessidade de responsabilização de toda sociedade com a exigência de este proteger os meios de circulação a ser inserida dentro da Política Nacional de Mobilidade Urbana (NTU, 2014e. p. 16-17; CÂMARA. PL 7462/2014). Entre usuários (as), realizaram uma campanha publicitária defendendo que as pessoas denunciem quem incendiar ônibus, sob os lemas de “Ônibus queimado não leva a lugar nenhum” e “não deixe que o direito do outro de ir e vir se torne fumaça” (NTU, 2014e. p. 18-19), se valendo da imagem de um ônibus incendiado com pessoas a espera dele na parada. Os projetos de lei repressivos apoiados pela entidade também sustentam “mecanismos de medo” (POULANTZAS, 2000) pela repressão do Estado para conformar as pessoas. Para além das legislação anti-terrorismo, o PL 55952/2013 criminaliza com pena adicional a crimes de dano ao patrimônio cometidos em multidão, estimulando que as pessoas denunciem uns aos outros; O PLS N° 508/2013 cria o crime de vandalismo e a categoria de “infiltração” – vagamente definida –, que pune todas as pessoas que estão em uma manifestação na qual isso ocorre.

A outra face da criminalização que intercede com a domesticação são esses mecanismos para incutir medo e o ato de denunciar. Na visão domesticante da NTU, as pessoas precisam romper a passividade para se manifestar, sem bloqueio de vias e queima de ônibus. Mas não só, há o imperativo de romperem a passividade da democracia realmente existente para denunciar outros e outras manifestantes que fujam a ordem. O protesto torna-se responsável por policiar a si mesmo, como no exemplo indicado por Tarrow (2009) sobre a França. Talvez este seja um dos exemplos mais explícitos de uma intenção de domesticação que se envolveu nos dispositivos de domesticação. Em 2013, difundiu-se como *meme* a prática e a exigência de separar manifestantes pacíficos dos violentos através do repertório de, quem for “pacífico”, se abaixar “quando a confusão começasse” para que a polícia identificasse os “vândalos”. Consiste numa ativação política repressiva, que rompe a solidariedade e não a estende. Ao contrário, é um rompimento reacionário com a passividade que se espera nas

democracias realmente existentes, reforçando a domesticação do protesto por sustentar estruturas de dominação do Estado.

A entidade opera ainda uma despolitização do repertório das queima de ônibus que ganhou força com as manifestações, seja relacionando ao “crime comum individualizado” (SILVA & FERNANDES, 2017) e ao “caso de polícia”, seja afirmando que mesmo nesses casos não há um debate de transporte e de política. Por um lado, associa a queima às facções, como num caso trágico ocorrido em São Luís, e por outro lado coloca a conta nas manifestações e usa imagens delas. Não custa lembrar a realização da Operação 2,80 em Goiânia, deflagrada em 2014 para aprisionar militantes de movimentos sociais acusados de queima de diversos ônibus no ano anterior (DESNEURALIZADOR BRASIL. 23/05/2016). O repertório deixa de ser entendido pela associação como um tema de transporte:

“Para o presidente do SPUrbanuss, Francisco Christovam, o problema dos incêndios está relacionado à questão de segurança pública e deve ser tratado com mais rigor. “Que as autoridades sejam forçadas, obrigadas a se posicionar e adotar as medidas competentes e necessárias. ***Nós estamos tratando com um caso de polícia, de segurança. Nós não estamos lidando com um problema de transporte, se fosse um problema de transporte seria conosco mesmo, mas não é***”, ***ênfatiza.***” (NTU, 2014. p. 19).

[Grifos e itálico próprios]

Esse conjunto de ações de despolitização, imputação de medo e de uma ativação política repressiva da população que tenta socializar os prejuízos demonstra uma tentativa de domesticação que atribui a toda a sociedade a responsabilidade por um meio de locomoção de propriedade privada e da qual a população é alijada do controle e decisão – o ônibus. Ou seja, um mecanismo de universalizar os interesses particulares desses capitalistas e ativar as classes dominadas em sua defesa.

De maneira simplificada, a visão de democracia e participação política entende que as manifestações são valorizadas pela sua capacidade de influenciar a agenda pública em favor de uma ou outra posição das frações das classes dominantes, sem interferir no poder delas por outros meios. São aprisionadas nisso e devem aprisionar quem fuja disso. Na democracia do empresariado de transporte, a ativação política coletiva por fora das instituições serve para alterar a agenda pública em seu favor e ser “X9” ou “dedo-duro” nesse processo. Remetem aos mecanismos de tecnologia de

cidadania, em que o modelo de cidadão aprende a se ativar politicamente, como também aprende a ordem e a disciplina do Estado (CURIKSHANK, 1999. p. 23. apud. AVELINO, 2011. p. 100).

Por fim, ficam ainda mais explícitos qual tipo de mobilização e movimentos a NTU condiciona sua legitimidade quando elas mencionam em suas publicações e revistas o apoio dado ao Movimento nacional pelo direito ao transporte público e de qualidade para todos (MDT). Criado com apoio cognitivo e institucional da NTU em 2003 para emular junto ao Estado uma defesa de usuários (as) junto com outras entidades, como a FNP e junto ao Conselho das Cidades (VASCONCELLOS, 2013. p. 76), as entrevistas e atividades conjuntas apontam. O MDT estaria preocupado com a sustentabilidade financeira das empresas, tanto quanto as tarifas mais baratas:

“Atualmente, os carros particulares realizam apenas 30% das viagens urbanas, mas ocupam 70% das ruas públicas. Na opinião do Coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para todos (MDT), Nazareno Affonso, é preciso democratizar os espaços viários. “Os carros já se transformaram em vício. Então, para reduzir o número de veículos nas regiões centrais não basta só investir em transporte público de qualidade. É preciso restringir o uso do automóvel, sim”, afirma Nazareno em entrevista para o jornal O Dia.”(NTU, 2014f. p. 15-16).

“Em parceria com o Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT), a NTU lança em novembro de 2013 duas campanhas publicitárias voltadas para a democratização das vias urbanas, assim como para priorização de faixas exclusivas visando o melhor desempenho operacional dos ônibus nas ruas, o que proporciona mais rapidez nas viagens e mais qualidade de vida para o usuário desse serviço.” (NTU, 2013. p. 19).

“Como avalia a postura dos governos federais e locais com relação ao tema? Os municípios vinculados à Frente Nacional de Prefeitos já vinham se articulando antes das manifestações (1993) pelo barateamento das tarifas e, mais recentemente, defendendo a aprovação do PLC 310/2009 na Câmara dos Deputados. A lei institui Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (REITUP), baseado na redução de tributos incidentes sobre esses serviços e sobre os insumos neles empregados, com o objetivo de promover a redução das tarifas cobradas aos usuários pela prestação dos serviços. É preciso justiça tributária com desoneração para usuário.” (NTU, 2013b. p. 9).

[Itálicos e grifos próprios]

Assim, indicam qual seu ideal de organização de usuários (as) domesticada, que não questiona o antagonismo de interesses nem usa de repertórios radicais. A entidade é utilizada para emular legitimidade pela NTU em falar pelos interesses dos usuários (as), sendo esse um dos mecanismos exemplificados no capítulo anterior.

Alta abrangência: Estado, ordem social, economia, sociedade e confronto político

Neste âmbito, as intenções de domesticação e suas tentativas são discutidas de maneira mais aprofundada segundo noções mais estruturais da sociedade e comunicação. Na preocupação com a ativação política que tenta equalizar os interesses de usuários (as) e empresários (as) da locomoção, como se estivessem em pé de igualdade e de maneira a buscar sua harmonização. O consentimento ativo é buscado não só em função da democracia, mas também pelo funcionamento do transporte coletivo urbano:

“Mas elas [afirmações sobre sociedade em rede de Castells] valem também para o ambiente específico do transporte urbano. Em outras palavras: ***o destino do setor depende de como ele é visto pela população, pelos usuários e pelos operadores do transporte público mais do que pela regulação estatal e do poder de polícia.*** Como se viu, há uma janela de oportunidade atualmente para mudar essa maneira de pensar. ***As ferramentas básicas para criar esses novos significados são as modernas tecnologias de comunicação, por meio das quais as pessoas compartilham significados.*** Assim, quem sabe os ônibus que hoje são queimados venham a ser os símbolos da liberdade de ir e vir?” (NTU, 2014. p. 11).

Díspar das anteriores, esta demonstra uma visão um pouco mais realista em relação ao conflito. Não nega a existência dele, mas como na abrangência anterior, entende que a sociedade em rede e o funcionamento do transporte coletivo precisa harmonizá-los para que o empresariado passe a ser bem visto, também, pela população.

Em uma de suas revistas, há uma imagem que sintetiza as visões de baixa, média e ampla abrangência que a entidade utiliza para domesticar os protestos. Em especial, ajuda a entender as visões de ampla abrangência sobre a limitação que a técnica impõe à política das manifestações:



Imagem retirada da *Revista NTUrbano* (NTU, 2014d. p. 2).

Ao fundo na imagem, pode-se ver uma manifestação na calçada com faixas escritas “Tarifa Social”, “Transparência” e “Transporte de Qualidade”, supostamente as demandas das mobilizações. Mais à frente na mesma calçada “planejamento”, “investimento”, “capacitação”, “desoneração”, “custeio das gratuidades” e “subvenção pública”, no que podemos caracterizar como as pautas da entidade. Se atrás temos novamente a diferenciação de “tarifa zero” para “tarifa social”, por exemplo, à frente aparecem as demandas traduzidas e interpretadas tecnicamente como respostas da entidade. Essa diferença entre as pautas e as respostas técnicas da entidade sugerem uma visão sobre domesticação que separa a técnica e a política enquanto conflito de interesses, limitando o escopo de politização que as manifestações podem ter.

Ela já apareceu num nível de média abrangência no que tange à separação entre “tarifa pública” e “tarifa de remuneração”, na qual a entidade compreende que apenas a primeira pode ser objeto de politização de interesses antagônicos de usuários (as) contra o empresariado do setor. Contudo, aqui ganha outras características atreladas à falta de planejamento, desordem, caos e incerteza. A própria diferenciação apresentada pela imagem das pautas “políticas” atrás e das respostas “técnicas” universais, à frente

sinaliza isto. Como também está presente na resposta de “capacitação” e “planejamento”. Uma das principais razões pelas quais rejeitam as reduções tarifárias ocorridas com as manifestações de 2013, bem como pelas quais explicam os problemas gerais do transporte público e das cidades, não são o conflito de interesses antagônicos e a política nesses termos. Em seu lugar, sugerem a “falta de técnica”:

“No Brasil, “falta de planejamento” é bordão recorrente. Mas que planejamento? **Normalmente, o foco é apenas o plano e esse, restrito ao o que ser feito. No entanto, tão importante quanto o plano é seu processo de elaboração.** (...) Aposto muito mais em articulações, participação, projetos e gestão” (NTU, 2014f, p. 11).

“É um desafio. **A realidade financeira dos nossos municípios é, na maioria dos casos, desanimadora.** Alguns já estão com dificuldades de atender em plenitude o custeio, prejudicando excessivamente a política de investimentos. Os financiamentos do governo federal ajudam muito, mas para aquelas cidades que têm capacidade de endividamento. É claro que a verba a fundo perdido, existente, mas mínima, seria ideal.” (NTU 2014g, p. 10).

“A primeira delas é a sensibilidade e a outra é a vontade política. **Juntamente com esse enorme desafio, temos a necessidade da formação e manutenção de equipe técnica permanente e programas de qualidade e capacitação. Ainda temos poucos técnicos no setor.** Por outro lado, quando há a vontade política, indo ao encontro das soluções para o problema da mobilidade, mesmo com deficiências técnicas, as coisas acabam acontecendo.” (NTU, 2014g, p. 11).

“A escassez de pessoal qualificado para realizar o trabalho, a falta de apoio do governo federal e os problemas financeiros que atingem grande parte dos municípios são os principais motivos para as dificuldades de avançar nessa questão.” (NTU, 2014h, p. 4).

“No meio desse **caos urbano** as condições de circulação do transporte coletivo ficaram ainda piores. Os usuários passaram a esperar mais tempo pelos ônibus e a gastar mais tempo dentro deles. Como consequência, a realidade é que há, na grande maioria dos centros urbanos, a necessidade de mais ônibus para transportar a mesma quantidade de passageiros. **O que significa um aumento constante do custo operacional, já que quanto maior o tempo de viagem, mais ônibus, combustíveis, peças de reposição e mão de obra são necessários.**” (NTU, 2013c, p. 6-7).

A falta de planejamento, de planos de mobilidade urbana e capacitação nos municípios são apresentados como alguns dos principais problemas dessa “falta de técnica” estrutural que também atingiria a aceitabilidade dos protestos. No lugar dos conflitos sociais representados pelas manifestações, o planejamento técnico por cima, como se eles fossem capazes de resolver o conflito e harmonizar os interesses. O mesmo planejamento é utilizado como instrumento auxiliar da domesticação quando, durante a Copa das Confederações a “flexibilidade do transporte” fruto desse planejamento (NTU, 2013b. p. 30-31) garantiu que as manifestações não parassem as cidades em 2013. Ao mesmo tempo, há uma complexidade de ampla abrangência, na qual não se trata de apenas uma visão de técnica, mas técnicas no plural que se coadunam com várias visões de política:

“Pois a responsabilidade sobre o que está acontecendo em Goiânia e região, no ambiente público do transporte de pessoas, é tema que precisa ser melhor compreendido e apontado pela sociedade como um todo. Depois da **quebra contratual**, do expurgo artificial no aumento de custos e da imposição de novos benefícios, mesmo sem fonte de financiamento, o quadro insano do transporte público **se afunda em novo buraco financeiro gerado pelo aumento represado no preço dos combustíveis**.

O sistema que há décadas embute na tarifa cobrada dos mais carentes todo o custo de quem anda de graça agora não paga sequer as gratuidades, deixando para as empresas concessionárias o prejuízo pela operação deficitária. (NTU, 2013d. p. 36).

Podemos perceber que as técnicas que domesticam as demandas são várias. Há tanto uma técnica de política pública sobre o número de linhas, uma técnica fiscal e financeira relacionada ao orçamento dos municípios e à lucratividade das empresas e uma técnica jurídica relacionada à quebra contratual das empresas. Ainda que elas possam entrar em choque entre si, uma vez que para atender as gratuidades – parte da técnica de política pública – pode ser necessário sacrificar a lucratividade empresarial – parte da técnica fiscal e financeira –, tratam de serem compatibilizadas entre si para evitar o conflito. Tais visões sobre o planejamento não são estranhas à política urbana, de modo que várias noções de planejamento, como aquela presente na construção da cidade de Brasília, também era pensada como forma de impedir uma revolução social e apaziguar os conflitos sociais (SANTARÉM, 2013), função largamente defendida pela classe dos gestores (BERNARDO, 2009).

O planejamento como algo essencial na gestão dos conflitos sociais também engloba uma ótica mais estrutural de antagonismo de interesses. Participar ou não da operação e da gestão do sistema é visto como tendo uma espécie de “expertise” universal, a qual ao terem acesso por dentro das instituições, os (as) usuários (as) pensariam da mesma maneira:

“Conselhos municipais de transporte, com participação popular, **certamente ampliarão o entendimento a respeito do significado de se efetivar a separação entre a tarifa de remuneração dos serviços da operadora e a tarifa paga pelo usuário**, com introdução dos subsídios – com verbas dos orçamentos públicos, recursos oriundos da taxaço do transporte individual e outras fontes de subvenção, do tipo usado há décadas, por exemplo, em importantes cidades europeias (...) **Ao participar e conhecer melhor a realidade do setor**, aqueles que dependem do transporte público terão todas as condições de indagar, de exigir: por que não as duas coisas ao mesmo tempo?” (NTU, 2014c. p. 7).

A partir da disseminação e entendimentos desses conceitos e os respectivos exemplos de aplicações, ***será possível o engajamento mais amplo e fundamentado com a sociedade***. Muitas vezes, as pessoas discutem a qualidade do transporte público sem considerar os custos e as implicações termos da existência ou não dos subsídios. Por outro lado, torna-se cada vez ***mais urgente que a sociedade civil organizada haja de forma coordenada para que o poder público equacione a diferenciação entre tarifa pública e tarifa de remuneração*** que refletem na qualidade do transporte público coletivo urbano.” (NTU, 2014c. p. 14-15)

[Grifos e itálico próprios]

Mesmo a transparência apresentada pela imagem anterior é resumida no mero acesso a esse conhecimento de expertise universal obtido através da participação institucional e operação do serviço. Ou seja, bastaria que obtivesse visibilidade e que usuários (as) tivessem algum acesso a essas informações para que as empresas não fossem mais questionadas a respeito e responsabilizadas. No trecho abaixo, é apresentada a discussão realizada pela NTU junto a outras entidades, dentre elas a FNP, sobre a planilha de custos do transporte público:

“a planilha será importante para eliminar, de uma vez por todas, **questionamentos como se a planilha está favorecendo o prestador do serviço ou se é insuficiente, gerando serviços mal prestados ou deficitários.**

(...)

“Como a Frente pensou em fazer um novo estudo, a NTU ofereceu o trabalho já realizado, e que já foi bastante estudado, para servir como uma referência inicial para que, a partir daí, seja produzido um documento que represente efetivamente a realidade dos custos, **possibilitando a justa remuneração do serviço**, sua expansão e mobilidade de qualidade”, pontua o presidente Otávio Cunha.” (NTU, 2014h. p. 26)

[Grifos e itálico próprios]

A associação não considera a existência de interesses e preferências antagônicos produzidos por posições estruturalmente opostas dentro da sociedade. Para ela, não há diferença entre quem sofre com a exploração tarifária cotidianamente utilizando esses meios de locomoção coletiva e aqueles (as) que são proprietários desses meios. Inexistiria qualquer tipo de “expertise cidadã” (IRWING, 1999), isto é, conhecimento específico adquirido sobre o sistema de transportes, como as linhas e horários pelas quais ele passa, o impacto que a tarifa tem no orçamento familiar e na reprodução da força de trabalho, formas seguras de descer e subir no ônibus. Dentre outras especificidades da experiência cotidiana de usuários (as) do transporte público que versam sobre o funcionamento do sistema e que são fruto dessa posição estruturalmente desigual e conflitiva.

Dentro da perspectiva da técnica jurídica, a insegurança jurídica integra uma outra visão de mundo domesticante: a que associa manifestações ao risco, à incerteza, caos, à instabilidade social e à crise. Não à toa, a manifestação ideal domesticada pela entidade se expressa na imagem trazida anteriormente, em que as pessoas protestam fora da rua, sem atrapalhar a velocidade de um BRT que passa pela via. Pelo contrário, Junho de 2013 mesmo que defendido pelo seu poder de agenda, os repertórios de bloqueio de vias, as reduções tarifárias feitas “sem planejamento”, “eficiência” e “racionalização” e os ônibus incendiados são todos sintomas de instabilidade institucional (NTU, 2013b. p. 30-31) e social:

“**As reduções e os congelamentos tarifários que ocorreram no calor das manifestações de junho de 2013** que, a princípio, deveriam levar em conta, de um lado as desonerações tributárias, e de outro os aumentos de custos

observados desde o último reajuste, **tomaram um rumo estritamente político, sem respeitar os próprios contratos em vigor, trazendo desequilíbrios econômicos e financeiros para inúmeros sistemas de transportes.**

O setor convive hoje, de maneira geral, com um significativo represamento tarifário que traz graves consequências para a saúde financeira das empresas e pode **acarretar mais degradação da qualidade** dos serviços no curto prazo.” (NTU, 2014b. p. 11).

“Números que nos **remetem a um cenário de guerra**, mas em que só um lado ataca enquanto o outro lado, inocente, nem contra-ataca nem se defende.

Não há resposta ou ação do governo para punir e, principalmente, impedir que esses atos de violência aconteçam. Uma situação contraditória já que **ao mesmo tempo em que procuramos alcançar a plenitude de um sistema de excelência, há uma instabilidade na segurança pública contribuindo para a destruição de um bem que também é público.**

Na busca por resguardar os passageiros, motoristas, cobradores e a própria frota de veículos, empresários do transporte coletivo buscam em câmeras de segurança e no monitoramento dos veículos uma **alternativa para enfrentar o vandalismo.**” (NTU, 2014d. p. 4).

Essa noção de instabilidade utilizada pela NTU apresenta uma característica dupla. Ela estabelece um “senso de urgência da ação” (BRINGEL & PLEYERS, 2015) e de utilizar a crise como uma retórica da “crise de financiamento às empresas de transporte” (MANOLO, 2007) para que o setor seja visibilizado. Enquanto isso, também serve como visão domesticante pela crise. A crise urbana não escancarada por 2013 não é interpretada, prioritariamente, enquanto tal por afetar as condições de vida das pessoas a tal ponto que elas foram para as ruas colocar sua indignação. Ela torna-se uma crise pelo caos urbano que a transforma numa crise de financiamento das empresas, não em uma crise de mobilidade. Cria-se uma contradição aparente entre a entidade precisar dessa crise gerada pelas mobilizações para que suas pautas empresariais ganhem espaço e buscar contê-la por ser vista como promotora de crise na forma em que aconteceram. Deste modo, a aceitabilidade das manifestações convive com aquela visão de mundo que as lia como parte da “irracionalidade das massas” pela ruptura com a ordem que geram.

A NTU busca se valer da força social das mobilizações para a disputa que realiza com seus interesses face a outras frações capitalistas manifestações e aprisioná-las para que não gerem uma crise econômica em seu setor. Levada às últimas consequências e a

todas as suas potencialidades de partilhar poder no controle da cidade – seja através dos bloqueios ou das queimas de ônibus – criariam crise econômica, seja na forma ao impedirem a circulação da força de trabalho na aceleração desejada. A ativação política precisa ser contida e domesticada, mesmo quando se dá em formas de participação política extra-institucional.

Por fim, a visão domesticante de valorização da velocidade e aceleração de circulação da força de trabalho nas cidades toca num ponto complexo que é a relação com o tempo, o tempo da democracia e o tempo do capital. Tanto o conteúdo defendido pela entidade como resposta às manifestações, quanto a crítica aos trancamentos de rua na forma de luta, partem de uma defesa da aceleração que tem como fim o aumento da exploração de mais-valia relativa com ganhos de “produtividade” no setor de transporte coletivo urbano e para o conjunto da economia:

“Essa discussão é possivelmente a consequência do entendimento de que a ***mobilidade urbana influencia todo o processo produtivo e econômico de forma abrangente***. Diariamente, os sistemas de transportes urbanos permitem que milhões de viagens sejam realizadas e assim torna-se possível a realização de um conjunto de atividades sociais, econômicas, culturais e políticas. Quanto mais eficiente é o sistema de transporte, melhor é o acesso as essas atividades espalhadas por todo o espaço urbano. ***Por um lado, se um trabalhador conseguisse ir da residência ao local de trabalho de forma rápida, segura e com baixo custo, ele provavelmente seria mais produtivo e teria melhores condições de qualidade vida.***

O aumento da produtividade do trabalhador, então, refletiria no desempenho da empresa e consequentemente de toda a economia brasileira. (...) Por outro lado, se toda a logística de transporte de bens e mercadorias nas áreas urbanas não fosse fortemente onerada, os custos produtivos seriam certamente reduzidos. Como um todo, o país avançaria porque os recursos humanos, físicos e financeiros seriam mais eficientemente utilizados, ou seja, existiria um esforço menor para que se alcançasse um resultado produtivo maior e melhor. À medida que a produtividade aumentasse, ***os produtos brasileiros tornar-se-iam cada vez mais competitivos, uma vez que os custos diretos e indiretamente relacionados à mobilidade urbana seriam reduzidos.***”(NTU, 2013e. p. 8-9)

Por essa razão, primordialmente econômica, que impõe o tempo de circulação do capital ao tempo de circulação da força de trabalho, as manifestações que buscavam

“parar a cidade” são também rejeitadas. Assim como o poder da greve está principalmente em infringir prejuízos materiais aos patrões, manifestações massivas que travam as principais ruas e avenidas das cidades produzem esse germe de controle popular sobre o tempo e a circulação dos grandes centros urbanos infringindo prejuízos pelo travamento dessa condição geral de produção. Contudo, em vez de afetarem apenas um padrão particular, tem a potência para afetar um conjunto de padrões e gestores. Para que as tarifas fossem reduzidas e um conjunto de outras pautas entrassem em discussão, era preciso desacelerar o tempo do capital, e acelerar o tempo dedicado à luta social e política. Dessa forma seria possível que o conjunto das classes dominadas e grupos subalternos discutissem, com tempo, a nível de base, suas pautas e demandas para o transporte público e lutassem por suas demandas. Esse seria o tempo de uma “democracia feita na rua” pelo conjunto de explorados (as) e oprimidos (as).

Por outro lado, junto com os travamentos, veio a aceleração da aprovação das pautas no Congresso (BALBIM. et. al. 2013) traduzindo o senso de urgência presente naquela conjuntura. As interpretações mais gerais daquele contexto davam conta de um “rompimento do imobilismo” institucional (NOBRE, 2013) de que as mudanças sociais deveriam ocorrer gradualmente e sem conflitos. Apesar da precisão dessa análise, nos coloca outra questão que os movimentos populares que aconteciam nas cidades não davam conta de acompanhar essa aceleração tão aprofundadamente, por ser simplesmente inviável e suas energias serem dedicadas a outros assuntos. Levada a essa esfera de aceleração, uma organização que não precisa responder a milhares de pessoas, como se dá em lutas mais horizontais e menos hierarquizadas, dificilmente conseguirá. É o tempo da “democracia feita nos gabinetes” contra o tempo da “democracia feita na rua”, de forma que no primeiro há um espaço sistematicamente condicionado em favor das assimetrias estruturais existentes. Nele, o tempo defendido pela NTU tem mais facilidade de operar dadas essas desigualdades estruturais. Em última instância, envolve a pergunta: qual deve ser o tempo das mudanças e transformações sociais?

Justamente por ser uma visão domesticante mais abrangente, é difícil imputar qual é a direção causal que toma a domesticação, se é no sentido do tempo do capital ou do tempo dos gabinetes em conjuntura crítica. De qualquer forma, há uma incompatibilidade explícita entre o tempo da rua reapropriado pelas classes dominadas e o tempo do capital que não pode ser desconsiderada. Ser capaz de ditar o ritmo aceitável

– domesticado – de uma disputa social, condicionando-a isso pode também referendar uma tentativa de domesticação das classes dominantes a depender da forma de organização e do tempo de decisão coletiva das organizações populares.

A domesticação da dimensão conflitiva dos protestos à instabilidade e à ameaça ao tempo do capital – em sua forma e conteúdo – integra um método de lidar com o risco ao lucro e à incerteza. As mobilizações subalternas podem produzir uma crise econômica de financiamento do transporte público, algo que deveria ser constantemente evitado. São “estratégias preventivas” (OFFE, 1984) de crise para organizar a ordem, que também direcionam suas forças para tentar minar o poder exercível pelas manifestações sobre essa fração de capitalistas. Na democracia da NTU, as manifestações são aceitas, mas o conflito antagônico, não.

Matriz de visões domesticantes da NTU

MATRIZ DAS VISÕES DE MUNDO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS (NTU)		
O que domestica?	A forma de luta	O conteúdo reivindicativo
Qual dimensão de análise?		
Junho de 2013 e Megaeventos (Causalidade mais precisa e menor abrangência)	<ul style="list-style-type: none"> → Queima de ônibus e bloqueio de vias não podem impedir a realização dos megaeventos; → Junho de 2013 como virada no aumento da queima de ônibus, a ser contida; → Desresponsabilização do empresariado na forma de luta; → Junho de 2013 como “janela de oportunidade” e “urgência de ação” para atuar na agenda pública; → “Mecanismos de medo” para iniciar domesticação através de Pls criminalizantes; 	<ul style="list-style-type: none"> → Desonerações fiscais para baixar as tarifas; → Tributação regressiva do carro através dos combustíveis; → Rejeição à tarifa zero e defesa de gratuidades focalizadas; → Prioridade emergencial do BRT em relação à questão tarifária; → Defesa do “justo lucro”;
Democracia e participação (causalidade e abrangência intermediárias)	<ul style="list-style-type: none"> → Manifestações aprisionadas ao poder de agenda para a democracia; → Rompimento da passividade com coletividade repressiva através do “X9” e campanha de denúncias contra queima de ônibus; 	<ul style="list-style-type: none"> → Política aceitável com conflito não-antagônico; → Democracia como disputa entre frações das classes dominantes (transporte público vs. Empresariado);

	<ul style="list-style-type: none"> → Politização das manifestações limitada pela técnica; → Conselhos municipais podem harmonizar o conflito de interesses antagônicos das manifestações; → Despolitização da queima de ônibus como “crime comum”; 	<ul style="list-style-type: none"> → Velocidade x exploração tarifária; → Responsabilização do Estado e população pela integridade dos ônibus;
Sociedade, Economia, Estado, ordem e confronto político (Causalidade mais difusa e maior abrangência)	<ul style="list-style-type: none"> → Importância do consentimento ativo de usuários(as); → Tempo do capital contra o bloqueio de ruas; → Manifestações não-domesticadas vinculadas à instabilidade, risco e crise; → Crise de mobilidade e caos urbano; → “Falta de técnica” das manifestações e irracionalidade das massas; 	<ul style="list-style-type: none"> → Tempo do capital na defesa da velocidade e aceleração; → “Urgência de ação” e retórica da crise de financiamento; → Ideologia do planejamento técnico como harmonizador dos conflitos sociais;

Elaboração própria.

A síntese entre as visões domesticantes serão debatidas em conjunto, não isoladamente. Inclusive, por que algumas são visões domesticantes repetidas e compartilhadas entre as entidades. Há, todavia, algumas diferenças.

Visões domesticantes: observando a Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

Diferente das visões de mundo da NTU, a maior parte das apreendidas na FNP são oriundas de seus pronunciamentos públicos em jornais e notícias, não em publicações próprias da entidade. Há ainda pronunciamentos de seu presidente e vice-presidente à época, mas não ser que sejam interpelados enquanto representante da entidade, dificilmente poderíamos colocar como sendo visões da entidade. Eles eram, antes disso, prefeitos das cidades de São Paulo e Porto Alegre. Existem apenas duas brevíssimas publicações da entidade, voltadas ao debate orçamentário, que mencionam as manifestações. Assim, a maior parte das visões domesticantes presentes nos pronunciamentos da entidade foca no conteúdo reivindicativo.

Como verificado na análise das visões da NTU, ambas entidades estão organicamente articuladas, realizando debates conjuntos e sendo vistas na mídia

hegemônica como autorizadas a debaterem conjuntamente o tema do transporte coletivo urbano. A NTU não só entrevistava a FNP para discutir suas propostas (NTU, 2014e. p. 23), como ambos comumente eram entrevistados nas mesmas reportagens dos jornais analisados em que foram recolhidos seus pronunciamentos (ESTADÃO. 04/07/2013).

No *nível de baixa abrangência*, a entidade critica a maneira pela qual as reduções tarifárias foram feitas sem contrapartida de financiamento no orçamento, indicando que eles iriam corroer o orçamento e reduzir investimentos (VALOR ECONÔMICO. 25/06/2013). Ao mesmo tempo, almeja diferenciar os anseios por tarifa zero numa defesa do “passe livre com corte social” em função da “limitação orçamentária” (UOL. 23/12/2014). Contudo, defendem a legitimidade das manifestações e as entendem como importantes para pautar a qualidade dos serviços públicos:

*“As manifestações populares de junho de 2013 nas cidades mais populosas questionaram a forma de **atendimento aos cidadãos pelos serviços públicos, exigindo mais qualidade no funcionamento do Estado.** As mobilizações apontaram inconsistências da gestão pública e evidenciaram a importância estratégica dos governos locais na oferta dos serviços públicos.”* (FNP, 2014. p. 1)

Tal como a NTU, seu foco maior está direcionado à qualidade dos serviços públicos, não o valor das tarifas, endossando uma oposição em enquadramento análogo ao do empresariado. Dado o contexto de sua atuação junto às outras unidades da federação, a proposta da municipalização da CIDE soma na disputa realizada entre as frações do transporte público, mas também almeja realizar a disputa interfederativa por orçamento com a União – a quem é direcionada a CIDE atualmente. O trecho acima é trazido também numa carta aos presidentes de 2014 elaborado pela entidade (FNP, 2015), cujas propostas giram em torno sobretudo de alçar maior orçamento para o município. Respondendo aos protestos, foi colocado o seguinte item:

*“Nós temos a questão da dívida com a União, que envolve 180 municípios, a maioria filiado á Frente Nacional (de prefeitos), que tem o seu contrato indexado por um índice que as tornam impagáveis, que é o IGP-DI mais 9%. Temos um desafio de dar respostas à declaração de inconstitucionalidade da emenda que permitia o parcelamento de precatórios no país, que também afeta muitos municípios brasileiros. **Temos o desafio colocado pelas jornadas de junho de 2013 em relação ao transporte público, e nós sabemos todos, responsáveis que***

somos pelas nossas contas municipais, que é uma demanda que precisa encontrar algum respaldo nas finanças municipais _ , afirmou o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), vice-presidente da FNP, durante a abertura da reunião.” (ANTP, 21/05/2014).

Assim, ainda que defenda o REITUP e outras desonerações fiscais, a entidade apresenta muito mais ressalvas orçamentárias. O trecho abaixo foi retirado de uma publicação estritamente direcionada a debater a distribuição orçamentária entre a federação:

“No caso dos transportes públicos, as recentes pressões populares (representadas pelas manifestações iniciadas em junho de 2013) por **melhores serviços públicos** nas cidades resultaram, em muitos casos, em desonerações tributárias pelas prefeituras em favor das empresas de transporte público, **fragilizando ainda mais o orçamento dos municípios.**” (FNP, 2014. p. 17)

O senso de “urgência de ação” (BRINGEL & PLEYERS, 2015) reaparece em sua visão de mundo na defesa da recomposição orçamentária e no atendimento das reduções tarifárias através do CIDE e desonerações. O presidente da entidade ressalta que o REITUP adveio de sugestões da própria FNP e defendeu a sua “votação imediata” (ESTADÃO, 19/07/2013), assim como defende “de forma violenta a CIDE como subsídio cruzado, onde o usuário do transporte privado deva subsidiar o usuário do transporte coletivo” (VALOR ECONÔMICO. 25/06/2013).

Na dimensão de *média abrangência*, a entidade traduz a política ocorrida nas manifestações em duas formas também não-antagônicas, na disputa interfederativa e na disputa entre frações das classes proprietárias – a da indústria automobilística e a do transporte público. A primeira é passada como uma questão administrativa e fiscal, integralmente entre níveis da burocracia. Já a segunda, além de sua presença na CIDE, é reforçada pela equalização de interesses e contribuições ao transporte público ao afirmar que, entre o município, o empresário e o “usuário do transporte individual” apenas este último não contribuiria (FNP, 2014. p. 17).

Por fim, há duas visões reincidentes na dimensão de *alta abrangência*. A visão domesticante de que a técnica fiscal deve limitar a politização e de que há de prover acesso da população às planilhas para parar o questionamento às tarifas de ônibus é

mobilizada. Não haveriam interesses antagônicos, bastando que as planilhas fossem visibilizadas e asseguradas juridicamente:

“Para a FNP, a planilha **será importante para eliminar, de uma vez por todas, questionamentos como se a planilha está favorecendo o prestador do serviço ou se é insuficiente, gerando serviços mal prestados ou deficitários.** “É necessário à adoção de uma planilha elaborada por setores técnicos, da maior competência, isenta de qualquer suspeita de que favoreça A, B ou C”, afirma o vice-presidente para assuntos de Mobilidade Urbana da FNP, Antonio Carlos Pannunzio.” (NTU, 2014h. p. 26)

Outra visão que vem à tona é a que associa os efeitos das manifestações de 2013 a incerteza jurídica e de que os efeitos institucionais das manifestações produzem incerteza jurídica e desequilíbrio-financeiro, conseqüentemente crise fiscal. Explicitamente, para atender as demandas das mobilizações, os municípios arcaiam mais do que poderiam com suas próprias receitas. Assim, tais visões convivem com a valorização das manifestações em função de a entidade ter sido capaz de se projetar em relação aos dois conflitos não-antagônicos pontuados.

MATRIZ DE PERGUNTAS SOBRE AS VISÕES DE MUNDO PARA CADA ATOR		
O que domestica?	A forma de luta	O conteúdo reivindicativo
Qual dimensão de análise?		
Junho de 2013 e megaeventos (Causalidade mais precisa e menor abrangência)	→ Reconhecimento de legitimidade de manifestações;	→ “Urgência de ação” para o orçamento; → Desonerações como solução; → CIDE e oneração regressiva do carro;
Democracia e participação (causalidade e abrangência intermediárias)		→ Disputa município x união; → Democracia como conflito não-antagônico (transporte público x automóvel);
Sociedade, Estado, ordem e confronto político (Causalidade mais difusa e maior abrangência)		→ Política limitada pela técnica; → Manifestações como fonte de incerteza

		jurídica e instabilidade fiscal;
--	--	----------------------------------

Elaboração própria.

Visões domesticantes: observando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

Diferentemente das visões de mundo da FNP, as da FIESP pouco endossam intencionalidades de domesticação dentro dos conteúdos reivindicativos do transporte coletivo urbano. Elas se centram na forma de luta e em desassociar a pauta das manifestações do tema. Contudo, a entidade de industriais paulista aluga sua legitimidade para propulsionar sua candidatura em 2014 e se referencia em noções bastante semelhantes às da NTU no tocante ao transporte coletivo urbano.

Os pronunciamentos públicos analisados da FIESP procedem principalmente de cartas ou textos gerais de seus presidentes e vice-presidentes em jornais. Há poucas publicações elaboradas como resposta às manifestações ou mais direcionadas às políticas de mobilidade urbana. Os posicionamentos existentes sobre mobilidade urbana no site da entidade e em suas colunas, no geral, estão desatrelados de intencionalidades de domesticação dos protestos. Logo, não pegam emprestado a legitimidade daquele evento para avançar pautas de mobilidade. Em seu lugar, se valem da força social para articular as suas pautas econômica.

Assim, na *dimensão de baixa abrangência*, a entidade adere ao enquadramento **“Não é só por 20 centavos”** (DIÁRIO DE SÃO PAULO. 24/06/2013) que retirou a centralidade da pauta do transporte público, estendendo para uma indignação difusa que envolveria ampliar temas outros como a **“corrupção”** (STEINBRUCH. 30/07/2013) **“burocracia”** (STEINBRUCH. 16/07/2013). Também quando, ao final de 2013, Haddad à prefeitura de São Paulo tenta avançar com a discussão da redução tarifária utilizando uma elevação do IPTU, numa tributação progressiva, a FIESP entra com uma ação na justiça contrária a medida e ganha (ESTADÃO. 08/01/2014). Portanto, influem nas disputas que buscavam traduzir às respostas institucionais às manifestações, dificultando maiores reduções tarifárias e melhora na qualidade.

A tradução do conteúdo reivindicativo operado pela FIESP, contudo, há a defesa da “solução de mobilidade urbana” discutida para obter “transporte integrado e eficiente e meios alternativos de locomoção e a resolução dos congestionamentos”. O mote central é, novamente, os BRTs e a gestão como solução contrapondo o transporte individual. O principal exemplo destacado é o da cidade de Curitiba, que haveria implementado inicialmente o BRT – antes das manifestações (PORTAL FIESP. 06/05/2013). Menções menores são feitas às reivindicações como pela elevação de gastos públicos e em crítica à austeridade (STEINBRUCH. 02/07/2013), alinhando à sua proposta nacional-desenvolvimentista de orientação empresarial. Não é estranho, dado que tais demandas conviviam com a ênfase maior nas desonerações. O transporte público enquanto conteúdo míngua nos pronunciamentos posteriores, dando espaço para a discussão da “burocracia”. Contudo, se diferenciam de posições como as da NTU em apontar o “automóvel” como vilão e de fim às desonerações fiscais para essa fração capitalista, provavelmente em função de haverem setores da cadeia produtiva da indústria automobilística:

“Ainda que o automóvel *tenha sido escolhido como o vilão do século 21*, uma visão a meu ver pouco pragmática, o certo é que ele continua a ser um importante meio de transporte, *extremamente confortável em viagens de média duração e mesmo em deslocamentos nas cidades, a despeito dos enormes engarrafamentos.* (...)”

Não são razoáveis atitudes a favor do abandono radical dos estímulos à produção de veículos” (STEINBRUCH. 22/04/2014)⁶³.

[Grifos e itálico próprios]

Por essa razão, a interpretação das preferências e a tentativa de domesticação realizada pela FIESP se distancia um pouco da pauta do transporte público. A interpretação se centra mais em aliviar os congestionamentos – o que o BRT pode auxiliar – e incrementar a “mobilidade” (SILVA. 22/04/2014) com direcionamento focalizado para estudantes de baixa renda (FOLHA DE SÃO PAULO. 07/09/2014) – não de tarifa zero.

63 A FIESP reproduz um discurso da ANFAVEA também, segundo a qual a indústria automobilística “não somos os vilões da sociedade” e registram a queda, uma vez que mexe com a confiança do consumidor (ESTADÃO. 30/06/2013).

A tentativa de domesticação da forma das manifestações também aparece. Por um lado, a entidade endossa “a participação *pacífica e saudável* da população em manifestações faz o país amadurecer (...) o cidadão exige respeito (...) é um grito por renovação” (DIÁRIO DE SÃO PAULO. 24/06/2013). Contudo os adjetivos que caracterizam as manifestações compreende que existem o tipo de protesto não aceitável, o “não-pacífico” e o “não-saudável”. A crítica é realçada quando, reagindo a uma greve de rodoviários que integra o ciclo de greves e manifestações que já vinha ascendendo, retomam as manifestações de 2013 e criticam o cerceamento do “direito de ir e vir” (STEINBRUCH. 03/06/2014) ou em lamentações como:

“Muito já se falou e escreveu a respeito da assombrosa onda de protestos populares no país. Não há como não lamentar a violência perpetrada por pessoas que se *infiltraram* no movimento iniciado por jovens estudantes. Infelizmente, o país teve de *conviver com incêndios de prédios e veículos, coquetéis molotov, depredações, invasões de edifícios públicos e toda a sorte de violência*.”

Em nenhum momento, porém, *um manifestante com a bandeira nas costas foi flagrado cometendo essas violências.*” (STEINBRUCH. 02/07/2013).

[Grifos e itálico próprios]

Também se faz presente a necessidade de que repertórios violentos de confronto não afetem a Copa do Mundo:

“Vem aí a *Copa do Mundo*, um evento que, para surpresa geral, acabou sendo contestado por parte da opinião pública. *O verdadeiro cidadão, qualquer que seja a sua opinião a respeito da importância e dos gastos públicos da Copa, não pode se deixar levar por movimentos que incitam práticas violentas.*”

(...)

O direito de livre manifestação pacífica deve ser preservado, desde que não viole o direito de ir e vir dos demais cidadãos. *A violência, porém, não pode ser tolerada pela sociedade, nem na Copa nem em nenhum outro momento.*” (STEINBRUCH. 03/06/2014).

[Grifos e itálico próprios]

A dimensão de *média abrangência*, a canalização eleitoral das manifestações por Skaf no ano de 2014 é das mais explícitas. Considera existir uma incompletude das

manifestações, que são saudáveis, mas nem sempre “resolvem o problema” (FOLHA DE SÃO PAULO. 07/09/2014). Mas busca tenta pegar emprestada a legitimidade das manifestações em seus programas eleitorais, com um programa exclusivamente dedicado às manifestações (SKAF. 2014). Curiosamente, realizam uma ponte imagética ao final da peça de propaganda, que simula as pessoas difundindo a campanha eleitoral dele em aplicativos de *mensageria* e redes sociais como se disseminassem uma manifestação aceitável (SKAF. 2014).

Os repertórios que mais se alinham com o das campanhas eleitorais são endossados, como sendo “do verdadeiro cidadão” (STEINBRUCH. 03/06/2014), enquanto os de um “falso cidadão” são aqueles ligados aos repertórios disruptivos que utilizam da violência e do “anonimato” e da “máscara”, como Black Blocs (FOLHA DE SÃO PAULO. 07/09/2014). A tentativa de domesticação que envolve uma ativação política para denunciar outros (as) manifestantes faz um elo, através da crítica à violência e desordem, com a defesa da cidadania em sua face disciplinadora. Consiste numa cidadania repressiva, mais que uma cidadania crítica. Fazer parte da comunidade democrática de cidadãos precisa também entregar para o sistema de repressão esse conjunto de pessoas.

O conteúdo reivindicativo da utilização de repertórios disruptivos é também despolitizado, sendo considerado mera questão criminosa. São tratadas como conjunto de outros crimes, sendo que essa seria uma nova forma:

“Infelizmente, nos últimos anos, além da expansão da criminalidade –os homicídios crescem a um ritmo de 8% ao ano–, espalhou-se **um novo tipo de truculência, que atinge as pessoas que passam pelas ruas e o patrimônio público e privado, arregimentada por meio das redes sociais. Pessoas são feridas, ônibus incendiados e agências bancárias e vitrines de lojas são quebradas sem nenhuma razão específica, simplesmente pelo desejo de demonstrar ferocidade e crueldade.**” (STEINBRUCH. 03/06/2014)

[Grifos e itálico próprios]

Na dimensão de *alta abrangência*, a FIESP compara as manifestações de 2013 que travaram as cidades com greves de rodoviários. A comparação não é a toa, retoma a discussão feita sobre o tempo do capital em “parar a cidade” e situa a discussão feita que associa violência a uma ação irracional das massas que não dispõe de objetivos,

sendo parecido com todas as outras formas de violência – tratada genericamente como uma “doença” ou uma “epidemia”:

“Há duas semanas, houve um movimento em São Paulo que paralisou o transporte de ônibus na região metropolitana, com enormes prejuízos para os trabalhadores, para as empresas e para as famílias em geral. Uma das crueldades desse movimento foi que começou sem qualquer aviso prévio, o que obrigou muitas pessoas a voltar a pé para casa.

(...)

Houve, porém, uma característica comum: **em ambos** [2013 e essa] **os movimentos, não havia lideranças marcantes.**

(...)

Todos nós precisamos aprender a lidar com esses novos tempos modernos, em que movimentos diversos surgem quase como por geração espontânea. **Mas há uma tendência que muitas vezes se associa a essa onda e que não pode ser aceita: a incitação ao crime e à violência.**

(...)

A violência é uma doença que se espalha numa sociedade, como outras epidemias, sempre que o processo não é interrompido pela identificação de focos geradores desse comportamento.

Infelizmente, nos últimos anos, além da expansão da criminalidade –os homicídios crescem a um ritmo de 8% ao ano–, espalhou-se **um novo tipo de truculência, que atinge as pessoas que passam pelas ruas e o patrimônio público e privado, arregimentada por meio das redes sociais. Pessoas são feridas, ônibus incendiados e agências bancárias e vitrines de lojas são quebradas sem nenhuma razão específica, simplesmente pelo desejo de demonstrar ferocidade e crueldade.**

O direito de livre manifestação pacífica deve ser preservado, desde que não viole o direito de ir e vir dos demais cidadãos. A violência, porém, não pode ser tolerada pela sociedade, nem na Copa nem em nenhum outro momento.” (STEINBRUCH. 03/06/2014).

[Grifos e itálico próprios]

Ao contrário do pensamento inicial sobre irracionalidade das massas, que vinculava qualquer forma de aglomeração a ela, neste caso apenas as formas de luta mais conflitivas e disruptivas. Estas são atreladas a um desejo de ferocidade e crueldade, não a fins que tenham algum objetivo. Sem coincidência, são tratadas como uma disfuncionalidade ou uma “doença”, interessando algo a ser extirpado e curado para que a harmonia do organismo volte a reinar.

No trecho acima, é demonstrada uma visão domesticante de que esses repertórios mais conflitivos e disruptivos estão atrelados a um “pessimismo” generalizado, que se expressa na corrupção e nas crises econômicas prenunciadas naquele momento:

“As ruas estão certas e as manifestações, excluídas naturalmente as que descambam para o vandalismo e a violência, devem ser objeto de comemoração. Não podem ser usadas para alimentar pessimismo que espalha desânimo, inibe investimentos empresariais e crescimento da economia.” (STEINBRUCH. 30/07/2013).

“Talvez as pessoas tenham se esquecido do desespero e do sofrimento que o desemprego representa para as famílias. O Brasil atravessou até agora toda a crise global, que já dura seis anos, sem que essa desventura atingisse os brasileiros. Mas, se prevalecer o pensamento conservador[econômico], infelizmente, caminharemos para isso. *As manifestações públicas que temos vista ultimamente nas ruas nem de longe se assemelham às que provavelmente virão no dia em que o país passar a viver um cenário de desemprego.*” (STEINBRUCH. 25/02/2014).

[Grifos e itálico próprios]

Da mesma maneira que a NTU, a crise também é mobilizada como senso de urgência de ação, mas focada no âmbito da política econômica. Ela é uma situação concreta de instabilidade e uma retórica mobilizadora para as próprias disputas realizadas pela indústria.

A discussão do tempo do capital aparece subsumida na sua crítica da burocracia como pauta – análoga a defesa do BRT. A crítica à burocracia é realizada para alcançar uma eficiência no sentido de aceleração de procedimentos (STEINBRUCH. 17/07/2013).

Por fim, convém lembrar que acima era mencionado que nenhum manifestante com a bandeira do Brasil teria sido responsável pelos repertórios disruptivos (STEINBRUCH, 02/07/2013). Este trecho é sucedido por uma discussão sobre como a economia brasileira foi capaz de retomar o nacionalismo e o orgulho de ser brasileiro. Instaure-se uma interseção entre o “verdadeiro cidadão”, que rompe a passividade política sem irromper o tempo do capital e a ordem – inclusive defendendo-a ativamente – e o nacionalismo. Abertamente, está se afirmando a performance contestatória “patriótica” (ALONSO & MISCHÉ, 2016) a qual, contraditoriamente, suprime o conflito social e não dar vazão a ele.

MATRIZ DE PERGUNTAS SOBRE AS VISÕES DE MUNDO PARA CADA ATOR		
O que domestica?	A forma de luta	O conteúdo reivindicativo
Qual dimensão de análise?		
Junho de 2013 (Causalidade mais precisa e menor abrangência)	→ Não afetar os mega-eventos; → Contra o cerceamento do direito de ir e vir e em defesa da manifestação pacífica;	→ Deslocamentos da pauta de transporte: “Não é só por 20 centavos”; → Transporte à margem: BRT e planejamento;
Democracia e participação (causalidade e abrangência intermediárias)	→ Rompimento com a passividade para manifestações domesticadas; → Ativação política repressiva como aquela do “verdadeiro cidadão”;	→ Despolitização pela criminalização;
Sociedade, Estado, ordem e confronto político (Causalidade mais difusa e maior abrangência)	→ “Contra o Brasil”: repertórios disruptivos e nacionalismo; → Irracionalidade de massas com uso de interrupção a ser harmonizado;	→ Tempo do capital;

Visões domesticantes: como se solda a gaiola e outras entidades

A observação do conjunto de visões domesticantes nos dá alguns instrumentos para responder às perguntas centrais desta pesquisa: *como as classes dominantes podem agir no sentido da domesticação e qual a relação entre a domesticação de protestos e democracia.*

A pesquisa identificou visões de mundo domesticadoras da expressão da vontade popular que se dá por fora das instituições e em confronto político que estão vinculadas tanto à forma, quanto ao conteúdo. A ideologia da velocidade, o tempo do capital e a instabilidade social são compreensões utilizadas para tentar limitar tanto os bloqueios de rua, quanto para interpretar na vontade da população como prioritárias as respostas emergenciais de BRT e via exclusivas – em oposição a redução tarifária. Ou seja, foram utilizadas tanto para domar a forma, quanto o conteúdo. Para as frações das classes dominantes, o atendimento às demandas contra a exploração tarifária no transporte público implicou instabilidade orçamentária com deficit e insegurança jurídica com revisão de contratos. Estariam ligadas a uma crise e caos urbano que os bloqueios de via integram e travam a circulação da cidade. A forma de luta e conteúdo reivindicativo se cruzam, desde cima, tal como se cruzam, desde baixo, através do conceito de pré-figuração.

Utilizada para analisar as dimensões sócio-culturais dos movimentos populares, a pré-figuração consiste num conceito de que “anula a distância entre meios e fins” dos grupos subalternos (SARAIVA. 2010. P. 79), na qual “o horizonte por vir encontra-se nas práticas e não nos discursos” (BRINGEL & PLEYERS, 2015. p. 17). O termo tem origem no pensamento anarquista e posteriormente ganhou outras significações e usos dentro do feminismo, do zapatismo e do marxismo heterodoxo (SARAIVA. 2010. P. 10;79;135). Em suma, ele traça uma ponte entre as formas de luta e o conteúdo reivindicativo. O germe da sociedade futura está nas formas de luta atuais e suas relações sociais, que permitem entender os processos revolucionários e de conquistas dependem da difusão e generalização das relações sociais desse germe entre toda a sociedade (BERNARDO, 2009). A política pré-figurativa tem como consequência, nas organizações populares, compreensões de que não se pode esperar uma grande transformação social para levar sério relações anti-patriarcais que os movimentos criem

internamente. Ou que meio autoritários de luta, como o uso do Estado, dificilmente produzirão um conteúdo libertário. A frase “a auto-gestão da sociedade prepara-se na auto-gestão das lutas” (BERNARDO, 2005) sugere exatamente isto.

Qual o significado, portanto, de falar em uma política pré-figurativa das classes dominantes? Tal como a visão de crise da NTU coloca, são realizadas estratégias e ações preventivas a esses germes para controlá-los. Ainda que o funcionamento da sociedade e do Estado seja atravessado por estruturas de dominação sistemática que agem em favor dessas classes, elas não estão totalmente satisfeitas e afinadas para a sua dominação – caso contrário, não existiria sequer resistência e possibilidade de lutas contra essas estruturas, dado que seriam blindadas e sem rachaduras. Envolve uma ação constante em defesa de suas pautas que não esboçam um mundo novo, mas o mundo atual com suas características de dominação exacerbadas. Não buscam o germe da utopia, mas um germe da super-ordem, uma ordem cujas estruturas de autoridade assimétrica estejam ainda mais lubrificadas e com a contestação a eles minada. Isto inclui também as manifestações e o confronto político popular.

A possibilidade real colocada de as manifestações “pararem a cidade”, numa semelhança com algum imaginário de greve geral da cidade esboçada pelo ciclo de greves que estão inseridas, precisava ser contida para que nenhum esboço de poder popular pudesse ser exercido no controle da circulação de mercadorias e força de trabalho da cidade ou de controle outro sobre os meios de circulação coletiva, quando são queimados. Apesar do critério utilizado pela cidadania crítica de não substituição das instituições da democracia representativa (MANIN, 2012) não se materializar como ameaça naquelas manifestações, seus germes estavam presentes na medida em que, por alguns instantes, divisão do trabalho político do Estado capitalista entre governantes e governados, proprietários dos meios de produção e trabalhadores (as), entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre quem manda e quem obedece (POULANTZAS, 2000) foi flexibilizada. Ela foi flexibilizada por que naquele instante a gestão das vias e da circulação da cidade não era exercida pelo empresariado ou pelos gestores. Era gerida, informalmente pelas pessoas mobilizadas. A ordem social dominante passou longe de cair – ao contrário, hoje ela se tornou mais autoritária e reforçou sua dominação –, mas ela balançou. O que as visões domesticantes das frações de classe analisadas operam é a tentativa de conter, previamente, mesmo essa possibilidade de

balançar. Esses germes devem ser impedidos de realizarem a sua potência disruptiva maior, para não abalar os entendimentos de como a democracia, o mundo e a economia devem funcionar – e que se expressam tanto naquilo que demandam, quanto na forma que consideram legítimas de manifestarem.

Nesse caso, o povo que busca “parar a cidade” se choca com a super-ordem das cidades. Seriam “as cidades que nunca param”, “as cidades que não dormem”, que estão sempre com um altíssimo fluxo de circulação de pessoas e se vale de infinitos mecanismos de gestão do trânsito para impedir que as manifestações exerçam o poder de controle sobre a circulação.

Embora não tenham sido analisados, por escassez de material, diversas outras associações empresariais colocaram suas preocupações com a forma de luta que se assemelha a uma greve da cidade e as pautas relacionadas à exploração e custo de vida. Graças às manifestações, diversas escolas públicas e privadas cancelavam suas aulas, comércios e varejos fechavam suas lojas em função da debilidade social. Mesmo quando isso não acontecia, o fluxo da cidade era em alguns casos reduzidos, motivo pelo qual a ANFAVEA atribuiu a queda de vendas no mês de Junho (O ESTADO CE. 05/07/2013). Segundo o diretor da Associação Nacional de Fabricantes de Ônibus (FABUS), empresa fabricante de ônibus, as reduções tarifárias afetaram o caixa das empresas de transporte coletivo urbano, que reduziu a quantidade de vendas de ônibus em 20% a partir de Setembro (IG. 26/11/2013)⁶⁴. Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (ALSHOP) emitiu nota exigindo providências “de forma ágil e rápida em defesa do patrimônio particular e público, coibindo a ação de atos de vandalismo” para a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (ESTADÃO. 21/06/2013) quando se difundiu também saques e ataques a grandes lojas em algumas cidades. A CNC, por sua vez, alegou que as manifestações em junho ocasionaram a perda de R\$38,6 milhões para o comércio (VALOR ECONÔMICO. 09/07/2013). Ao mesmo tempo, as empresas de infraestrutura, representadas pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) temia que o foco na exploração tarifária do transporte público das manifestações levasse ao represamento de vários outros preços controlados das

64 Óbvio que do ponto de vista material, isto piorará a condição de vida das pessoas, com ônibus mais precários. Da mesma forma que os congestionamentos o fazem. Mas essas reações precisam ser compreendidas num âmbito de disputa entre frações das classes dominantes, com domesticação das vontades expressas, que afeta o conjunto de dominados (as).

empresas de infraestrutura, assim, afirmando que “o preço do serviço é o alvo errado” (ESTADÃO. 19/07/2013; ABDIB. 08/07/2013).

Ou seja, o ritmo do senso de “urgência de ação” (BRINGEL & PLEYERS, 2015) é convertido em um senso das pautas de cada uma das frações em seu favor e da necessidade de controlar e tentar domesticar a greve da cidade que se desenhava, pelo menos, no setor de serviços e comércio e causou o prenúncio de algum prejuízo às classes dominantes. Senso de urgência foi retraduzido para servir às disputas entre as frações e domesticada embaixo a partir do uso dos “mecanismos de medo” (POULANTZAS, 2000) da repressão.

A dimensão prefigurativa das classes dominantes que almeja limitar expressões do poder popular se apresenta igualmente com a visão de que o “planejamento” tecnocrático é capaz de resolver e gerir os conflitos sociais. Para além de afirmar as limitações técnicas e políticas presentes no potencial das manifestações que deveriam entrar nas instituições, ela foi utilizada quando se argumentou do sistema flexível de gerenciamento do trânsito para amenizar o impacto das manifestações nos estádios da copa das confederações e copa do mundo. Quando lemos impacto, podemos ler também poder. Domesticação é sobre conter, com ação ativa dos grupos subalternos e classes dominadas, o poder popular que esses mesmos grupos podem exercer no confronto político extra-institucional. Para isso, suas tentativas se valem de tecnologias materiais, simbólicas e dos aparelhos de Estado a sua disposição – dentre eles, os instrumentos de gerenciamento de trânsito – nos dispositivos de domesticação. São dispositivos domesticantes.

Contudo, as visões de mundo apresentadas também operam isoladamente, sobre a forma de luta e sobre o conteúdo reivindicativo, motivo pelo qual não é possível realizar uma mera dedução dos repertórios negados aos conteúdos reivindicativos suprimidos no processo de domesticação. Existem diferenças, que impossibilitam valorizar positivamente, por exemplo, manifestações ou movimentações com conteúdo abertamente fascistas por estarem em uma via pública supostamente “parando a cidade” e romper com alguma tentativa de domesticação. Afinal, seu conteúdo pode ser entendido como domesticado pela ordem. A forma e o conteúdo importam juntos e separados para o processo de domesticação.

Outra razão pela qual as intencionalidades de domesticação precisam observar separadamente esses dois pólos é que há uma divisão do trabalho entre as próprias entidades analisadas. Enquanto umas, por serem alvo direto das reivindicações e da queima de ônibus, como é a NTU, se valem de visões domesticantes na forma e no conteúdo, outras estão mais focadas no conteúdo, como é o caso da FNP. A NTU busca a todo momento reinterpretar a força social antagônica movimentada pelos grupos subalternos contra a exploração tarifária do transporte público para que ela seja autorizada a negociar e pautar a agenda pública contra a fração da indústria automobilística, se valendo das noções de responsabilização generalizada pelo motivo da revolta. Por isso, tentam responsabilizar a indústria automobilística e o Estado no nível federal, bem como a própria população quando esta não denuncia quem queima ônibus.

Já na FNP, representando a classe dos gestores, por ser uma entidade voltada para valorização da disputa entre entes da federação, se atém à domesticação do conteúdo reivindicativo pela alegação de que as reduções tarifárias produzem crises orçamentárias e instabilidade no equilíbrio financeiro. Ela adentra numa disputa não-antagônica e intra-burocrática em aliança com a NTU para dispor de maior orçamento a ser provido para as empresas de ônibus. A entidade em questão difere, portanto, de uma articulação da classe dos gestores municipais mais focada em lidar com as classes dominadas e gerir seu conflito social.

O caso da FIESP, por seu turno, assemelha-se com o da NTU, se valendo de visões domesticantes na forma e no conteúdo. Isto era algo esperado, considerando que a FIESP apresenta um projeto hegemônico mais global (BIANCHI, 2004) do que as outras entidades. Talvez, por essa razão, é essa entidade que mobiliza a visão de defesa da performance “patriótica” (ALONSO & MISCHÉ, 2015) de manifestação atrelada a uma noção de cidadania própria.

A divisão do trabalho político da domesticação existe entre as próprias entidades e seu escopo limitado do processo de domesticação impõe essas separações do que cada aparelho do Estado e fração das classes dominantes faz. Para incutir medo, a NTU precisa mobilizar o congresso e a presidência contra a queima de ônibus, realizar campanhas publicitárias em mídia de massas, ainda que as empresas concretamente

existentes em cada cidade possam operar a gestão do trânsito para minuar o poder de manifestações. A maior parte dos pronunciamentos da FIESP, por exemplo, ocorreu dentro de jornais de alta circulação em suas colunas, como a Folha de São Paulo. A associação de lojistas precisou emitir um ofício às secretarias de segurança pública, da mesma maneira que as prefeituras que integram a FNP precisam de suas secretarias de segurança pública, aliadas aos governos estaduais, para incutir medo pelos mecanismos de domesticação. Cada uma das entidades exerce seu poder de maneira distinta na domesticação, que também abarca o conjunto da estrutura do Estado capitalista. Em algumas circunstâncias elas exercem o controle sobre os aparelhos de Estado, mas em outros elas podem informar e serem informados por eles.

As intenções de domar os conteúdos reivindicativos foram acompanhadas, em boa parte das vezes, de tentativas de “interpretar” ou “traduzir” a indignação generalizada expressa nas manifestações por parte das entidades analisadas. Há um rabisco da estrutura do Estado capitalista – e seus aparelhos – que se apresenta e de um rascunho de uma quarta dimensão do poder aqui.

Na análise de Poulantzas (2000. p. 29-31), o Estado capitalista não pode simplesmente agir ideologicamente ocultando seu caráter de classe com para manter sua legitimidade, depende de uma ação positiva – nas ideias e na materialidade – que crie um consentimento ativo das classes dominadas. A consequência dessa insuficiência é que, quando estoura um conflito posto pelos (as) dominados, o Estado e seus aparelhos não irão apenas reprimir ou negar suas demandas, por que pode colocar a sua legitimidade em risco. Em seu lugar, são necessárias de ideologias de retradução⁶⁵ do conflito para que ele deixe de ser entre classes dominadas e dominantes para serem apreendidos como um conflito exclusivo entre frações das classes dominantes. Reposicionado dessa forma, ele deixa de colocar uma ameaça maior à legitimidade do Estado capitalista. O conflito é recolocado, “retraduzido”, sob outros termos e disputas para que possa ser canalizado e domado.

Esse mecanismo esteve constante e reiteradamente presente nas intenções de domesticação da NTU, buscando interpretar a indignação geral e recolocá-la para que o empresariado do transporte não lhe prejudique. Assim, eles buscam a referência da

65 Poulantzas se vale do termo “ocultamento-inversão”. Por ser uma nomenclatura confusa, optei por usar esta para denominar a mesma coisa.

massa difusa das ruas e das pesquisas de opinião pública para realizar essa interpretação das preferências das pessoas e afirmarem o que elas querem, o que almejam. Parece indicar para uma quarta face do poder e da representação. A partir das dimensões de decisão e controle de agenda em Bachrach & Baratz(2011[1962]), Miguel (2003) aponta a existência do poder e da representação numa terceira dimensão a das condições de formação de preferências. Aqui parece haver uma quarta, a de interpretação das preferências já colocadas e formuladas – mesmo que em condições injustas e desiguais. Na pesquisa elaborada, a interpretação de preferências funcionou como uma ideologia de retradução do conflito colocada pelas manifestações de junho de 2013 entre as frações dominantes do transporte público e do transporte privado, bem como entre as instâncias municipais e federais do pessoal do Estado. Mas a linha entre ambas é tênue, por que o processo de domesticação mexe com própria formulação de preferências até sua adaptação e efetivação.

Novamente, a matriz discursiva de cada uma das entidades auxilia no dimensionamento da causalidade de cada uma das visões. Algumas, delas, como as mais amplas do tempo do capital, abarcam tantas coisas que dificilmente conseguiremos estabelecer relações causais simples e diretas, com poucas mediações. Mas não significa que elas não atuem. Por outro lado, o receio de as manifestações inviabilizarem a copa do mundo e os projetos de mobilidade urbana da época tem uma causalidade muito mais direta com o contexto para as intenções de domesticação.

Esse conjunto de reflexões dá uma pequena contribuição para compreender a relação das classes dominantes com as *intencionalidades*, os *dispositivos* e a *domesticação resultante* do processo de domesticação numa discussão que conjuga um pouco mais as associações e as estruturas de dominação. Para finalizar, o que essas visões de mundo domesticantes nos dizem sobre sua relação com a democracia?

Em primeiro lugar, o critério de não produzir sobrecarga de demandas que produziria uma crise fiscal e uma crise da democracia (CROZIER; HUNTINGTON; WATANUKI, 1957) é retratada nas visões da FNP e da NTU que veem nas manifestações como fontes de desequilíbrio fiscal e financeiro das empresas e do município. Tarifa zero e as reduções tarifárias são vistas – estas até pela FIESP – como demandas demasiadamente onerosas. Caberia, então, a tentativa de domesticar o

conteúdo reivindicativo e as preferências das pessoas, inclusive forjando a legitimidade com organizações que defendem a mesma coisa que o empresariado, como o MDT, ou criando espaços de participação institucional que harmonizem os interesses conflitantes. Por isso a necessidade de se falar, o tempo todo, em opor a qualidade do serviço à tarifa de transporte coletivo urbano. Também estão neste eixo os incômodos com a burocracia pela FIESP, a defesa das desonerações fiscais como solução barata e do BRT para aumentar a rentabilidade através da aceleração de sua velocidade pela FNP e NTU, e a municipalização da CIDE pela FNP. São todos mecanismos orientados para achatar o efeito fiscal e não sobrecarregar o Estado e a democracia com em função do conteúdo reivindicativo. E, em última instância, tentar convencer os (as) manifestantes disso.

Em segundo lugar, boa parte da rejeição às formas disruptivas de luta apresentadas pela entidade são despolitizadas no sentido de uma criminalização ou de uma irracionalidade de massas. Trazendo os critérios de rompimento da ordem social e de não-violência indicados nos primeiros capítulos, as visões despolitizantes tratam o incêndio de ônibus como uma questão de segurança pública, não uma forma de pautar o transporte coletivo urbano. Isto é, não a interpretam como uma questão urbana que tem suas razões, objetivos e seus conflitos. Ainda que suas pautas sejam diversas – nem sempre pautando questões do transporte –, elas acabam sendo resumidas ao “crime”. Da mesma maneira que identificam Silva e Georjão (2017) nos jornais de Porto Alegre, o “crime comum” se torna a métrica para entender os incêndios de ônibus. Mas ela esconde uma subjetividade criminalizada negra, sistematicamente vinculada ao crime ou às organizações criminosas pelas interpretações racistas. Os repertórios de queima de ônibus, mesmo que utilizados pelas facções, não podem ser resumidas a elas e incluem a resposta às respostas a violência policial cometida em diversas comunidades e bairros de maioria negra no Brasil – reações que Junho de 2013 ajudou a serem traduzidas como políticas (JOURDAN, 2016).

Tal como os outros repertórios disruptivos, como o fechamento de vias, os black blocs e o confronto com a polícia para reagir à violência policial, também são compreendidos dentro da ótica do crime comum. Eles são traduzidos como uma vontade irracional, por um desejo de “crueldade”, sem razões específicas – sobretudo pela FIESP e NTU. Há, assim, uma atualização da discussão de irracionalidade das massas anteriormente existente que lia qualquer aglomeração de pessoas sob essa ótica. No

contexto das intenções de domesticação de manifestações, elas só se tornam irracionais quando são disruptivas, mingando o conflito. Se não fecham a rua, não atentam contra a propriedade, nem incendeiaram ônibus, suas razões são recuperadas e a emoção irracional cessa.

A forma domesticada de manifestação não se apresenta apenas na conformação à ordem, como os critérios estabelecidos pela cidadania crítica rascunharam e o trecho acima pode dar a entender. Eles exigem a imposição da ordem a quem sair dela. Ou seja, não basta se mobilizar para realizar uma manifestação ordeira e pacífica. Segundo a visão domesticante da NTU, os (as) usuários (as) necessitam denunciar quem incendeiava os ônibus e inibe o uso da violência em manifestações. Há, assim, um outro caminho no rompimento com a passividade e apatia, se trata de uma ativação política repressiva. Ela se expressou quando, por exemplo, em 2013 manifestantes defendiam que as pessoas se abaixassem quando comessem a “confusão” para entregar os “infiltrados” à polícia, quebrando a solidariedade existente entre quem está mobilizado. A visão da FIESP complementa a ativação política repressiva ao modelo de “verdadeiro cidadão” que “segura a bandeira do Brasil”, endossando que um dos modelos de manifestação domesticado consistia nas performances patrióticas de Junho de 2013 (ALONSO & MISCHÉ, 2015). Há uma simbiose do “X9” com o “cidadão patriótico” que forma uma “tecnologia de cidadania”, a qual ensina a participação ativa e a disciplina coercitivamente.

Outro sentido de despolitização presente nas visões domesticantes relaciona-se com a técnica. De acordo com a NTU, as manifestações que politizassem tudo poderiam causar a instabilidade e irracionalidades na operação do serviço. As reinterpretam para afirmar que apenas a tarifa de ônibus paga diretamente é política, ou seja, sujeita a conflito de interesses antagônicos. O resto do funcionamento do sistema de transportes, é blindado pela técnica e por uma interpretação domesticante das manifestações que as condiciona como sendo incapazes de politizar essas dimensões técnicas. Só seriam capazes de fazê-lo caso “conhecessem” os meandros da operação dele. Assumem como pressuposto de que o conflito de interesses advém do desconhecimento, não de posições estruturalmente distintas de quem usa o transporte coletivo e quem é proprietário dele.

Em terceiro lugar, rejeitados os bloqueios de via, incêndio de ônibus e as pautas de redução tarifária e tarifa zero, as manifestações são valorizadas pela entidade como uma “janela de oportunidade” que colocou em debate na agenda governamental e agenda pública o tema do transporte público, sobretudo as pautas empresariais do BRT, desonerações fiscais e tarifas focalizadas. Concomitantemente, essa oportunidade é utilizada para desautorizar ou marginalizar outra fração da classe dominante, a indústria automobilística, elegida como adversária ou sua concorrente na agenda pública. O poder de agenda (MIGUEL, 2003; BACHRACH & BARATZ, 2011[1962]) é uma das três faces do poder e da representação, sendo então central à discussão de democracia. Contudo, a NTU tenta aprisionar as manifestações única e exclusivamente em seu poder de agendar a esfera pública em favor de uma ou outra classe dominante, de maneira similar a argumentação de Habermas (1997) sobre a desobediência civil. Da parte da FNP, além de uma aliança com os proprietários dos meios de circulação contra o automóvel individual, ela se vale das manifestações para alçar na sua disputa entre a burocracia federal e as burocracias municipais para conquistar orçamento. Mesmo no âmbito de agenda, a tentativa de domesticação coloca as visões dos movimentos populares e grupos subalternos a reboque das posições do empresariado do transporte coletivo. Caberiam apenas torcer e não exercer o poder de agenda que, contraditoriamente, os bloqueios de via e ônibus incendiados permitiram.

Constantemente, a própria NTU ressalta a relevância estrutural da comunicação nas sociedades contemporâneas, motivo pelo qual a percepção que de usuários (as) do serviço seriam fundamentais para seu funcionamento. A associação também utiliza recorrentemente os verbos “interpretar” ou “traduzir” as demandas e o contexto geral do que aconteceu – algo que a FIESP também menciona – ou a indignação difusa, motivo pelo qual mobilizam constantemente pesquisas de opinião pública ou formas de forjar sua legitimidade. As práticas sociais que esses verbos ensejam, assim, uma possível quarta dimensão do poder e da representação, que consiste na interpretação de preferências, como discutido acima com base nas ideologias de retradução presentes em Poulantzas (2000) e que também deve ser compreendido como um possível eixo da democracia. Cabe, todavia, ressaltar a diferença entre interpretar as preferências genericamente e domesticá-las. Nesta última, a interpretação das preferências tenta, ao

mesmo tempo, harmonizar o conflito posto pelos movimentos populares e grupos subalternos, bem como formar as preferências do conjunto de dominados (as).

Uma última visão de mundo que traz questões mais complexas à domesticação diz respeito ao tempo. A ideologia da velocidade que trata da circulação da força de trabalho e outras mercadorias que precisa ser constantemente acelerada para que todo o conjunto das economias urbanas tenha um incremento de mais-valia relativa pela cidade. Expressada na crítica aos trancamentos de vias, “restrição ao direito de ir e vir” e greves na cidade durante as manifestações e a copa das confederações, bem como na defesa do BRT e crítica aos congestionamentos, ela impõe o tempo de circulação do capital para não autorizar que as manifestações o retardem. As manifestações que tiveram o intuito de “parar a cidade” e fazer algo similar a que faz uma greve utilizavam isso constantemente como uma chantagem pela qual exerciam força e poder, impondo outro tempo, mesmo que por alguns momentos curtos. Paralisar a cidade era necessário também para que o conjunto dos oprimidos tivessem seu tempo liberado e acelerassem suas discussões e luta sobre aquele problema cotidiano. Como poderiam centenas de milhares se formar politicamente de maneira tão intensa que não paralisando a circulação da cidade? Assim, a tentativa de domesticação impõe o tempo do capital sobre o tempo da “democracia feita na rua” para que esta não paralise.

Contudo, se por um lado ele desacelera o tempo do capital, acelera o tempo da política institucional, da conjuntura e da tramitação de projetos de lei (BALBIM. et. al. 2013), de maneira tal que organizações em rede, pouco estruturadas, mais horizontais e que buscam exercer uma democracia de base com milhares de pessoas nesses termos tem maior dificuldade para incidir. Levada para as instituições, há outro sentido da domesticação em que o tempo da “democracia feita nos gabinetes” se choca com o da “democracia feita na rua”, retirando da esfera de influência dessas organizações populares e domesticando-as a um âmbito municipal e localista de disputa, onde o tempo um pouco mais lento que as instituições nacionais. Esse é um dilema que precisa ainda ser maior aprofundado na discussão sobre domesticação.

Ao estudar a atuação do judiciário francês para colocar a greve como fenômeno social sob o julgo do direito de greve, Edelman (2016. p. 54-57) encontra o conceito de “desvio de poder” que foi utilizado para afirmar que a realização de uma greve política

– cujas pautas não diziam diretamente aos seus patrões particulares, mas ao sistema político – exerceria uma força equivalente ao Estado e transferiria este mesmo poder. Tais decisões judiciais assegurava que o direito de greve fosse usada para suprimir as demandas da própria greve, reforçando uma divisão do trabalho que não pode ser violada: a do Estado impor sua vontade sobre o conjunto de governados, entre trabalho manual e trabalho intelectual. No presente trabalho, pode se verificar um tentativas sistemáticas de domesticar as manifestações para que não exercessem esse tipo de força social e esse tipo de poder que contém o germe da substituição das instituições da democracia representativa: o poder popular.

Para a visão domesticada, os protestos devem ter uma pauta que não onere tanto o empresariado e o Estado, realizar manifestações na calçada e agir ativamente para denunciar quem ousar radicalizar ou pautar incisivamente o conflito exposto pela precariedade das condições de vida. O conjunto das classes dominadas e grupos subalternos – e suas organizações e movimentos populares – não devem ter condições organizativas de interpretar e forjar suas próprias preferências, devem sempre ser interpretados pela disputa entre elites e frações das classes dominantes. Só assim, serão verdadeiramente cívicos, “cidadãos verdadeiros” e com pouco poder. Só assim, as manifestações poderão, finalmente, expressar a coesão da ordem social e não sua possível ruptura e conflito. O ideal da domesticação revela uma manifestação aceitável quando ela não expressa conflito, não tem política e não exerce poder. A “democracia como promessa” (MIGUEL, 2018) de um sistema político sem dominação cede lugar à “democracia como ordem” (MIGUEL, 2018) na domesticação para permitir certo um conflito que se dá apenas nos termos de uma disputa entre classes dominantes, com as classes dominadas aprisionadas à condição de classes de apoio – mesmo quando se mobilizem.

Considerações Finais – Os pássaros podem enxergar e ser livres? :

“Assum Preto veve sorto

Mas num pode avuá

Mil vez a sina de uma gaiola

Desde que o céu, ai, pudesse oiá”

Assum Preto, Luiz Gonzaga.

A domesticação da vontade popular, inclusa aquela nos protestos, é uma forma de expandir a gaiola das estruturas de dominação social. Ela torna aceitável um conjunto de conteúdos reivindicados e formas de luta utilizados pelos movimentos populares e

grupos subalternos. Ao mesmo tempo, tentam sistematicamente limitar o poder que essas mobilizações populares podem exercer. Ela tem dimensões estruturais, verificadas ao longo do tempo e das discussões teóricas, presentes no Estado capitalista e na forma política das democracias realmente existentes. Há, também, dimensões conjunturais que pudemos verificar nas manifestações de 2013 no tocante a redução tarifária.

A domesticação não é um dado essencialista do mundo. Ela é edificada a partir de *intenções* que podem ou não ter sucesso nos *dispositivos* de domesticação e, enfim, se *efetivar e resultar na domesticação*. Os aparelhos de Estado e as classes dominantes agem numa dialética do confronto político, que se intensifica quando ocorre um ciclo de protestos. Isto é, ele parte da *convencionalização do protesto* para a *domesticação* do mesmo, como destacado por Tarrow (2009).

Ao longo do debate teórico da formação do Estado, progressivamente sua legitimidade passa a depender da vontade popular e do conflito que lhe é colocado. Na formação dos Estados nacionais implica numa modularidade dos repertórios, capaz de se adaptar a vários conflitos distintos. Na discussão da democracia realmente existente, de maneira semelhante desde os federalistas, que procuram aceitar a vontade popular mas rejeitar a democracia e controlá-la institucionalmente por diversos meios. Ou em Schumpeter, cuja proposta de democracia elitista excluía quaisquer outras formas de participação política que não a eleitoral para preservar a divisão do trabalho político entre representantes e representados. Nessa abordagem teórica, a apatia e passividade política é valorizada.

Na segunda metade do século XX, abordagens teóricas como as da cidadania crítica veem na repetição da frequência de *surveys* uma convencionalização da participação política extra-institucional, expressando um rompimento com a passividade política anterior. Os (as) cidadãos (ãs) estariam orientados por valores democráticos e, por isso, não poriam em cheque as democracias-liberais. Contudo, são elencados uma série de critérios que indicam qual o critério de aceitabilidade desses protestos, como a não-violência, a não substituição das instituições e do exercício do poder, as demandas pós-materiais, obediência à lei e uma orientação instrumental de meios a fins. Em abordagens alternativas, como a deliberacionista de Habermas (1997), ainda que reconheçam a legitimidade da desobediência civil, condicionam ela na sua possibilidade

de estimular o debate e os fluxos de comunicação para a mídia hegemônica e instituições da democracia representativa – bem como a não-violência.

Alguns debates históricos no Brasil também auxiliam a compreender a domesticação. O processo sistemático de domesticação ser condicionada a uma base de subjetividade domesticada, que condiciona a aceitação de protestos às clivagens raciais e de gênero também. Seja pela aceitação de fraternidades e nações étnicas em detrimento de outras formas de socialização negra (NASCIMENTO, 2016) no Estado colonial, imperial e regencial, passando pela criminalização da vadiagem, capoeira e terreiros – este último que se estende até hoje – no Estado novo com a ideologia da democracia racial, e hoje nos processos de seletividade penal e prisional do sistema jurídico. No âmbito de gênero, tanto as greves de mulheres na Bahia em 1919, quanto a concessão de sufrágio para mulheres eram sistematicamente negadas em função de uma “ameaça à família e à ordem” e o exercício de uma autoridade familiar patriarcal sobre as mulheres, respectivamente. Suas próprias subjetividades eram criminalizadas, de maneira que qualquer protesto ou boa parte deles também o seriam.

Os debates realizados também sobre o corporativismo no movimento sindical instaurado no Estado novo trazia o debate para o nível organizativo, de formas de organização aceitáveis pela institucionalidade do Estado e as que não – ao mesmo tempo que garantiam suas formas de organização. O ciclo de protestos do “novo sindicalismo” rompe com algumas dessas formas domesticadas e inicia um outro ciclo, no qual chegam também ao ciclo de lutas do governo que nos traz o debate da materialidade na economia quando sindicatos de trabalhadores (as) passam a gerir fundos de pensão, criando pressões para a domesticação organizativa. Por fim, as reflexões recentes sobre o Estado heterogêneo, mútua constituição do Estado e sociedade e repertórios de interação entre movimentos sociais e Estado complexificaram as relações de domesticação. Ainda que não possa se falar de uma submissão absoluta à ordem, deixaram alguns elementos para o debate sobre a domesticação que foram pouco explorados.

Houveram alguns fenômenos irmãos à domesticação como burocratização, instrumentalização midiática, confluência perversa, que esta pesquisa tentou iniciar uma discussão. Tratam-se de fenômenos nos quais há formas de limitação ao exercício

de poder pelas organizações populares e grupos subalternos. Entendendo a dominação como um exercício assimétrico de autoridade e relações de mando e obediência que estabelecem formas e conteúdos legítimos de ação. A dominação foi, então, situada no contínuo entre dominação, num extremo, e autogestão que é atravessada por estruturas sociais sistemáticas.

Compreendemos a domesticação como uma forma de consentimento ativo à ordem, imposta pelas classes dominantes e seus aparelhos de Estado, agindo para conformar-se conscientemente às formas e conteúdos de luta aceitáveis. Ela integraria as formas de dominação existentes que minam o exercício do poder pelos grupos subalternos e reforçam a divisão do trabalho político entre governantes e governados. Operaria tanto num nível organizativo, num nível de repertórios, operando material e simbolicamente para produzir subjetividades domesticadas. Diferente da mera criminalização, bebe dela “os mecanismos de medo” de Poulantzas (2000) para disciplinar também.

Foram analisados, então, as intenções de domesticação informadas pelas visões de mundo de entidades representantes de frações das classes dominantes, como a NTU, FNP e FIESP. O empresariado importa nas tentativas de domesticação, em específico as duas frações principais identificadas de gestores municipais das cidades e o empresariado do transporte coletivo urbano, por que o Estado e seus aparelhos dependem estruturalmente deles na posse de meios de dominação administrativa, por parte dos gestores, e na função de locomover massivamente a força de trabalho pelas cidades. Outro de seus mecanismos está situado na capacidade de influência como lobby, balizados pela dependência estrutural mencionada anteriormente. As manifestações de 2013 são compreendidas, portanto, enquanto um processo em aberto (BRINGEL & PLEYERS, 2015) com das intenções de domesticação.

Em meio a todo o debate, o que pudemos depreender sobre a relação entre democracia e domesticação a partir das visões de mundo das entidades representantes das classes dominantes? O que as visões domesticantes analisadas ajudam a entender sobre as manifestações de 2013?

Para realizarmos essas discussões, devemos realizar a discussão no âmbito da domesticação conteúdo reivindicativo e nas formas de luta. A análise das visões de

mundo nos sugerem que existe uma divisão do trabalho político nas intenções e dispositivos de domesticação, uma vez que só a NTU enfatizou tanto nas formas de luta, quanto nos conteúdos reivindicativos em todos os aspectos. As outras entidades identificavam mais as formas de luta em níveis de alta abrangência que a associavam ao tempo de circulação do capital travado pelas manifestações nas cidades ou à instabilidade social. A FNP, por sua vez, se valeu muito mais de visões para domesticar o conteúdo reivindicativo, enquanto seus prefeitos localmente discorriam sobre a forma das manifestações.

Está para além da simples separação entre trabalho manual e trabalho intelectual que marca o Estado capitalista, mas uma divisão que abarca os diferentes aparelhos de Estado. Sob algumas circunstâncias as frações de gestores e empresariado analisadas dispõe de mecanismos diretamente atrelados a elas para domesticar, como aqueles das tecnologias de engenharia de trânsito e de vigilância de benefícios sociais ou os conselhos participativos na pauta do transporte público. Mas elas ainda dependem em larga medida da mídia de massas, de sua inserção nas redes sociais, das escolas, da polícia, das secretarias municipais e estaduais – não apenas sua articulação nacional, como é a FNP –, das casas legislativas.

Debatendo as manifestações de 2013, contudo, se falou enfaticamente do papel que a mídia teve nas intenções de domesticação. A virada evidente a todos e todas na cobertura midiática hegemônica, que deixa de criminalizar as manifestações para passar a apoiá-las alterando suas pautas e formas (LIMA, 2013. p. 92; INTERVOZES, 2014) que levou a realização de diversos estudos sobre a relação entre os protestos daquele ano e os meios de comunicação – impresso, alternativo, televisivo e redes sociais – não foi à toa. Este aparelho de ideológico do Estado parece ter primazia no processo de domesticação, uma vez que mesmo as visões domesticantes das entidades das classes dominantes que foram estudadas dependem dele para serem feitas.

São profundamente necessários ainda estudos que relacionem eles entre si, integrando esforços junto às pesquisas já realizadas sobre criminalização às manifestações daquele ano e os aparelhos repressivos, olhando para os seus “mecanismos de medo” (POULANTZAS, 2000). Essa integração analítica tende a ser bastante proveitosa e produtiva, visto que a mídia compartilha de um ideário de “crime

comum” (SILVA & GEORJÃO, 2017), tanto quanto as frações das classes dominantes pesquisadas. Da mesma maneira, precisam ser interligados sobre como as intenções de domesticação que foram operadas no conteúdo reivindicativo traduziram decisões nas casas legislativas federais, estaduais e municipais, bem como às políticas públicas resultantes das manifestações.

Outros caminhos de pesquisa possíveis para aprofundar e discutir o fenômeno da domesticação – e seus fenômenos irmãos de limitação do poder popular – são observar mais detidamente sobre os três campos mobilizados naquele contexto, o autonomista, socialista e patriótico (ALONSO & MISCHÉ, 2015). Cada qual, provavelmente deve guardar uma relação de domesticação específica, sendo o patriótico aquele que parece o mais explícito e conformado a ordem – como verificado no modelo de ativação política repressiva dos “verdadeiros cidadãos”. Soma-se a isso a necessidade de debater a relação dos afetos com a domesticação e a diversidade regional do que foram as manifestações de Junho de 2013 – embora sua interpretação envolva constantemente.

A operacionalização do conceito de domesticação de protestos utilizado aqui se mostrou profundamente relacional, de modo que as visões domesticantes são sempre afirmadas em relação ao conflito realmente existente das classes dominantes entre si e, destas com as classes dominadas e grupos subalternos. Na NTU, há referências indiretas ao MPL e a sua pauta de tarifa zero, tratado como uma minoria que deslegitima o lucro do empresário. Quando intencionam domesticar os bloqueios de vias, estão falando não só do MPL, como do MTST e Comitês Populares da Copa que manifestavam próximo aos estádios. Na FNP, igualmente menções indiretas a pauta de tarifa zero do MPL, bem como às massas de manifestantes. A FIESP, por outro lado, apreendem mais as multidões, “desordeiras” e “vândalas”, opondo-as ao cidadão nacionalista. Em todas elas essas multidões aparecem, como aquelas que foram responsáveis por irem às ruas – e da qual não conseguem se livrar – e pelos incêndios de ônibus. As matrizes discursivas das classes dominantes interpelam as classes populares e grupos subalternos pelas suas organizações – ainda que não as mencione diretamente – e pela concepção de multidão, caótica, desordeira, que rompe a ordem. Interpelam o que, para as organizações, é o poder popular e a sua base, as multidões. Mas é relacional também em referência às próprias frações dominantes representadas nas entidades. A FIESP defendia o controle de tarifas reguladas ao mesmo tempo em que defende a forte

repressão e domesticação as manifestações de 2013 e greves de 2014. As entidades locais da NTU são mais incisivas na criminalização explícita e rejeição maior da Tarifa Zero do que a entidade nacional, como seções das publicações indicavam. A FNP sofre pressão popular maior do que a NTU, dado que seus associados precisam responder às eleições, e por isso buscam o conflito interfederativo para resolver o problema, por cima, como gestores.

Ou seja, domesticação é uma categoria moldada no e pelo conflito. Entre as próprias classes dominantes e dessas com as classes populares. Ela indica também como a domesticação pode operar atravessando as fronteiras da institucionalidade e para fora dela. Isso foi exemplificado na formulação teórica mais ampla sobre a relação entre aceitabilidade do sufrágio de determinados grupos excluídos e a aceitabilidade de protestos e subjetividade desses mesmos grupos. Igualmente apareceu nas posições que atribuíam a conselhos municipais de transporte o papel de harmonizar o conflito e os interesses escancarados nas manifestações.

Há, por fim, uma compreensão de que existe uma mútua constituição (LAVALLE & CARLOS & DOWBOW & SZWAKO, 2019) entre os atores elencados e o Estado, dada a referência recíproca de uns aos outros, mesmo que ocorra em formas que se deem, prioritariamente por fora das instituições. A apreensão sociológica de mútua constituição não implica, necessariamente, em não pesquisar e compreender as formas mais conflitivas de participação política. Nesse sentido, convém também ressaltar que o conceito não inscreve a alcunha de “manipulado sem agência” em quem é alvo das intenções, dispositivos e resultado domesticante. O último momento desse processo exige um consentimento ativo e uma subjetividade que a atenda. A lacuna existente acerca dos fenômenos que limitam o poder dos movimentos populares e grupos subalternos nos estudos sobre movimentos sociais pode e deve ser estudada, não sendo excludente a compreensões relacionais e de mútua constituição.

Para a teoria democrática, a domesticação indica a existência de mecanismos que buscam limitar o poder exercido pelos protestos por diversos meios. Alguns deles tem por fito achatar demandas onerosas pois produziriam crises fiscais, como no caso das demandas por BRT, desonerações e tarifa social no lugar de tarifa zero e reduções tarifárias. Outros entendem que o rompimento com a passividade política deve ser não

uma cidadania crítica, mas uma cidadania repressiva, que segue a ordem e denuncia quem a rompe. Que ela não pode esboçar um germe de rompimento com a divisão do trabalho entre governantes e governados demonstrado no ato de “parar a cidade” pela democracia feita na rua, em função do tempo de circulação das mercadorias na cidade. Protestos disruptivos endossariam uma noção de irracionalidade e crise, motivo pelo qual deveriam ser contidos. Por fim, algumas visões sugerem que elas devem se limitar à sua capacidade de pautar a agenda em favor de uma ou outra elite, ou uma ou outra fração das classes dominantes. A “democracia como ordem” (MIGUEL, 2018) ganha primazia para limitar o potencial conflitivo e o poder das manifestações.

O uso recorrente de verbos como “traduzir” e “interpretar” a vontade popular difusa e indignação generalizada indicaram também uma quarta face do poder e da representação. Por mais que a formulação de preferências seja uma dimensão consistente da democracia. Formuladas, elas precisam ser interpretadas de alguma maneira e por um conjunto de atores. Os sistemas eleitorais, as pesquisas de opinião pública, os plebiscitos, manifestações são alguns dos meios pelos quais elas podem ser expressadas. Posteriormente, elas precisam ser também interpretadas e recolocadas com as ideologias de retradução do conflito (POULATNZAS, 2000). Compreender isto ajuda a identificar os processos pelos quais revoltas iniciadas contra as estruturas de dominação tem descambado para resultados reacionários ou limitados. Pode ajudar também a compreender características globais dessa onda de manifestações globais iniciadas na primavera árabe, em que a indignação difusa e generalizada, com ampla quantidade de pautas e bandeiras é um elemento comum.

O caráter processual da domesticação, que indica transformação e mudança, pode viabilizar entender os caminhos que foram trilhados anterior ao rompimento do consenso lulista, onde as teses de consentimento passivo das massas (SINGER, 2015) e apassivamento das direções (BRAGA, 2016) identificando os mecanismos pelos quais isso aconteceu. Conjunturalmente, também pode permitir compreender as conexões que existem entre as manifestações de 2013 e as de 2015, para compreender se a domesticação tem alguma utilidade para explicar as alterações e continuidades entre os dois padrões de protestos e a virada reacionária mais recente. Cabe ressaltar, que o modelo domesticado de protesto não se restringe ao transporte público e 2013, mas reapareceu sob a forma mais acabada em manifestações empresariais, como aquelas em

que funcionários foram coagidos (as) a se posicionar em favor de Bolsonaro nas eleições de 2018 (PÚBLICA. 19/10/2018), ou quando o presidente da Riachuelo organizou uma manifestação, com coação e consentimento ativo, de seus empregados junto ao MBL contra decisões judiciais que defendiam os direitos de seus trabalhadores (as) (VALOR ECONMICO. 21/09/2017). Sob auxílio do conceito de domesticação poderíamos nos indagar, finalmente: por que o enquadramento de revolta contra a carestia da vida não teve primazia sobre o enquadramento da corrupção? Algo que serve de ponta pé também para as próximas pesquisas e pode nos ajudar o conjunto dos movimentos populares a construir um poder que lhe seja próprio.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ABDIB. **O preço do serviço é o alvo errado.** 08/07/2013. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/2013/07/08/o-preco-do-servico-e-o-alvo-errado/>;

ABERS, Rebecca. VON BULOW, Marisa. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n o 28, set./dez. 2011, p. 52-84

ABERS, Rebecca. SERAFIM, Lizandra. TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de Interação Estado-sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula.** *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, n o 2, 2014, pp. 325 a 357.

AELST, Peter Van; WALGRAVE, Stefaan. **Who is that (wo)man in the street? From the normalisation of protest to the normalisation of the protester.** *European Journal of Political Research* 39: 461–486, 2001.

AGÊNCIA PÚBLICA. **O Big Brother morreu: Uma entrevista ilustrada: de um lado um pingue-ponge, de outro uma leitura artística das câmeras de vigilância.** 31/01/2017. Disponível em: <<https://apublica.org/vigilancia/o-big-brother-morreu/>>; Acesso em: 03/03/2019.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Justiça restabelece reajuste das passagens do transporte público no DF.** 24/01/2017. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/01/24/justica-restabelece-reajuste-das-passagens-do-transporte-publico-no-df/>>; Acesso em: 03/03/2019.

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. **Conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas.** *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012

ALMEIDA, Débora Rezende de. **Representação além das eleições: Repensando as Fronteiras entre Estado e Sociedade.** Paco Editorial: Jundiaí, 2015.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes in Five Western Democracies.** Princeton University Press: Princeton, 1963.

ALONSO, Angela & MISCHÉ, Ann. **Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in The New Brazilian Protests.** *Bulletin of Latin American Research*, 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Editorial Presença/Martins Fontes: Lisboa, s/d.

ANTP. **Fórum de Secretários e Dirigentes: apresentação**. s/d. Disponível em: <<http://www.antp.org.br/forum-de-secretarios-e-dirigentes/apresentacao.html>>;

ANTP. **Frente de prefeitos quer inclusão de pagamento de precatórios na pauta eleitoral**. 21/05/2014. Disponível em: <<http://www.antp.org.br/noticias/clippings/frente-dos-prefeitos-quer-inclusao-de-pagamento-de-precatorios-na-pauta-eleitoral.html>>; Acesso em: 17/10/2019.

AUGUSTIN, André Coutinho. “**Para além dos 20 centavos: a mobilidade urbana sob o ponto de vista da crítica da economia política**”. *Marx e o Marxismo* v.6, n.11, jul/dez 2018.

AVELINO, Nildo. **Governamentalidade e democracia liberal: novas abordagens em teoria política**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 81-107.

Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU). **Revista NTUrbano. Em que medida a mobilidade afeta a competitividade?** Brasília: Ano 1, Número 3, Mai/Jun 2013.

_____. *Revista NTUrbano. O transporte público que o Brasil quer*. Brasília: Ano 1, Número 4, Jul/Ago 2013b.

_____. *Revista NTUrbano. Faixas exclusivas: proposta emergencial para a qualificação do transporte público*. Brasília: Ano 1, Número 5, Set/Out. 2013c.

_____. *Revista NTUrbano. Ano de destaque para o setor e perspectivas para 2014*. Brasília: Ano 1, Número 6, Nov/Dez. 2013d.

_____. **Mobilidade Sustentável para um Brasil Competitivo**. Brasília, 2013e.

_____. *Anuário NTU:2013-2014*. Brasília, 2014.

_____. *Carta Aberta aos Candidatos à Presidência da República*. Brasília, 2014b.

Revista NTUrbano. **Quem paga a conta do transporte público por ônibus no Brasil?** Ano II, Número 7, Jan/Fev, 2014c.

Revista NTUrbano. **Transporte público: um legado que vai além de 2014.** Ano II, Número 8, Mar/Abr, 2014d.

Revista NTUrbano. **Ataques a ônibus sobem mais de 200% desde início de 2013.** Ano II, Número 9, Mai/Jun, 2014e.

Revista NTUrbano. **Como atender as demandas sociais referentes ao transporte público?.** Ano II, Número 10, Jul/Ago, 2014f.

Revista NTUrbano. **O transporte público coletivo na pauta de quem?** Ano II, Número 11, Set/Out, 2014g.

Revista NTUrbano. **Retrospectiva 2014** Ano II, Número 12, Nov/Dez, 2014h.

Anuário **NTU:2014-2015.** Brasília, 2015.

. **FSB Pesquisa: Situação econômico-financeira das empresas de transporte público urbano.** Brasília: 2017.

BACHRACH, Peter & BARATZ, Morton. **Duas faces do poder.** *Revista de Sociologia Política*, vol. 19, n.40, pp.14-157. 2011[1962]

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods: foundations and guidelines.** The University Michigan Press: United States of America, 2013.

BELAN, Bárbara Bressan. **A Cobertura da Mídia Impressa na Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014: liberdade de expressão nas Manifestações Sociais.** Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Comunicação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru, 2016.

BELTRAME, Vanessa. **Cidadania e noticiabilidade: o protesto como conflito e infração nos jornais impressos brasileiros (1983-2013)**. Dissertação de Mestrado no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

BERNADINO-COSTA, Joaze. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil**. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 30 Número 1 Janeiro/Abril 2015.

BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2009.

BOITO JR., Armando. **Os atores o enredo da crise política**. In: JINKINGS, Ivana & DORIA, Kim & CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2016.

BORBA, Julian. **Participação política: uma revisão dos modelos de classificação**. *Revista Sociedade e Estado* – v.27, n.2, maio/agosto, 2012.

BIANCHI, Álvaro. **Political Science contra a democracia**. *Opinião Pública*. Campina, Vol. 17, no1, Jun. 2011. P. 76-105.

_____. **O Ministério dos Industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

BRAGA, Ruy. **Terra em trase: o fim o lulismo e o retorno da luta de classes**. In: SINGER, André & LOUREIRO, Isabel (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2016.

BRASIL. Câmara Dos Deputados. **Projeto de Lei 5952/2013**. Dispõe sobre a responsabilidade civil da União pelos danos causados por movimentos multitudinários. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracodteor=1109215&filenome=PL+5952/2013>; Acesso em: 18.06.2020.

_____. **Projeto de Lei 7462/2014**. Altera a Lei no 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui as Diretrizes da Política Nacional da Mobilidade Urbana. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=227330059BB8F9EE06C7515AFA76CDED.proposicoesWebExterno1?codteor=1248743&filename=PL+7462/2014>; Acesso em: 18.06.2020.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei 508/2013**. Tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=595772&ts=1577972536898&disposition=inline>>; Acesso em 18.06.2020.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei 499/2013**. Define crime de terrorismo e toma outras providências. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3753898&ts=1586469273971&disposition=inline>>; Acesso em: 18.06.2020.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. **Junho de 2013...2 anos depois**. *Revista Nueva Sociedad*, Outubro de 2015.

BROOCKMAN, David E.; SKOVRON, Christopher. **Bias in perceptions of public opinion among public elites**. *American Political Science Review* (2018) 112, 3, p. 542-563.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro. et. al. **Tarifação e financiamento do transporte público urbano**. Brasília: IPEA, 2013 (Nota técnica, nº2).

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia. UFBA: Salvador, 2001.

_____. **Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.25, nº50, p. 131-166. 2005.

_____. **Agripino de Nazareth e o movimento operário da primeira república**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº64, p. 77-99.

CORDEIRO, Maria Sirleidyde Lima. **Encapsulamento Anafórico e Frames no Discurso Jornalístico**. Dissertação no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

CARIBÉ, Daniel. **Bolsonaro: o início da revolta a favor da ordem**. Em Passa Palavra: 02/08/2018. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2018/08/122012/>>. Acesso em: 28/08/2019.

CARLOS, Euzenia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUER, Maria do Carmo Alves. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: proposições analíticas e desafios metodológicos**. 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. ST13 – Entre as ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação de movimentos sociais. 2016.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora Todavia: São Paulo, 2018.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Conselho da Cidade discute custos de congelamento da tarifa**. 2013. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=150325>>; Acesso em: 17/10/2019.

_____. **Estudo da FGV diz que aumento da gasolina pode reduzir tarifa de ônibus**. 2013b. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=154318>>; Acesso em: 21/10/2019.

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2019**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019>>; Acesso em: 04.08.2020.

CORRÊA, Felipe. **Bandeira negra: rediscutindo o anarquismo**. Editora Prismas: Curitiba, 2015.

CORRÊA, Felipe. **A lógica do Estado em Bakunin**. Em: MATEUS, João Gabriel da Fonseca; ATAIDES, Marcos Augusto Marques (org.). *A destruição do leviatã: críticas anarquistas ao Estado*. Editora Faísca: São Paulo, 2014.

COSTA, Marcos Rogério Martins. **Perfis do Ator Coletivo ‘Manifestante de Rua’: das Jornadas de Junho aos Protestos de Março de 2015**. Tese no Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

CNN Brasil. **Protesto de 2013 colocaram Copa de 2014 em Risco, afirma ex-ministro do Esporte**. 26/07/2020. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/2020/07/26/protestos-de-2013-colocaram-copa-de-2014-em-risco-afirma-ex-ministro-do-esporte>>; Acesso em: 13.08.2020.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the trilateral comission*. New York University Press: 1975.

CRUIKSHANK, Barbara. *The will to empower: democratic citizens and other subjects*. Cornel University Press: London, 1999.

CUNHA FILHO, Otávio. Em Audiência Pública “Política Nacional de Transporte Público” na Câmara dos Deputados. Video em arquivo próprio. 09/07/2013.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa**. *Política & Sociedade*, n. 5, p. 137-161, 2004.

DALTON, Russel J.; SHIN, Doh Chull. **Reassessing the civic culture model**. In: DALTON, Russel J.; WELZEL, Christian. *The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens*. Cambridge University Press: New York, 2014.

DANTAS, Monica Duarte & COSTA, Vivian Chiergegati. **O ‘pomposo nome de liberdade do cidadão’: tentativas de arregimentação e coerção de mão-de-obra livre no Império do Brasil**. *Estudos Avançados*, 30 (87) , 2016

DEAN, Jodi. *Crowds and partys*. Verso: London & New York, 2016.

DELORENZO, Adriana Garcia Torres. **Internet e ativismo: os protestos de junho de 2013 no Brasil**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. Santo André, 2015.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. **Do que o Brasil Precisa**. 24/06/2013. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/artigo/do-que-o-brasil-precisa/>>; Acesso em: 05/02/2020.

DIÁRIO DO TRANSPORTE. **Biometria facial em ônibus do Distrito Federal bloqueia quase 14 mil cartões em 3 meses**. 24/07/2018. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2018/07/24/biometria-facial-em-onibus-do-distrito-federal-bloqueia-quase-14-mil-cartoes-em-3-meses/>>; Acesso em: 03/03/2018.

DIEESE. **Balanco de greves em 2013**. *Estudos e pesquisas*. Nº 79 – dezembro de 2015.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Editora Relumé-Dumara, ANPOCS: Rio de Janeiro, 1995.

DOKONAL. **A economia das lutas do transporte**. 27/07/2014. Disponível em: <<http://tarifazero.org/2014/07/27/a-economia-das-lutas-do-transporte/>> ;

EBC. **“Haddad volta a defender municipalização da Cide para financiar transporte público”**. Publicado em 13/08/2013. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/08/haddad-volta-a-defender-municipalizacao-da-cide-para-financiar-transporte>>; Acesso em: 19/01/2019.

EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. Editora Boitempo: São Paulo, 2016.

ELLWAGNER, Tiana Maciel. **Manifestações de Junho 2013: como experienciamos, esquecemos e lembramos na contemporaneidade**. Dissertação no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura (Mídia e Mediações socioculturais) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

ERRANDONEA, Alfredo. **Sociologia de la dominacion**. *Nordan-comunidad*: Montevideo, 1989.

ESTADÃO. **“Retrospectiva 2011: Marcha contra a corrupção mostra força das mídias sociais”** 16.12.2011. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,retrospectiva-2011-marcha-contra-a-corrupcao-mostra-forca-das-midias-sociais,811952>>; Acesso em: 26.12.2018.

ESTADÃO. **Empresários pedem mais desoneração para reduzir tarifas**. 04/07/2013. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,empresarios-pedem-mais-desoneracao-para-reduzir-tarifas,1050152>>; Acesso em 24/10/2019.

ESTADÃO. **Aprovação de regime pode reduzir tarifa, diz Fortunati**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,aprovacao-de-regime-pode-reduzir-tarifa-diz-fortunati,1044330>>; Acesso em: 24/10/2019.

_____. **Dilma se reúne com MPL nesta 2ª; prefeitos também serão ouvidos e pedirão ajuda**. 23/06/2013. Disponível em: <<https://outline.com/VESCzx>>; Acesso em: 24/10/2019

ESTADÃO. **Sem IPTU mais alto, Haddad terá que barrar desapropriações de obras em saúde e transportes**. 08/01/2014. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sem-iptu-mais-alto-haddad-tera-que-barrar-desapropriacoes-de-obras-em-saude-e-transportes,1116183>>; Acesso em: 17/10/2019.

_____. **Não somos os vilões da sociedade**. 30/06/2013. Disponível em: <<https://outline.com/N7Tukz>>; Acesso em: 06/11/2019.

_____. **Entidade pede ação contra saques a lojas.** 21/06/2013. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,entidade-pede-acao-contr-saques-a-lojas-imp-,1045030>>. Acesso em: 07/10/2019.

_____. **Resposta aos protestos é equivocada, dizem empresas de infraestrutura.** 19/07/2013. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,resposta-aos-protestos-e-equivocada-dizem-empresas-de-infraestrutura,159610e>; Acesso em: 30/09/2019.

E FERREIRA, Tainá. **Das ruas para o sistema penal: outsiders e mídia no contexto das manifestações urbanas.** Dissertação no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

FERREIRA, Tânia Regina Exposito. **O ator da enunciação das manifestações de Junho de 2013 na cidade de São Paulo, construído pela mídia.** Tese no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2016.

FERNANDES, Eduardo Georjão & TEIXEIRA, Alex Niche. **Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização.** *Revista Sociedade e Estado* – Volume 33, Número 3, Setembro/Dezembro 2018.

FIDELIS, Fernanda & LOPES, Flor Marlene E. **Jornadas de Junho de 2013: formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do facebook.** *Universitás: Arquitetura e Comunicação Social*, v. 12, n. 1, p. 37-53, jan./jun. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Coluna: STEINBRUNCH, Benjamin. **“Esqueceram da Burocracia”.** 16.07.2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/119178-esqueceram-da-burocracia.shtml>>; Acesso em: 06.01.2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Coluna: STEINBRUNCH, Benjamin. **“Violência e direitos”.** 03.06.2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/06/1464018-violencia-e-direitos.shtml>>; Acesso em: 06.01.2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Em Brasília, Haddad defende projeto que desonera tributos do transporte.** 02/07/2013. Disponível em: <https://outline.com/8dCTDn>; Acesso em: 24/10/2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **‘Cansei de reclamar dos políticos, não adianta’, diz Paul Skaf em entrevista.** 07/09/2014. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/09/1511143-cansei-de-reclamar-dos-politicos-nao-adianta-diz-paulo-skaf-em-entrevista.shtml>>; Acesso em: 24/01/2020.

FUCHS, Dieter; KLINGEMANN, Hans-Dieter. **Citizens and the State: A Changing Relationship?** In: KLINGEMANN, Hans-Dieter; FUCHS, Dieter (orgs.). *Citizens and the state*. Oxford University Press: New York, 1995.

FSB PESQUISA. **Situação Econômico-financeira das empresas de transporte público urbano**. Editora NTU: Maio, 2017. Disponível em: <<https://www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub636320171129337032.pdf>>;

FNP. s/d. Disponível em: <<http://fnp.org.br/fnp/historico>>;

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP). **Relatório de gestão: 2013-2014**. Brasília, 2015.

_____. **Multi cidades: finanças dos municípios do Brasil**. Vitória, 2014.

FRISCHTAK, C; PINHEIRO, ARMANDO C. P. **Mobilidade urbana: desafios e perspectivas para as cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, FGV/IBRE, 2015.

G1 RIO. **Cinco anos após os protestos por R\$0,20, ônibus do Rio somam 6 aumentos de tarifa e prisões por corrupção**. 13/06/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cinco-anos-apos-protestos-por-r-020-onibus-do-rio-somam-6-aumentos-de-tarifa-e-prisoas-por-corrupcao.ghtml>>;

G1 Rio. **Novas linhas alimentadoras do BRT entram em circulação neste Sábado**. 13.12.2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/novas-linhas-alimentadoras-do-brt-entram-em-circulacao-neste-sabado.html>; Acesso em 09.10.2020.

G1 Rio. **BRT suspende linhas e inaugura novas a partir desta segunda-feira no Rio**. 11.05.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/11/brt-suspende-linhas-e-inaugura-novas-a-partir-desta-segunda-feira-no-rio.ghtml>; Acesso em: 09.10.2020.

GALHARDI, Eurico Divon ;CNT; NTU. **As Fogueiras da Insensatez: por que queimam os ônibus no Brasil**. Brasília: CNT; NTU, 2018.

GEERTZ, Clifford. **Thick description: toward an interpretive theory of culture**. Em: *The interpretation of cultures: selected essays*. Basic Books: New-York, 1973. pp. 3-30.

GOERTZ, Gary & LEVY, Jack S. *Explaining war and peace: case studies and necessary condition counterfactuals*. Routledge: USA, CANADA, 2007.

GOMES, Angela de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 31-58.

GRAEBER, David. **Um projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento**. Editora Paz & Terra, São Paulo/Rio de Janeiro, 2015.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Tecnoburocracia e classe social: algumas questões conceituais e mobilidade interna**. *Revista Administração de Empresas*, São Paulo, 32(1):60-66, jan/Mar. 1992.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Classes, raça e democracia*. Editora FUSP: São Paulo, 2002.

GURÃO, Bruno Fonseca. **Junho de 2013: o mês que não começou**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: Entre facticidade e validade**. Editora Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1997

IG BRASÍLIA. **Após protestos, governos tentam vencer resistência de governo a pleitos antigos**. 24/06/2013. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-24/apos-protestos-prefeitos-tentam-vencer-resistencia-do-governo-a-pleitos-antigos.html>>; Acesso em: 17/10/2019.

IG. **Vendas de ônibus caem após redução das tarifas**. 26/11/2013. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/noticia/observatorio/2013-11-26/vendas-de-onibus-caem-apos-reducao-das-tarifas.html>>; Acesso em: 17/10/2019.

INGLEHART, Ronald. **The silent revolution: changing values and political styles among western publics**. Princeton University Press: Princeton, 1977.

INTERVOZES. *Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos Jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*. Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervozes: São Paulo, 2014.

JAKOBSEN, Tor Georg; LISTHAUG, Ola. **Social change and the politics of protest**. In: DALTON, Russel J.; WELZEL, Christian. *The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens*. Cambridge University Press: New York, 2014.

- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. Editora Braziliense: São Paulo, 1987.
- JOURDAN, Camila. **2013: Memórias e Resistências**. Editora Circuito: Rio de Janeiro, 2018.
- JUNDESNAIDDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. Editora Veneta: São Paulo, 2013.
- KLINGEMANN, Hans-Dieter. **Dissatisfied democrats: demoratic maturation in old an new democracies**. In: DALTON, Russel J.; WELZEL, Christian. *The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens*. Cambridge University Press: New York, 2014.
- LAVALLE, Adrian Gurza & CARLOS, Euzenia & DOWBOR, Monika & SZWAKO, José. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Eduerj: Rio de Janeiro, 2019.
- LEWBOW, Richard Ned. **Constitutive Causality: imaginal spaces and political practices**. *Millennium: Journal of International Studies* Vol.38 No.2, pp. 211–239, 2009.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia, rebeldia urbana e crise da representação**. In: MARICATO, Emínia [et. al.]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e As Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil*. Boitempo; Carta Maior: São Paulo, 2013.
- LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. **Sufrágio universal, mas...só para homens. O voto feminino no Brasil**. *Revista de Sociologia e Política*. v. 27, n. 70, e003, 2019.
- LUZ, Anderson Cavalheiro da. **As manifestações políticas em junho de 2013 no Brasil: análises que polarizam as redes de internet**. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2015.
- MANIN, Bernard. **A democracia do público reconsiderada**. *Revista Novos Estudos*, 97, nov. 2013[2012].
- MANOLO. **Transporte coletivo e luta de classes: um panorama da questão**. *Cadernos do CEAS*, n.o226, abr./jun. 2007, p. 57-84.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. **Rompendo paradigmas através da luta: a greve das/os tecelãs/ões em setembro de 1919 (Salvador-Bahia)**. *Antíteses*, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 1027-1046

MEDEIROS, Nayara F. Macedo de. **Democracia do proletariado: elementos para a reconstrução de uma teoria democrática marxista**. Em: MACHADO, Carlos; MARQUES, Danusa; TAVARES, Francisco Mata Machado; TRINDADE, Thiago (Org.). *Democracia e desigualdade: registros críticos*. Editora Zouk: Porto Alegre, 2017.

MELLO, Diego Fernandes de & SILVA, Marcelo Moraes e. **A capoeira no contexto do Estado Novo: civilização ou barbárie?** *Movimento & Percepção*, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 9, n. 13, Jul./Dez. 2008.

MCADAM, Doung; TARROW, Sidney. **Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n o 28, set./dez. 2011, p. 18-51.

MÉTROPOLES. **Câmara Legislativa derruba aumento das passagens de ônibus do DF**. 12/01/2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/distritais-votam-projeto-que-revoga-reajuste-de-passagens-no-df>>; Acesso em 04/03/2018.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Editora da UnB: Brasília, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. Editora Boitempo: São Paulo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e sociedade de classes**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 93-117.

MIGUEL, Luis Felipe. **Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 18 no. 51 fevereiro/2003.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política**. *Revista Brasileira de Educação*. Nº5, 1997.

MPL. **Video Que passe!**. 25/05/2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BhIFFjid064>>; Acesso em: 03/03/2018.

MOREIRA, Dani Rodrigues. **O poder da linguagem de expressar e (re) produzir ideologias: Manifestações de Junho de 2013 no Brasil – Posições Enunciativas nos**

Editoriais de Veja e Carta Capital. Tese no Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Católica em Pelotas. Pelotas, 2017.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la.** Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

_____. **Evo Morales Finally Went Too Far for Bolivia.** The Atlantic, 11.11.2019. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2019/11/evo-morales-finally-went-too-far-bolivia/601741/>>; Acesso em: 26.04.2020.

NÉBIAS, Wellington Barbosa. **A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

NORRIS, Pippa. **Critical Citizen: global support for democratic governance.** Oxford University Press: New York, 1999.

NORRIS, Pippa. **Democratic Phoenix: reinventing political activism.** Cambridge University Press: New York, 2002.

NORRIS, Pippa. **Democratic deficit: critical citizens revisited.** Cambridge University Press: New York, 2011.

NORRIS, Pippa; FRANK, R.W.; COMA, Ferran. **Contentious elections: From ballots to barricades.** Routledge: New York, 2015.

NTU. **Ataques a ônibus sobem mais de 200% desde 2013.** *Revista NTUrbano*, Ano II, Número 9, Maio/Junho, 2014.

NTU. **A NTU.** s/d. Disponível em: <<https://www.ntu.org.br/novo/AreasInternas.aspx?idArea=3>>;

NTU. **Perfil das empresas operadoras de ônibus urbanos do Brasil.** Editora Itamarati LTDA: Brasília, 2007.

OFFE, Claus (org.). **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Editora Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** Boitempo Editorial: São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **“Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil durante a Primeira República.** Em: SANTOS, Kauan William dos; SILVA, Rafael Viana da (ORGs.).

História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. Editora Prismas: Curitiba, 2018.

O DIA. **Ministros se reúnem com representantes de entidades dos caminhoneiros**. 25/05/2018. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/brasil/2018/05/5543160-ministros-se-reunem-com-representantes-de-entidades-de-caminhoneiros.html>>

O ESTADO CE. **Produção e venda de veículos novos batem recorde no país**. 05/07/2013. Disponível em: <<https://www.oestadoce.com.br/economia/producao-e-venda-de-veiculos-novos-batem-recorde-no-pais/>>; Acesso em: 08/05/2020

DESNEURALIZADOR BRASIL. **Operação 2,80: e a revolta popular só aumenta**. 23/05/2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v3KMzwdmgM>>;

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. Editora Martins Fontes: São Paulo, 2005[1982].

PAULA, Amir El Hakim de. **A relação entre o Estado e os sindicatos na Era Vargas: uma análise geográfica**. *Revista Pegada* – vol. 19 n.1. Janeiro-Abril/2018.

PERLATTO, Fernando. **Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira**. *Revista Sociologia Política*, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015.

PINHEIRO, Armando Castelar & FONTES, Julia & AZEVEDO, Luísa de. **A crise da mobilidade urbana no Brasil: custos econômicos e soluções**. In: PINHEIRO, Armando Castelar & FRISCHTAK, Cláudio (Orgs.). *Mobilidade Urbana: Desafios e Perspectivas para as Cidades Brasileiras*. Editora Elsevier: Rio de Janeiro, FGV/IBRE, 2015.

POLESE, Pablo. **As lutas autônomas frente ao modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 123-142, jan./abr. 2017.

PORTAL FIESP. **Transporte rápido de ônibus em Curitiba é apontado como solução de mobilidade urbana**. 06/05/2013. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/transporte-rapido-de-onibus-em-curitiba-e-apontado-como-solucao-de-mobilidade-urbana/>>; Acesso em: 03/02/2020.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2000.

PRONZATO, Carlos. **Documentário: A Revolta do Buzu**. 2004.

PÚBLICA. 19.10.2018. **MPT aponta 28 empresas denunciadas por coação eleitoral pró-Bolsonaro.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-publica/2018/10/19/empresa-campanha-bolsonaro-eleicoes-2018-denuncia-coacao.htm> ; Acesso em 09.10.2020.

R7. **Casamento da neta do “rei do ônibus” é alvo de protesto no Rio.** 15/07/2013. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/casamento-da-neta-do-rei-do-onibus-e-alvo-de-protesto-no-rio-21102015>>; Acesso em: 14.08.2020.

REIS, João Jose. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835).** Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.

RIBEIRO, Ednaldo & BORBA, Julian. **Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais.** *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 21, no 1, abril, 2015, p. 188–216.

_____. **Personalidade e protesto político na América Latina: bases psicossociais da contestação.** *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 2 Maio/Agosto 2016.

RIOS, Flávia. **O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010).** *Lua Nova*, São Paulo, 85: 41-79, 2012

ROSSI, Frederico M. **Conceptualizing Strategy Making in a Historical and Collective Perspective.** In: ROSSI, Frederico M.; VON BULOW, Marisa. *Social Movements Dynamics: New Perspectives on Theory and Research from Latin America.* Routhledge: New York, 2016.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil.** *Revista de Sociologia e Política.* Nº17, nov. 2001, pp. 33-44.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Sindicalismo corporativo no Brasil.** Em: RODRIGUES, Leôncio Martins (Org.). *Partidos e Sindicatos: escritos de Sociologia Política.* Editora Ática: São Paulo, 1990.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith. **Analfabetismo, gênero e raça no Brasil.** *Revista USP*, São Paulo (28): 110-121, Dez./Fev. 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980.** Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1988.

SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. **A cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça**. Dissertação para conclusão do curso de pós-graduação de Mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

_____. **Ensaio sobre a Mobilidade Racista**. Em: SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva (Org.). *Autonomia Literária*: São Paulo, 2020. No prelo.

SAMIS, Alexandre. **Sindicalismo e Anarquismo no Brasil (1903-1934)**. Em *Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)*, 2013. Disponível em: <<https://ithanarquista.wordpress.com/2013/01/14/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil-1903-1934/>>; Acesso em: 28.02.2020.

SCHMIDINGER, Thomas. **Rojava Revolution, War, and the Future of Syria's Kurds**. Pluto Press: London, 2018.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. Routhledge: New York and London, 2003.

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance**. Yale University Press: New Haven and London, 1985.

SHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. **Interpretive research design**. Routhledge: New York, 2012.

SILVA, Isabela Patrícia Maia. **Enquadramento das Manifestações de Junho de 2013 nos Jornais *The New York Times* e *Le Monde***. Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gerson L. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul**”. *Sociologias*, 13, 28:86-124. 2011.

SILVA, Deborah Ramos da & POLONI, Paula Keiko & KERBAUY, Maria Teresa Micely. **A cobertura dos protestos de 2013 e o seu reflexo na política de mobilidade urbana da cidade de São Paulo**. *REU*, Sorocaba, SP, v. 45, n. 1, p. 87-106, jun. 2019.

SILVA, Camila Farias da & FERNANDES, Eduardo Georjão. **Ciclo de protestos de 2013: construção midiática das performances de contestação**. *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 53, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 202-215. São Leopoldo.

SILVA, Ruy Martins Altenfelder. **A verdadeira mobilidade**. 22/04/2014. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-verdadeira-mobilidade-imp-,1156804>>; Acesso em: 17/12/2019.

SINGER, André. **A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista**. In: SINGER, André & LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2016.

SKAF, Paulo. **Programa eleitoral 17 – Manifestações**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=S04ANicGm34>>; Acesso em: 17/10/2019.

SOARES, Flávia Cristina & RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. **Rotulação e seletividade policial: óbices à institucionalização da democracia no Brasil**. *Estudos Históricos* – Rio de Janeiro, vol 31, no 63, p. 89-108, janeiro-abril 2018.

STENBRUCH, Benjamin. **Um bom sinal**. 02/07/2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2013/07/1304705-um-bom-sinal.shtml>>; Acesso em: 03/02/2020.

_____. **Xô pessimismo**. 30/07/2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2013/07/1318732-xo-pessimismo.shtml>>; Acesso em: 03/02/2020.

_____. **Recessão para quê?** 25/02/2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/02/1417324-recessao-para-que.shtml>>; Acesso em: 24/01/2020.

_____. **Violência e direitos**. 03/0/2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/06/1464018-violencia-e-direitos.shtml>>; Acesso em: 03/02/2020.

_____. **Esqueceram da burocracia**. 16/07/2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2013/07/1311618-esqueceram-da-burocracia.shtml>>; Acesso em: 29/01/2020.

TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e sistema político. Um diálogo (preliminar) com a literatura**. 6o Encontro da ABCP, Área Temática: Teoria Política. Unicamp, Campinas, 2007

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia. **Protestos à direita no Brasil (2007-2015)**. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André;

CODAS, Gustavo (Org.). *Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2015.

TATAGIBA, Luciana & GALVÃO, Andreia. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 25, no 1, jan.-abr., p. 63-96. 2019.

TAVARES, Francisco Mata Machado. **Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público**. *Revista Brasileira de Ciência Política*. nº9 – Brasília, setembro/dezembro de 2012.

_____. **Deliberação e capitalismo: uma crítica marxista ao pensamento de Habermas**. Appris Editora: Curitiba, 2016

TEIXEIRA, Alex Niche & FERNANDES, Eduardo Georjão & SILVA, Marcelo Kunrath. **Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre/RS**. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. GT – 22: Movimentos Sociais Contemporâneos. Brasília, 2017.

TERRA. **“Traficantes evangélicos causam terror a religiões africanas: conversão de cúpula de facção criminosa à religião evangélica cria vertente inédita e aumenta ataques contra religiões de matriz africanas”**. 18.08.2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/traficantes-evangelicos-causam-terror-a-religoes-africanas.1780cd9c3e66e3685264918be080ac4db4ddw64t.html>;

Acesso em: 04.08.2020.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. University of Michigan: 1977.

TOPF, Richard. **Beyond electoral participation**. In: KLINGEMANN, Hans-Dieter; FUCHS, Dieter (orgs.). *Citizens and the state*. Oxford University Press: New York, 1995.

TRINDADE, Thiago. **A relação entre protesto e deliberação: reflexões para o aprofundamento do debate**. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº1, jan-abr, 2018.

TRINDADE, Thiago. **Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo**. *Revista Brasileira de Ciência Sociais* - Vol. 33 nº 97/2018.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Editorial Crítica: Barcelona, 1984.

UOL. **Principais trechos da entrevista com José Fortunatti**. 23/12/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QpZ4EUCs55I>;

VALOR ECONÔMICO. **Cide para gasolina é prioridade para Estados e Municípios.** 25/06/2013. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/06/25/cide-para-gasolina-e-prioridade-para-estados-e-municipios.ghtml>>; Acesso em: 24/10/2019

VALOR ECONÔMICO. **Manifestações fazem varejo perder R\$38,6 milhões em Junho, aponta CNC.** Disponível em:

<<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/07/09/manifestacoes-fazem-varejo-perder-r-386-milhoes-em-junho-aponta-cnc.ghtml>>; Acesso em: 23/09/2019.

VALOR ECONÔMICO. 21/09/2017. **Funcionários da Guararapes e MBL fazem manifestação contra MPT.** Disponível em:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/09/21/funcionarios-da-guararapes-e-mbl-fazem-manifestacao-contrampt-1.ghtml?>

[GLBID=1749cd00b6a826b0165aa7b9d503a19056c7370554d4f4738782d3275566b5a4e5379483541675774433638474f5742654f30466d6265556152457057346762767433616b7a614650396d71366f4167573768394e6774595a6b6471714235767531516e7858673d3d3a303a756b716763727172726a6575747069676b766266](https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/09/21/funcionarios-da-guararapes-e-mbl-fazem-manifestacao-contrampt-1.ghtml?GLBID=1749cd00b6a826b0165aa7b9d503a19056c7370554d4f4738782d3275566b5a4e5379483541675774433638474f5742654f30466d6265556152457057346762767433616b7a614650396d71366f4167573768394e6774595a6b6471714235767531516e7858673d3d3a303a756b716763727172726a6575747069676b766266) ; Acesso em: 09.10.2020.

VASCONCELLOS, E. A. **Políticas de transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente.** Barueri, SP: Manole, 2013.

VELOSO, André Henrique de Brito. **O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço.** Dissertação no Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

VELOSO, Elen Ribeiro. **Democracia feita na rua: uma investigação sobre o impacto de protestos por mobilidade urbana, no Brasil, na definição de agenda governamental.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Goiania, 2016.

VITULLO, Gabriel. **Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 271-301.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2012.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1980. p. 61-78.

WELZEL, Christian; DALTON, Russel J. **From allegiant to assertive Citizens**. In: DALTON, Russel J.; WELZEL, Christian. *The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens*. Cambridge University Press: New York, 2014.

WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classes**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.º 17, 2015, pp.121-63.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton University Press: Princeton, 1990.

ZIBECHI, Raul. **Contra-poder e auto-defesa na América Latina**. 03.02.2018. Disponível em: <<http://elcoyote.org/contra-poder-e-autodefesa-na-america-latina/>>; Acesso em: 16.04.2019.